



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**FRANCISCO RAPHAEL CRUZ MAURICIO**

**NA CORDA BAMBA: TRABALHO E EDUCAÇÃO ENTRE O PRECARIADO  
FORTALEZA**

**FORTALEZA**

**2017**

FRANCISCO RAPHAEL CRUZ MAURICIO

NA CORDA BAMBA: TRABALHO E EDUCAÇÃO ENTRE O PRECARIADO

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho

Fortaleza

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

M414c Maurício, Francisco Raphael Cruz.

Na corda bamba : Trabalho e educação entre o precariado / Francisco Raphael Cruz Maurício. – 2017.

128 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2017.

Orientação: Prof. Dr. Alba Maria Pinho de Carvalho.

1. precariado. 2. trabalho. 3. educação. I. Título.

CDD 301

---

FRANCISCO RAPHAEL CRUZ MAURICIO

NA CORDA BAMBÁ: TRABALHO E EDUCAÇÃO ENTRE O PRECARIADO

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho (orientadora)  
Universidade Federal do Ceará – UFC

---

Prof. Dr. Marcelo Santos Marques  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Eliana Costa Guerra  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

*À minha mãe, Marlene (in memoriam), que não me viu crescer*  
*À minha tia, Nice, que fez de tudo para eu crescer*  
*À minha sobrinha, Gabi, que está crescendo*

## AGRADECIMENTOS

Realizar uma pesquisa é, entre outras coisas, adquirir boas dívidas intelectuais e afetivas que jamais serão pagas devidamente. O modesto espaço dos agradecimentos é uma forma de expressar gratidão com quem aumentou a minha alma durante esses anos de pós-graduação.

Agradeço aos interlocutores desta pesquisa que diretamente ou indiretamente ajudaram-me dedicando tempo e atenção as minhas questões: Sílvia Pimentel, Vanessa Sanca, Ana Paula Silveira, Breno Modesto, Mayara Justa, Sonayra Araujo, Bruno Alves, Arthur Virgilius, Marcelo Matos, Priscila Amaral, Iziane Silvestre, Iara Saraiva, Fernando, José, Pedro Rafael e Bruno Falcão.

Agradeço à minha orientadora, que se tornou amiga, Alba, pela atenção aos meus questionamentos e escritos, pelo acolhimento de nossas semelhanças e diferenças. Sua valiosa orientação influenciou decisivamente na tecitura dos melhores aspectos do presente estudo. Guardo com carinho esses dois anos partilhados de leituras e desafios intelectuais.

À Iara Saraiva, por fazer-me reencontrar o gosto pela vida acadêmica, por oferecer um ombro para lamentar minhas esperanças. Sem seu sorriso e a sua luz eu não teria chegado até aqui. O que há de bom neste trabalho veio pelo tempo compartilhado com ela, tempo e presença que agradeço.

À minha família, por ter acolhido dois meninos "sem pai nem mãe" numa casa que já tinha oito pessoas. Por proporcionar nosso acesso e permanência ao mundo da educação. Não há lugar como o lar.

Aos colegas da turma de mestrado 2013.1 pela vivência nesses dois anos de aprendizado coletivo. Ao professor George Paulino, que no âmbito da disciplina Seminário de Dissertação possibilitou a socialização de nossas pesquisas e foi um atento leitor e comentador de nossos esboços. Ao professor Diatahy Bezerra de Menezes, pelas aulas inspiradoras e os acolhedores encerramentos de disciplina em sua biblioteca e jardim. Ao professor André Haguette, que durante as aulas fez-me enxergar Weber com outros olhos. Aos servidores Aimberê Botelho e Lorena Sobral pela ajuda na caminhada por entre os labirintos burocráticos da vida acadêmica. Ao

colega de PPGS David Moreno, por ler atentamente e propor questões importantes sobre o meu texto. Aos professores Marcelo Marques e Eliana Guerra que participaram da banca de qualificação e da banca de defesa com orientações valiosas para a calibragem teórica dessa dissertação e por dispensarem tempo e atenção para se fazerem presentes nesse ritual de passagem.

Aos companheiros e companheiras de militância pelo aprendizado através da luta e organização popular, pela inspiração cotidiana para continuar caminhando lado a lado, ombro a ombro com o povo em busca de pão, terra, trabalho, justiça, dignidade e liberdade. Não vou citar nomes, vocês sabem quem são.

Parafraseando Eduardo Galeano, esses foram os homens e mulheres que nesses anos me aumentaram a alma.

Agradeço ao CNPq, que através da bolsa de estudos possibilitou minha dedicação exclusiva a vida acadêmica e forneceu as condições materiais para a realização dessa pesquisa. Sem esse amparo institucional esta jornada não teria se realizado.

"Portanto é necessário reconhecer também os limites da ciência e lembrar que ela não é o todo, que não é mais que uma parte e que o todo é a vida. (...) Tudo isto é infinitamente mais amplo, mais extenso, mais profundo e mais rico que a ciência, e não será nunca esgotado por ela".

Mikhail Bakunin, Considerações Filosóficas, 1870.

“O que sobra de centelha humana, de criatividade possível, em um ser arrancado do sono às 6 da manhã, sacudido nos trens suburbanos, ensurdecido pelo barulho das máquinas (...) e empurrado no fim do dia para os saguões das estações, quando a multidão comunga na fadiga e no embrutecimento? Da adolescência à aposentadoria, os ciclos de 24 horas sucedem-se com seu mesmo estilhaçamento, como balas acertando uma janela: repetição mecânica, o tempo-que-é-dinheiro, submissão aos chefes, tédio, fadiga. Da aniquilação da energia da juventude à ferida aberta da velhice, a vida é estilhaçada sob os golpes do trabalho forçado. Nunca uma civilização chegou a um tal grau de desprezo pela vida. Afogada no desgosto, nunca uma geração sentiu uma tal raiva de viver. Aqueles que são lentamente assassinados nos matadouros mecanizados do trabalho são os mesmos que discutem, cantam, bebem, dançam, amam, ocupam as ruas, pegam as armas e inventam uma nova poesia.”

Raoul Vaneigem, A arte de viver para as novas gerações, 1966

“E, no fim de tudo, minha fé está na classe trabalhadora.”

Jack London, O que a vida significa pra mim, 1905.



## RESUMO

Essa dissertação versa sobre as experiências laborais e educacionais do precariado contemporâneo buscando compreender os sentidos atribuídos por ele ao trabalho e a educação. O segmento social do precariado é formado por jovens-adultos que possuem alta escolaridade e estão inseridos de forma precária no trabalho e na vida social. Eles compõem a “geração do diploma”, formada pelos sujeitos que adentraram o ensino superior, mas que não tiveram necessariamente revertidos em ganhos salariais os vários anos de estudo. Esse segmento de trabalhadores com alta escolaridade experimentou o fenômeno da “deterioração das chances de inserção dos mais escolarizados”. Suas trajetórias laborais e de vida são marcadas pela configuração do novo e líquido mundo do trabalho, onde incidem os elementos da incerteza, insegurança e instabilidade na construção dos projetos de vida. Tendo como aporte metodológico a entrevista compreensiva para reconstruir as trajetórias de trabalho e educação do precariado, busco problematizar os sentidos do trabalho e da educação em sujeitos cuja a formação acadêmica tende a gerar expectativa positiva de inserção no mercado de trabalho. Para consubstanciar analiticamente minhas reflexões realizo, a título de uma arqueologia teórica, uma análise sobre as categorias de precarização, precariedade e precariado. Em seguida, através do recurso da análise de conteúdo das entrevistas, procuro identificar o perfil geracional e educacional do precariado, entender suas condições de vida, traçar seus percursos no mercado de trabalho e compreender seus modos de estar no mundo. A “corda bamba” em que se move o precariado após a conclusão dos estudos de graduação é sempre tencionada na tentativa de equilibrar a formação educacional, trabalho e projeto de vida. Apesar de vivermos numa modernidade marcada pela instabilidade, insegurança e incerteza (BAUMAN, 2001), onde o capital valoriza a flexibilidade dos homens e das coisas (SENNETT, 2012), o precariado valoriza os caracteres da estabilidade e da segurança num mundo cada vez mais adverso a esses elementos. O precariado é uma espécie de “equilibrista” que trava “batalhas” para manter-se na “corda bamba” da vida.

Palavras chaves: precariado; trabalho; educação

## ABSTRACT

This dissertation deals with the labor and educational experiences of the contemporary precariat seeking to understand the meanings attributed by him to work and education. The social segment of the precariat is formed by young adults who have high schooling and are inserted precariously in work and social life. They make up the "generation of the diploma", formed by the subjects that entered higher education, but that did not necessarily have reverted in salary gains the several years of study. This segment of workers with high schooling experienced the phenomenon of the "deterioration of the chances of insertion of the more educated". His work and life trajectories are marked by the configuration of the new and fluid world of work, where the elements of uncertainty, insecurity and instability affect the construction of life projects. Having as a methodological contribution the comprehensive interview to reconstruct the precarious work trajectories, I seek to problematize the meanings of the work and in subjects where the academic formation tends to generate positive expectation of insertion in the labor market. In order to analyze my reflections analytically, I carry out, as a theoretical archeology, an analysis of the categories of precarization, precarity and precariat. Then, through the content analysis of interviews, I try to identify the generational and educational profile of the precariat, to understand their living conditions, to trace their paths in the labor market and to understand their ways of being in the world. The work in the precariat now indicates the meanings of project construction, sometimes denotes the meanings of risk. The work proves to be a tightrope where the precariat tries to balance himself between heaven and the hell of social life. The "tightrope" in which the precarious moves after the completion of undergraduate studies is always intended in an attempt to balance education, work and life project. Although we live in a modernity marked by instability, insecurity and uncertainty (BAUMAN, 2001), where capital values the flexibility of men and things (SENNETT, 2012), the precarious value the character of stability and security in a world adverse to these elements. The precarious is a kind of "tightrope" who hangs "battles" to stay on the "tightrope" of life.

Keywords: precarious; work; education

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Teoria da exploração e teoria do estranhamento .....	43
Tabela 2 – Gênero dos sujeitos da pesquisa .....	77
Tabela 3 – Identidade étnico-racial dos sujeitos da pesquisa .....	78
Tabela 4 – Faixa etária dos sujeitos da pesquisa .....	79
Tabela 5 – Local de nascimento dos sujeitos da pesquisa .....	82
Tabela 6 – Cursos de graduação concluídos pelos sujeitos da pesquisa .....	83
Tabela 7 – Trajetória educacional dos sujeitos da pesquisa .....	84
Tabela 8 – Nível de escolaridade de pais e mães dos sujeitos da pesquisa .....	85
Tabela 9 – Local de moradia dos sujeitos da pesquisa .....	87
Tabela 10 – Relação entre moradia e família nos sujeitos da pesquisa .....	88
Tabela 11 – Mobilidade urbana dos sujeitos da pesquisa .....	91
Tabela 12 – Serviços de Saúde utilizados pelos sujeitos da pesquisa .....	92
Tabela 13 – Ocupação dos sujeitos da pesquisa .....	94
Tabela 14 – Situação de trabalho dos sujeitos da pesquisa .....	95
Tabela 15 – Relação entre trabalho e estudo nas trajetórias dos sujeitos da pesquisa .....	96
Tabela 16 – Comparação do perfil ocupacional entre os sujeitos da pesquisa e seus pais .....	98
Tabela 17 – Renda mensal individual dos sujeitos da pesquisa .....	101
Tabela 18 – Renda mensal familiar dos sujeitos da pesquisa .....	102

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAGECE Companhia de Água e Esgoto do Ceará

CEFET Centro Federal de Educação Tecnológica

CESIT Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho

DIEESE Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

EAD Educação a Distância

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDGS Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Apoio a Gestão em Saúde

IFCE Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

IPEA Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

ISEC Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará

OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PNAD Pesquisa Nacional de Domicílio

PET Programa de Ensino Tutorial

RMP Renda Mínima Pessoal

SER Secretaria Regional

TJ Tribunal de Justiça

UFC Universidade Federal do Ceará

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>03</b>
1.1 A “geração do diploma” no Brasil contemporâneo.....	03
1.2 Os “trinta anos perversos” e as mudanças no mundo do trabalho.....	14
1.3 O novo e líquido mundo do trabalho.....	14
<b>1. ADENTRANDO O “TERRITÓRIO FANTASMA”: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....</b>	<b>24</b>
1.1 O encontro com o objeto de estudo: percursos de uma pesquisa.....	24
1.2 As experiências pessoais de classe como um território de análise.....	28
1.3 Entrevista compreensiva e análise de conteúdo como recursos Metodológicos.....	34
<b>2. Precarização, precariedade e precariado na literatura: esboço de uma arqueologia teórica.....</b>	<b>40</b>
2.1 Precariedade.....	40
2.1.1 Da família ao trabalho.....	40
2.1.2 Do trabalho a sociedade.....	41
2.1.3 Da sociedade a vida.....	43
2.1.4 Precariedade, precarização e trabalho precário.....	48
2.2 Para uma sociologia do precariado.....	50
2.2.1 Guy Standing: o precariado como nova classe perigosa.....	51
2.2.2 Giovanni Alves: o precariado como camada social do proletariado.....	56
2.2.3 Ruy Braga: o precariado como proletariado precarizado.....	59
2.2.4 Notas para um balanço teórico (Esboço).....	62
<b>3. TECENDO NARRATIVAS: O PRECARIADO CONJUGANDO TRABALHAR E VIVER.....</b>	<b>65</b>
3.1 Perfil básico dos entrevistados.....	67
3.2 Perfil educacional dos sujeitos da pesquisa.....	72
3.3 Processo de inserção na vida social: condições de vida.....	76
3.4 Percursos de inserção no mundo do trabalho.....	83
3.5 Sentidos e significados nas trajetórias de trabalho.....	93
3.6 Modos de estar no mundo do trabalho.....	100
3.7 Perspectivas e Projetos de Vida.....	105
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>112</b>

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 A “geração do diploma” no Brasil contemporâneo

“Disseram que eu era maluco, que eu ia ficar fedendo a lixo (...). Mas a faculdade hoje não garante emprego nem estabilidade para ninguém. Eu quero segurança”. Relatou à Folha de São Paulo<sup>1</sup> Luiz Carlos da Silva, estudante de História de 23 anos de idade. O comentário do jovem decorre do questionamento dos colegas de faculdade sobre sua decisão de prestar concurso público para gari na cidade do Rio de Janeiro. Com seu depoimento ao jornal em 2009, Luiz poderia indicar os anseios dos jovens brasileiros quanto às inseguranças do trabalho que aguardam os recém-formados<sup>2</sup>.

“Eu quero segurança”, enfatizou o jovem. Esse é um aspecto relevante observado na atualidade pelos analistas sociais em relação ao mundo do trabalho. O economista inglês Guy Standing (2013), diz ser a insegurança o elemento que unifica uma miríade de experiências pessoais de classe, representativa da “nova classe perigosa<sup>3</sup>”, o precariado que emerge das consequências estruturais de décadas de globalização econômica e políticas neoliberais de ajuste. Para o sociólogo alemão Robert Kurz (2004), essa necessidade de segurança é um desdobramento de *biografias do rendimento incerto*, espécie de padrão biográfico marcado pela instabilidade salarial que emerge após a crise da sociedade do trabalho industrial. Para Richard Sennett (2012) a insegurança e seu correlato desejo por segurança é um anseio provocado por experiências superficiais de trabalho. Experiências em que a alta rotatividade nos postos de emprego, típicas do capitalismo flexível, obstaculiza a construção de laços sociais duradouros nos locais de trabalho, tendo como desdobramento o que o sociólogo inglês chamou de corrosão do caráter. Essa insegurança também se destaca como uma das características da modernidade líquida, que o sociólogo polonês Zygmunt Bauman

---

1 Concurso para garis atrai 22 mestres e 45 doutores no Rio. Folha de São Paulo, São Paulo, 22 out 2009. <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2009/10/641621-concurso-para-garis-atrai-22-mestres-e-45-doutores-no-rio.shtml>>. Acesso em 12 abr 2013.

2 Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, entre 2010 e 2011, o número de pessoas desocupadas com ensino superior completo aumentou em 13,3% na cidade do Rio de Janeiro (IBGE, 2012, p. 159).

3 É importante atentar que esta configuração “nova classe perigosa” é um elemento polêmico na discussão acerca do precariado. Para uma crítica do precariado como nova classe perigosa, ver Muck (2013).

(2009) entende como a atual fase da modernidade constituída também pelos signos da incerteza e da instabilidade.

Luiz Carlos não está só. As universidades públicas e privadas se tornaram na última década, nas palavras de Giovanni Alves, as *incubadoras do precariado* brasileiro, formando todo ano “milhares de novos trabalhadores assalariados dispostos a se inserirem no novo mercado de trabalho e nos novos locais de trabalho reestruturados” (ALVES, 2012)<sup>4</sup>. Os números do Censo da Educação Superior indicam o crescimento de 110% de universitários entre os anos de 2001 a 2011 (ALVES, 2012). Por outro lado, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, o contingente de pessoas de nível superior completo procurando trabalho entre 2010 e 2011 aumentou em capitais como Salvador (0,8%), Rio de Janeiro (13,3%) e em Porto Alegre (15,2%)<sup>5</sup>.

Na dimensão da renda, o salário médio mensal de trabalhadores com 12 anos ou mais de estudo caiu 8% no período entre 2002 e 2011. Já descontando a inflação do período, o salário médio mensal foi de R\$ 3.057 para R\$ 2.821. Dessa maneira, o poder aquisitivo desse segmento de trabalhadores com maior escolaridade caiu em 10 anos (ALVES, 2013)<sup>6</sup>. No entanto, a deterioração das chances de inserção ocupacional dos mais qualificados, decorrente de uma maior oferta de trabalhadores assalariados com alta escolaridade possui um lastro temporal maior.

Em 30 anos (1976-2006), ocorreu uma deterioração das chances de inserção ocupacional dos mais qualificados. Isto é, se até 1976 a maior escolaridade abria as portas das melhores ocupações urbanas, em 2006 esse já não parecia o caso. É a isso que denomino *inflexão do padrão desenvolvimentista de inserção ocupacional*, resultante da operação de três vetores principais: o adiamento da entrada dos jovens no mercado de trabalho; o desemprego no início das trajetórias de vida; e o conseqüente aumento da competição pelas posições de mercado. Ou seja, *a escola adquiriu cada vez maior centralidade nas chances de inserção dos jovens, mas essas chances tornaram-se muito mais restritas e de acesso mais*

---

4 ALVES, Giovanni. A educação do precariado. Blog da Boitempo. 17 dez 2012. <http://blogdaboitempo.com.br/2012/12/17/a-educacao-do-precariado/>. Acesso em 23 abr 2012.

5 No estudo realizado por Veloso (2004) sobre o destino de mestres e doutores titulados no Brasil, chegou-se a conclusão que a diferença da *inserção profissional* entre mestres e doutores é o *trabalho na academia*. Os mestres tendem a um leque variado de atividades profissionais em empresas públicas e privadas enquanto os doutores potencialmente se concentram em universidades e instituições de pesquisa.

6 ALVES, Giovanni. A revolta do precariado. Blog da Boitempo, 22 jul 2013. <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>>. Acesso em 03 ago 2013.

*lento em comparação com os jovens de gerações anteriores* (CARDOSO apud ALVES, 2013. Destaques do autor).

Para Alves, esse segmento social de jovens trabalhadores<sup>7</sup> com alta escolaridade, mas inseridos de forma precária no mundo do trabalho, denominado por ele de *preariado*, “possui, em si e para si, um misto de frustração de expectativas e insatisfação social e, por outro lado, carecimentos radicais que o torna susceptível de atitudes de rebeldia” (ALVES, 2013)<sup>8</sup>. As questões concernentes à complexa relação entre trabalho e educação são condicionantes sociais da emergência desse segmento de trabalhadores precários com alta escolaridade.

A maior escolaridade seguida da não superação de situações de trabalho precário são representativas do que a jornalista Ruth Costas chamou da atual “geração do diploma” no Brasil. No artigo *“Geração do diploma” lota faculdades, mas decepciona empresários*<sup>9</sup>, ela observa que o número de matrículas no ensino superior dobrou na última década. Segundo a Pesquisa Nacional de Domicílio (PNAD), entre 2011 e 2012, 867 mil brasileiros receberam um diploma (COSTAS, 2013). Esses dados dialogam com o que Alves afirma acima sobre as universidades públicas e privadas no Brasil serem as “incubadoras do preariado”. Costas (2013), observa um interessante dado de pesquisa do IPEA. O fato de que em anos recentes os níveis de desemprego caíram para baixo dos 6%, mas que o número de brasileiros com mais de 11 anos de estudo representam 50% desse contingente de desempregados.

Segundo o ponto de vista bastante pragmático de Márcia Almstrom, do grupo de Recursos Humanos Manpower, a “geração do diploma” parida pelas “incubadoras do preariado” decepcionaria os empresários porque, “mesmo com essa expansão

---

7 Nesta pesquisa entendo classe trabalhadora no sentido amplo atribuído por Ricardo Antunes (2009, p. 101-102) como a classe-que-vive-do-trabalho. Expressão que enfatiza o sentido atual de classe trabalhadora, sua forma de ser, dando contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha. A classe trabalhadora hoje que incorpora tanto os trabalhadores produtivos (manuais ou não diretamente manuais) que produzem mais valia e os trabalhadores improdutivos que não se constituem como elemento diretamente produtivo no processo de valorização do capital e de criação de mais valia, mas cuja forma de trabalho é utilizada como serviço, seja para uso público ou para o capitalista.

8 Alves identifica o preariado como o principal segmento social presente nas Jornadas de Junho de 2003 no Brasil. Ver ALVES, Giovanni. A revolta do preariado no Brasil. Blog da Boitempo. <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/06/24/a-revolta-do-preariado-no-brasil/>>. Acesso em 02 jul 2013.

9 COSTAS, Ruth. Geração do diploma lota faculdades, mas decepciona empresários. BBC Brasil. <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/10/131004\\_mercado\\_trabalho\\_diplomas\\_ru.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/10/131004_mercado_trabalho_diplomas_ru.shtml)>. Acesso em 20 set 2014.



do ensino e maior acesso ao curso superior, os trabalhadores brasileiros não estão conseguindo oferecer o conhecimento específico que as boas posições requerem” (ALMSTRON, apud, COSTAS, 2013). Segundo, José Pastore, sociólogo, especialista em relações do trabalho, “Os empresários não querem canudo. Querem capacidade de dar respostas e de apreender coisas novas. E quando testam isso nos candidatos, rejeitam a maioria” (PASTORE, apud, COSTAS, 2013). Nesse sentido, esse segmento de trabalhadores mais escolarizados encontram um mundo do trabalho não tão receptivo e tampouco propenso a converter com facilidade seus vários anos de estudo em melhores condições de inserção profissional.

É necessário, simultaneamente, argumentar que o mercado de trabalho exige, cada vez mais, a obtenção de qualificação. Para se integrar ao mercado de trabalho, especialmente no âmbito formal, nunca foi tão importante ser qualificado. Entretanto, possuir uma qualificação não é garantia de integração estável no mercado de trabalho (...). Desse modo, *uma sociedade mais diplomada não implica necessariamente uma sociedade incluída consistentemente no mercado de trabalho*. O que se pode observar é muito mais o processo de intelectualização parcial da sociedade, trazida pela democratização escolar, tendo como consequência o aumento de diplomados, mas *sem uma valorização relativa desses diplomas no mundo do trabalho* (Souza, 2012, p. 62. Destaques meus).

Jessé Souza observa que não há uma relação direta entre sociedade mais diplomada e maior inclusão no mercado de trabalho. E que, de fato o aumento de diplomados não é acompanhado de uma valorização, nem absoluta nem relativa, desses diplomas no mundo do trabalho. O argumento de Souza encontra na “geração do diploma” de Ruth Costas (2013) um sucinto caso empírico. O Comunicado do IPEA, número 160, lançado em 07 de outubro de 2013, indica a dificuldade de inserção profissional da “geração do diploma”.

(...) A participação dos trabalhadores qualificados no estoque de desempregados vem aumentando continuamente ao longo dos últimos 20 anos, enquanto que a participação dos menos qualificados (fundamental incompleto – 0 a 7) vem se reduzindo. Assim, o contingente daqueles dispostos a trabalhar, mas que por algum motivo *não conseguiram um posto de trabalho, está concentrado em trabalhadores de maior qualificação e não o contrário* (IPEA, 2013, p. 18. Destaques meus).

Corroborando a observação de Souza de que “o ensino formal, portanto, não é garantidor necessariamente de uma posição estável no mundo do trabalho” (p. 63, 2012), o comunicado do IPEA afirma que “o preço relativo da mão de obra mais qualificada vem caindo também quase que continuamente. Mais ainda, os desempregados hoje são em sua maioria qualificados e não o contrário” (2013, p. 19). Estamos diante de uma inflação de diplomas?

*A produção social de diplomas escolares tem como consequência a inflação dos mesmos, o que, por sua vez, tende a desvalorizar o trabalhador, já que uma qualificação inflacionada produz o efeito de que “mil outros podem fazer o mesmo que eu”. Assim como em inúmeras outras esferas da vida social, o trabalho de alguém é socialmente recompensado (...) de acordo com a raridade ou disponibilidade deste (SOUZA, 2012, p. 83. Destaques meus.).*

Talvez, mais do que uma inflação de diplomas, estamos frente a uma situação mais complexa e contraditória, onde são gestados novos contornos da precariedade laboral no Brasil. A partir dos dados do IPEA, das reflexões de Souza e das trajetórias de trabalho aqui analisadas, podemos sinalizar que se tecem novas dimensões da precariedade. Esta já está *unicamente* associada aos trabalhadores de baixa escolaridade ou desempregados crônicos. Estamos assistindo a formação de um segmento de trabalhadores altamente escolarizados que experimentam variadas situações de trabalho precário sem conseguir superá-las de maneira relativa no curto prazo biográfico. A transição entre a universidade e o mundo do trabalho desobedece a uma lógica evolutiva ou linear. É uma *corda bamba*. O capital cultural acumulado na forma de diplomas e certificados encontra dificuldades de se permutar facilmente em melhores condições salariais. Estas tensões entre formação e inserção profissional se relacionam com a natureza atual do mundo do trabalho no Brasil.

O mundo do trabalho que aguarda os recém-formados no Brasil é moldado de contradições. Essas contradições dizem respeito a um maior *acesso ao emprego formal*, uma característica dos últimos dez anos, mas com *persistente instabilidade empregatícia*.

Assim, na década de 2000 no Brasil, ao lado do crescimento do emprego formal, cresceu, ao mesmo tempo, a

rotatividade da mão de obra (segundo o DIEESE, ela cresceu cerca de 8% na década de 2000). Diz o CESIT: “Por exemplo, em 2009, no meio da crise, o saldo foi a criação de 995 mil formais, sendo que foram desligados 15,2 milhões de trabalhadores e contratados 16,2 milhões, em um total de 33 milhões de empregados registrados na RAIS. Portanto, o fluxo de despedidos e contratados continuou extremamente elevado em todo o período” (ALVES, 2013, p. 159).

Tivemos, assim, *um processo de formalização concomitante a um processo de instabilidade no emprego*. Apesar de a formalização ter significado uma redução da informalidade, “não se alterou de modo substantivo a flexibilidade estrutural da contratação da força de trabalho no Brasil” (ALVES, 2013, p. 159).

No debemos olvidar que en los últimos diez años el 94% de los empleos generados en el sector formal de trabajo pagaba hasta 1,5 salarios mínimos (éste asciende, según la cotización de junio de 2013, a aprox. US\$ 320 mensuales) (ANTUNES; BRAGA, 2013, p. 28).

Mesmo com a queda da informalidade e o aumento da formalidade no emprego, isso não significou barrar a flexibilidade, ela se mantém como traço duradouro dos contratos de trabalho. Na articulação entre o nível macro da economia e da sociedade com o nível micro das trajetórias de trabalho do precariado no Brasil contemporâneo, percebe-se

à afinidade entre o surgimento de empregos formais precários, padronizados pelos novos padrões empresariais pós fordistas, e a produção social de jovens escolarizados com ânsia de integração no mercado de trabalho (Souza, 2012, p. 63).

Além da inflação de diplomas, parece que estamos assistindo, por um lado, ao fenômeno crescente de jovens desempregados diplomados e, por outro lado, de trabalhadores precários com alta escolaridade. Esses elementos se relacionam aos três componentes gerais que configuram o precariado, na acepção de Alves (2013), são eles: aspecto *geracional* (jovens-adultos, num sentido amplo, de 18 a 35 anos), *alta escolaridade* (graduação, pós-graduação), e *inserção precária* no mundo do trabalho (temporários, terceirizados, desempregados). Refletir sobre o precariado é refletir sobre uma outra face da classe trabalhadora, uma face em expansão na

última década no Brasil. É também, em parte, refletir sobre as mudanças recentes que configuram a sociedade brasileira em sua dimensão do trabalho.

Durante a elaboração da pesquisa, emergiram questões a interpelar à reflexão: como esses elementos dinamizam-se na realidade brasileira? Como eles operam no *fazer-se* de um segmento de trabalhadores portadores de certo *capital cultural* em estado institucionalizado (titulações, certificações), mas de acesso limitado ao *capital econômico* (na forma de salário)? Como a instabilidade, a insegurança e a incerteza de que falavam teóricos europeus como Bauman ou Sennett eram sentidas e significadas num precariado de origem social periférica? Isso quer dizer, num precariado localizado numa economia dependente, na periferia do sistema-mundo capitalista. Penso que é através do trabalho de campo, da reflexão teórica e do diálogo com esse precariado que é possível aproximar-se dessas questões.

Inspirando-me em Thompson, que a sua maneira e em condições históricas específicas estava

“(...) tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ (...) dos imensos ares superiores de condescendência da posterioridade. (...) Suas *aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência*; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais (1997, p. 13. Grifos meus.).

É no sentido de aproximar-me dessas expectativas concernentes a experiência do precariado, evitando o julgamento moral, mas se apoiando na reflexão crítica, que tenho como campo empírico suas trajetórias de trabalho. Como afirma Jessé Souza, a partir da abordagem sociológica compreensiva inspirada em Weber, “a ideia aqui é reconstruir as mudanças e reproduções sociais do capitalismo atual na prática, ou seja, perceber como ele opera em pessoas de ‘carne e osso” (2012, p. 62-63).

Estou tentando resgatar a fala da assistente social, em regime de trabalho temporário, que diz não poder ser mãe ainda porque a instabilidade de seu emprego não lhe dá garantias de uma maternidade segura. Ou a fala da bolsista de pós-graduação que largou o emprego com estabilidade no serviço público com um

salário abaixo da atual bolsa de estudos para estudar de forma mais plena<sup>10</sup>. Ou ainda, a fala do professor universitário substituto que confessa não ter condições de construir um relacionamento amoroso estável porque seu emprego, com constantes deslocamentos espaciais e a incerteza da permanência, não oferece condições de estabelecer laços duradouros com outros parceiros<sup>11</sup>.

O resgate dessas falas não se circunscreve apenas ao registro sociológico de determinadas trajetórias de trabalho, mas como o campo empírico que possibilita buscar compreender como se operam as significações em torno do trabalho para esses sujeitos. Mais do que “vítimas da história”, como falou Thompson (1997) ou “biografias do rendimento incerto”, como poderia dizer Robert Kurz (2004), são trajetórias permeadas de *sentidos* sobre a relação *trabalho* e *vida* a manifestar-se em um determinado segmento social. De fato, este segmento elabora projetos pessoais que parecem tencionar e contrastar com uma vida plena de sentido. Ou, na esteira do que diz Antunes (2009), a experiência destes jovens contrastam com os atuais imperativos de flexibilidade e instabilidade com os quais o capital incide sobre o trabalho.

Ainda com Thompson (1997, p. 13), sou tentado a afirmar que, por mais contrastantes que seus projetos e aspirações soem ao observador externo (sociólogo, psicólogo, policial), *suas aspirações são válidas nos termos de sua própria experiência*. A palavra “*sentido*” é aqui empregada na forma alocada por Weber.

(...) não se trata, de modo algum, de um sentido objetivamente “*correto*” ou de um sentido “*verdadeiro*” obtido por indagação metafísica. Nisso reside a diferença entre as ciências empíricas da ação, a Sociologia e a História, e todas as ciências dogmáticas, a Jurisprudência, a Lógica, a Ética e a Estética, que pretendem investigar em seus objetos o sentido “*correto*” e “*válido*” (WEBER, 1991, p. 04).

A noção de *sentido*, como formulada pelo autor, esta distante de um conteúdo normativo, isso quer dizer, relativo as dimensões morais de “certo” ou “errado”, como é comum no âmbito epistêmico da Jurisprudência. O *sentido* ao qual a sociologia

---

10 Sobre as tensões entre projeto de vida e situação laboral ver as trajetórias de trabalho analisadas no capítulo três.

11 Essa tensão entre situação laboral e “vida amorosa” foi relatada a mim de forma informal por um dos sujeitos da pesquisa, o qual ainda não tive a oportunidade de entrevistar.

compreensiva, como ciência empírica, busca se aproximar é o *sentido* elaborado pelo agente real em um contexto histórico concreto. Pois para Weber, esse agente, esse “Eu”

(...) nunca está apenas presente de maneira passiva, mas, sempre e em cada momento, como um “Eu” que se posiciona, que avalia e que emite juízos de valor. Portanto, para este “Eu” o mundo não surge como algo que é (...) apenas objeto de uma possível descrição. Mas, sobretudo, é um mundo que continuamente pode e deve ser avaliado e apreciado (WEBER, 1992, p. 52).

Para o presente estudo trata-se de perceber como as recentes mutações do mundo laboral se manifestam em sujeitos de “carne e osso”, como diz Souza (2012, p. 63). Essas mudanças no sociometabolismo do trabalho, para usar a expressão de fundo luckasciano de Alves (2013), não se limitam a abstrações teóricas ou constelações intermináveis de dados estatísticos, espécie de representação sociométrica ou “pesadelo matemático” do mundo do trabalho. Essas mutações são encarnadas em homens e mulheres da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2009, p. 102). É nesse sentido, que sigo a pista metodológica de Weber, cujo a orientação é que a sociologia “deve usar conexões 'usuais' da vida cotidiana, cujo o sentido é bem conhecido, tendo em mente a definição de outras conexões que, em seguida, serão usadas para definir as primeiras” (WEBER, 1992, p. 323).

Adaptando essa lógica aos fins dessa pesquisa, significa usar as “conexões usuais da vida cotidiana”, no caso aqui apresentado através das trajetórias de trabalho do precariado, “tendo em mente a definição de outras conexões”, aqui entendidas como o sociometabolismo do trabalho em condições sociais periféricas, para em seguida usar essas outras conexões para “definir as primeiras”, isto é, as próprias trajetórias de trabalho nas condições sociais do capitalismo dependente.

Enfim, são trajetórias que precisam ser contextualizadas nos ciclos de vida que apontam para determinados momentos da história em curso. São trajetórias que gestam sentidos sobre a relação trabalho e vida numa específica temporalidade histórica, através de uma miríade de experiências pessoais e sociais de classe. Portanto, trata-se de observar as trajetórias dos sujeitos e as expressões singulares de experiências sociais e históricas de um coletivo, experiências de uma geração em um determinado contexto. É sobre isso que Weber fala de usar as conexões da vida

cotidiana para a definição de outras conexões que, em seguida, serão usadas para definir aquelas.

É nessa perspectiva que Antunes também propõe pensar trajetórias de forma “(...) distinta do culto do elemento contingente, da apologia fenomênica da vida cotidiana, que esgotaria em si mesma, sem as mediações complexas, toda as possibilidades do gênero humano.” (ANTUNES, 2009, p. 168). Assim, para uma aproximação dos sentidos atribuídos ao trabalho pelo precariado é central que as referências à vida cotidiana não sejam encaradas em si mesmas, mas relacionadas às mediações de trabalho, de classes e de processos sociais que permeiam a vida cotidiana.

Mais do que se valer de uma visão panorâmica sobre grandes problemas em busca de uma amostragem que possibilite generalizações, esse estudo problematiza situações, eventos, fenômenos presentes nessas trajetórias e experiências de classe. Que trajetórias de trabalho do precariado se gestam na atual configuração do capitalismo dependente? Essa é uma pergunta-chave que vem me inspirando nos percursos da pesquisa, na tentativa de, por um lado, contornar falas pessoais desconectadas de contextos sociais e, por outro lado, evitar contextos sociais ociosos de trajetórias pessoais.

Temperar o cinza da teoria com o colorido do relato significa possibilitar o toque e o contato constante dessas cores. De forma que, ao final do processo, temos algo como que uma aquarela, uma interação entre trajetórias pessoais e processos sociais. É a tessitura permanente e necessária da teoria e empiria de que nos fala Alba Carvalho (2009; 2014) como pedra de toque do artesanato de pesquisa.

Tenho a intenção de pôr em diálogo as narrativas de trabalhadores jovens-adultos precarizados no trabalho e na vida com as teorias que abordam o trabalho na contemporaneidade. Neste sentido, destaco as reflexões presentes em Richard Sennett (2012) e teorizações de Zygmunt Bauman (2009) sobre as mudanças nos (e dos) locais de trabalho como condicionantes de mentalidades guiadas pela incerteza e insegurança que edificam o moderno mundo laboral. Em termos weberianos, trata-se de *racionalidades* guiadas pelo curto prazo na elaboração de projetos e expectativas *no e pelo* trabalho. Seguindo o rastro de Souza,

“(…) a generalização da condição de insegurança social pode ser vista em diversos estratos da sociedade e é preciso observar onde os seus impactos são mais fortes. Assim, a condição de precariedade transforma o presente em algo contra o qual não se pode lutar; ele se impõe enquanto necessidade (2012, p.63).

Essas teorizações ganham sentido, como base analítica, a partir de um contraponto empírico baseado em entrevistas com os sujeitos do precariado. Assim, com referência as discussões trazidas por autores contemporâneos, o foco das minhas reflexões são os *sentidos* que o trabalho assume para os agentes que habitam essas novas configurações do mundo laboral.

Acredito que o estudo ensaia reflexão sobre o precariado em condições sociais periféricas a partir de um delimitado recorte empírico formado, em sua dimensão humana, por trabalhadores e trabalhadoras, entre 25 e 35 anos, residentes em Fortaleza, Ceará, vivendo situações e experiências de trabalho precário e possuidores de alta escolaridade (graduação e pós-graduação).

Esses sujeitos se mostraram, em alguns dos seus relatos, como a primeira geração da família a adentrar o ensino superior, explicitando expectativas em relação ao mundo do trabalho, condicionadas por sua formação educacional. A trajetória educacional que estes jovens trilharam possibilitou-lhes ocupações que os pais não exerceram, devido à escolaridade mediana ou baixa que possuíam. No entanto, isso não significou automaticamente situações de trabalhos ou ganhos salariais qualitativamente distintos do dos pais<sup>12</sup>. Desse modo, o campo analítico impõe a exigência de um estudo qualitativo a priorizar relatos de um grupo de sujeitos emblemáticos da realidade do proletariado no século XXI.

### **1.1.2 Os “trinta anos perversos” e as mudanças no mundo do trabalho**

---

12 Estaria essa situação produzindo, no âmbito das experiências pessoais de classe, carecimentos distintos de outras gerações de trabalhadores que não experimentaram a vida acadêmica e suas promessas de uma melhor inserção no mercado de trabalho? Essas expectativas diferenciadas entre gerações de trabalhadores de uma mesma família é algo a ser mais bem estudado. Meu foco é os sentidos do trabalho no precariado e não necessariamente uma análise comparativa de trajetórias entre pais e filhos no mundo do trabalho.



A partir dos anos 1970, a economia mundial passou por profundas modificações. Harvey, em seu livro *A condição pós moderna*, chegou a chamar essas modificações de *abissais*. Para o autor, uma das características reveladoras do atual momento histórico seria a *transição* do fordismo para um modelo de acumulação flexível. Essa transição começou a se gestar nos países centrais do capitalismo no período de crise simultânea do fordismo e do keynesianismo entre 1965 e 1973, quando esses modelos de gestão produtiva e estatal já não conseguiam dar conta das contradições inerentes ao capitalismo. Esses elementos desencadearam uma reestruturação do capitalismo com vistas a garantir medidas de manutenção da taxa de lucro nos países centrais. (HARVEY, 1989, p. 135).

A partir dos desdobramentos iniciados nos anos 1970, se abre um período marcado por intensas transformações econômicas e sociais no sistema capitalista e no mundo do trabalho. Alves<sup>13</sup> (2012) afirma que a crise estrutural do capital nos anos 1970 inaugurou uma nova *temporalidade histórica* do desenvolvimento civilizatório, caracterizada por um conjunto de fenômenos sociais qualitativamente novos que compõe uma nova fenomenologia do capitalismo em seus “*trinta anos perversos*” (1980-2010)<sup>14</sup>. Assim, o final do século XX e início do XXI são marcados profundamente por formas de acumulação e produção *flexível* e pelo ascenso do *neoliberalismo*. Para Corsi (2009, p. 21), a reestruturação do capitalismo a partir dos países centrais também foi uma reação a *baixa da taxa de lucro* experimentada no período do pós guerra entre 1945-1973. Uma das causas da baixa da taxa de lucro foi a persistente elevação dos salários dos operários, produto de uma correlação de forças mais favorável a classe trabalhadora. Esta reestruturação do sistema

---

13ALVES, Giovanni. A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/>>. Acesso em: 31 dez 2012.

14Primeiro, nos últimos trinta anos tivemos uma época histórica de reestruturações capitalistas nas mais diversas instâncias da vida social. O sistema mundial do capital como sistema social global reestruturou-se efetivamente numa dimensão inédita. Por exemplo, a nova reestruturação produtiva do capital impulsionou um complexo de inovações organizacionais, tecnológicas e sociometabólicas nas grandes empresas e na sociedade em geral sob a direção moral-intelectual do “espírito do toyotismo”. A manipulação reflexiva ou a “captura” da subjetividade tornou-se efetivamente o modo de operar do controle sociometabólico do capital. A luta de classes e as derrotas das forças políticas do trabalho na década de 1970 conduziram a reestruturação política do capital, constituindo o Estado neoliberal e as políticas de liberalização comercial e desregulamentação financeira; e o pós-modernismo e o neopositivismo permearam a reestruturação cultural. Nos “trinta anos perversos”, o capitalismo financeirizado, toyotista, neoliberal e pós-moderno levou a cabo uma das maiores revoluções culturais da história (ALVES, 2012).

capitalista foi comandada pelos grandes bancos e corporações, pelos fundos de pensão e investimentos e pelos governos do núcleo orgânico do capitalismo.

Corsi (2009, p. 21) identifica a existência de quatro linhas mestras fortemente articuladas entre si que caracterizam essa reestruturação. Seriam elas, 1) o *desmonte do Estado de Bem Estar Social* nos países centrais do capitalismo, onde a redução dos gastos públicos nas áreas sociais sustentou o capital financeiro por meio da ampliação da dívida pública; 2) *desregulamentação das economias nacionais* a partir da não regulação do sistema bancário e dos mercados financeiros impulsionados pelas políticas neoliberais; 3) a *reestruturação produtiva* a partir da adoção do modelo toyotista de acumulação flexível; 4) os *novos espaços de acumulação* a partir da internacionalização dos processos produtivos.

A crise econômica de 2008, que atingiu sobremaneira os países da União Europeia e os Estados Unidos, evidenciou muitas dessas tendências listadas acima. As recorrentes medidas de austeridade sobre os, pejorativamente, chamados PIGS (Portugal, Irlanda, Grécia, Espanha) formam exemplos de desmonte do que ainda restou do Estado de Bem Estar Social na Europa, seguido por uma forte financeirização na esteira da desregulamentação das economias. Essa constelação de fatores acarretou modificações significativas na morfologia do trabalho nos países do centro do capitalismo, onde para 2014 se previa que as taxas de desemprego entre os jovens na Grécia e na Espanha chegue aos 30%.<sup>15</sup>

### 1.1.3 O novo e líquido mundo do trabalho

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman refletiu acerca das mudanças no mundo do trabalho e sobre os sentidos subjetivos decorrentes dessas mudanças em seu livro *Modernidade Líquida* (2001). A narrativa baumaniana sobre o trabalho na modernidade pode ser dividida em dois grandes eixos. O primeiro, de cariz *temporal*, diz respeito às noções de longa duração e curta duração ligadas respectivamente ao capitalismo pesado e ao capitalismo leve. O segundo eixo, de cariz *espacial*, se refere às noções de trabalho como *casa compartilhada* e trabalho como

---

15 <http://pt.euronews.com/2013/07/16/ocde-preve-subida-do-desemprego-em-portugal-para-2014/>

*acampamento*, metáforas usadas pelo autor para entender as mudanças ocorridas na relação dos sujeitos com seus locais de trabalho.

Neste tópico abordo as reflexões de Zygmunt Bauman sobre os sentidos do trabalho nas diferentes etapas da modernidade como forma de compreender a dimensão sociocultural onde se desenvolvem as relações entre o sujeito e seu trabalho e os sentidos subjetivos que são formulados por eles nesse contexto. Meu ponto de partida é o paradigma da modernidade líquida, proposto pelo autor como chave de leitura da atual fase da modernidade. Tenho como referência o livro *Modernidade Líquida* (2001), obra matriz no pensamento de Bauman<sup>16</sup>. Entendo a análise do trabalho em Bauman como parte de uma reflexão sobre a modernidade, onde o trabalho é uma das arenas privilegiadas para a uma apreensão sociocultural das mudanças na relação indivíduo e sociedade.

#### **2.1.4.1 Do longo ao curto prazo: temporalidades do trabalho na modernidade**

Podemos perceber durante a narrativa baumaniana sobre a modernidade uma oposição entre o padrão de vida vigorante nas “três décadas gloriosas” (BAUMAN,

---

16 O sociólogo polonês que hoje vive na Inglaterra, desenvolveu uma série de temas no decorrer de sua prolífica obra, pautada pelo estilo ensaístico e seu propósito de traduzir o mundo em textos. Pallares-Burke (2004) afirma que devemos compreender a indiferença de Bauman pelas fronteiras disciplinares e sua busca da compreensão da condição humana como parte do repertório da escola humanista na sociologia. A mesma a qual pertencem Peter Berger, Thomas Luckmann e John O’Neill. Para Dennis Smith (2007, p. 18), Bauman é herdeiro de diferentes tradições presentes na teoria social como a antropologia estruturalista francesa, a teoria crítica da Escola de Frankfurt, o marxismo revisto por Gramsci, Lukács e a corrente radical da sociologia americana representada por Wright Mills. Apesar da variedade de influências e temas abordados pelo autor, devemos buscar a unidade do pensamento de Bauman em sua escolha da cultura como a arena que determina a sociedade (SMITH, 2007, p. 23). Outros ainda dirão que o núcleo da sociologia baumaniana está no amplo tema das consequências humanas da modernidade. O que levaria o autor a praticar uma modalidade de “sociologia geral” e não uma “sociologia de especialista” (JACOBSEN; PODER, 2008, p. 03). Em atividade desde os anos 1960, Bauman realiza nos anos 1980 uma “virada pós moderna” (Smith, 2007). Momento em que o autor explora a natureza do habitat pós-moderno, dimensão onde são gestadas outras modalidades da relação indivíduo e sociedade. Nesse contexto, precisamos relativizar a aproximação do sociólogo polonês com o campo dos teóricos da pós-modernidade. Ainda nos anos 1990, Bauman não endossava a concepção da pós-modernidade como o fim da modernidade, mas como uma ideia chave para entender as mudanças massivas das três últimas décadas do século XX (SMITH, 1999). Em 2000, o autor abandona o uso do termo “pós-moderno” com a publicação de *Modernidade líquida* e inaugura uma nova gramática de análise a partir da metáfora da liquidez. Assim, para Bauman (2001) a modernidade líquida não significa o fim da modernidade, mas sua atual fase. A metáfora da liquidez como chave de interpretação da modernidade será o guarda-chuva analítico do autor que englobará suas reflexões sobre os mais diversos temas como o amor, a vida, o medo e o tempo.

2001, p. 23), inaugurado no pós Segunda Guerra Mundial e alicerçado no complexo fordista-keynesiano e o novo padrão que emerge após a crise do petróleo dos anos 1970, marcado pela contestação do caráter público do Estado de Bem Estar e por uma nova morfologia do trabalho. Esses diferentes padrões correspondem respectivamente ao que Bauman vem classificando como *capitalismo pesado* e *capitalismo leve*, cada qual possuindo um horizonte temporal específico.

A ideia de longa duração está ligada ao capitalismo pesado e foi dissipada pela curta duração inerente a dinâmica do capitalismo leve, flexível, típico da modernidade líquida. Para Bauman

(...) A natureza outrora cumulativa e de longo prazo do progresso está cedendo lugar a demandas dirigidas a cada episódio em separado (...). *Numa vida guiada pelo preceito da flexibilidade, as estratégias e planos de vida só podem ser de curto prazo* (BAUMAN, 2001, p. 158).

Isso implicou uma ruptura com a sociabilidade típica do capitalismo pesado onde o jovem aprendiz da Ford terminava sua vida profissional no mesmo local onde a havia iniciado. Pois nesse período:

Quem, como jovem aprendiz, tivesse seu primeiro emprego na Ford, poderia ter certeza de terminar sua vida profissional no mesmo lugar. Os horizontes temporais do capitalismo pesado eram de longo prazo. Para os trabalhadores, os horizontes eram desenhados pela perspectiva de emprego por toda a vida dentro de uma empresa que poderia ou não ser imortal, mas cuja a vida seria, (...), muito mais longa que a deles mesmos (BAUMAN, 2001, p. 168)<sup>17</sup>.

Havia então um “engajamento entre capital e trabalho fortificado pela mutualidade de sua dependência” (BAUMAN, 2001, p. 166).

Para resumir: a mentalidade de “longo prazo” constituía *uma expectativa nascida da experiência*, e da repetida corroboração dessa experiência, de que os destinos das pessoas que

---

<sup>17</sup> Um pouco antes de Bauman, nos anos 1990, o sociólogo inglês Richard Sennett em seu estudo *A corrosão do caráter* refletiu sobre as consequências pessoais do capitalismo flexível. Sennett havia começado a observar a dimensão existencial das formas de precarização do trabalho no novo capitalismo. Comparando duas gerações diferentes de trabalhadores norte-americanos de uma mesma família, Sennett (2012, p. 13-33) pode observar as diferenças nas condições de trabalho e de vida em distintas temporalidades históricas do capital.

compram trabalho e das pessoas que o vendem estão inseparavelmente entrelaçados por muito tempo ainda – em termos práticos, para sempre – e que, portanto, a construção de um modo de convivência suportável corresponde tanto aos “interesses de todos” quanto à negociação das regras de convívio de vizinhança entre os proprietários de casas num mesmo loteamento (BAUMAN, 2001, p. 168. Grifos meus).

Ao identificar essa dependência entre capital e trabalho, Bauman está se referindo ao que Alain Bihl (1998) chamou de pacto fordista do pós II Guerra entre os poderosos sindicatos sociais-democratas europeus com as empresas capitalistas, do qual derivou o Estado de Bem Estar Social no contexto da Guerra Fria. Para Bauman, esse foi um “longo e tortuoso processo de solidificação” (2001, p. 168).

Assim, o final do século XX e início do XXI são marcados profundamente por formas de acumulação e produção flexível, pelo ascenso do neoliberalismo que incidem sobre os *modos de estar* no mundo do trabalho. Nesse contexto, para Bauman

(...) o ingrediente crucial da mudança múltipla é a nova mentalidade de 'curto prazo', que substitui a de 'longo prazo'. Casamentos 'até que a morte os separe' estão decididamente fora de moda e se tornaram uma raridade: os parceiros não esperam mais viver tanto tempo juntos. De acordo com o último cálculo, um jovem americano com um nível médio de educação espera mudar de emprego 11 vezes durante sua vida de trabalho – e o ritmo e frequência da mudança deverão continuar crescendo antes que a vida de trabalho dessa geração acabe. “Flexibilidade” é o slogan do dia, e quando aplicado ao mercado de trabalho augura um fim do “emprego como o conhecemos”, anunciando em seu lugar o advento do trabalho por contratos de curto prazo, ou sem contratos, posições sem cobertura previdenciária, mas com cláusulas até “nova ordem”. A vida de trabalho está saturada de incertezas (BAUMAN, 2001, p. 169) [Destques meus].

Bauman é um sociólogo que elabora reflexões sobre esses trinta anos perversos. O que ele vem classificando como *modernidade líquida* corresponde a esta nova fase inaugurada por um novo arranjo político-econômico e cultural. Não mais baseado no binômio fordismo-keynesianismo, típico do capitalismo pesado e de seu horizonte temporal de longo prazo, mas em novos alicerces sociais que

possuem dificuldades de proporcionar estabilidade e segurança no ambiente de trabalho.

A modernidade sólida era, de fato, também o tempo do capitalismo pesado – do engajamento entre capital e trabalho fortificado pela mutualidade de sua dependência. Os trabalhadores dependiam do emprego para sua sobrevivência; o capital dependia de empregá-los para sua reprodução e crescimento. Seu lugar de encontro tinha endereço fixo; nenhum dos dois poderia mudar-se com facilidade para outra parte – os muros da grande fábrica abrigavam e mantinham os parceiros numa prisão compartilhada. Capital e trabalhadores estavam unidos, pode-se dizer, na riqueza e na pobreza, na saúde e na doença, até que a morte os separasse. A fábrica era seu habitat comum – simultaneamente o campo de batalha para a guerra de trincheiras elar natural para esperanças e sonhos (BAUMAN, 2001, p. 166-167).

O trabalho é então imerso no contexto da flexibilidade estrutural, desorganizando a proteção ao emprego, estimulando os contratos de curto prazo ou sem contrato, instaurando um mundo de *incertezas*. Configuram-se incertezas de novo tipo (BAUMAN, 2001, p. 170) que assinalam um *novo e líquido mundo do trabalho*. Mesmo reconhecendo que a vida de trabalho sempre foi cheia de incertezas, o sociólogo reconhece que

A incerteza do presente é uma poderosa força individualizadora. Ela divide em vez de unir, e como não há maneira de dizer quem acordará no próximo dia em qual divisão, a ideia de “interesse comum” fica cada vez mais nebulosa e perde todo valor prático. (...) Os medos, ansiedades e angústias contemporâneos são feitos para serem sofridos em solidão. Não se somam, não se acumulam numa “causa comum”, não têm endereço específico, e muito menos óbvio. Isso priva as posições de solidariedade de seus status antigo de táticas racionais e sugere uma estratégia de vida muito diferente da que levou ao estabelecimento das organizações militantes em defesa da classe trabalhadora (BAUMAN, 2001, p. 170).

Temos o desenvolvimento de um mundo do trabalho permeado pelo horizonte de curto prazo do capitalismo leve típico da modernidade líquida, trazendo para o ambiente de trabalho a *insegurança, incerteza e instabilidade*, signos desta atual etapa da modernidade. Dessa forma, a relação dos sujeitos com seus locais de trabalho é qualitativamente outra em relação ao período do capitalismo pesado da

modernidade sólida. Se antes havia um engajamento entre capital e trabalho reforçado pela mútua dependência, na atualidade ocorre uma fratura desse engajamento, gestando um ambiente de trabalho tecido de incertezas. Onde o trabalho temporário e os contratos precários alimentam no plano simbólico a racionalidade de curto prazo.

#### **2.1.4.2 Da casa compartilhada ao acampamento: espacialidades do trabalho na modernidade**

De forma sintética, na passagem dos *trinta anos gloriosos* para os *trinta anos perversos* do capitalismo pesado e as noções de *longo prazo* que o acompanhavam foram substituídas pela dinâmica do *curto prazo* do capitalismo leve, o que para Bauman indica a passagem da modernidade *sólida* para a modernidade *líquida*.

A partir do artigo de Bourdieu A precariedade está hoje por toda a parte<sup>18</sup>, Bauman assevera que precariedade, instabilidade e vulnerabilidade são as características mais difundidas das modernas condições de vida (BAUMAN, 2001, p. 184). O autor ainda agrega à acepção francesa de *precarité* o que Ulrich Beck chama de sociedade do risco, o que os ingleses classificam como *insecurity* e os italianos chamam de *incertezza*.

Nesse contexto, é útil para a reflexão sociológica resgatar as metáforas de Bauman do trabalho como *casa compartilhada* e como *acampamento* para entender a dinâmica dos locais de trabalho na modernidade líquida.

O emprego parece um acampamento que se visita por alguns dias e que se pode abandonar a qualquer momento se as vantagens oferecidas não se verificarem ou se forem consideradas insatisfatórias – e não como um domicílio compartilhado onde nos inclinamos a ter trabalho e construir pacientemente regras aceitáveis de convivência. Mark Granover sugeriu que o nosso é um tempo de “laços fracos”, enquanto Sennett propõe que “formas fugazes de associação são mais úteis para as pessoas que conexões de longo prazo” (BAUMAN, 2001, p. 171 [Destaques meus]).

---

18 BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

A tessitura do capitalismo pesado que atava objetivamente capital e trabalho numa firma associação, possibilitava no plano molecular da experiência individual a construção de uma narrativa linear de inserção no mundo do trabalho. Esses elementos projetavam uma racionalidade de longo prazo no plano simbólico da vida dos sujeitos. Assegurando ao trabalho o estatuto de referência sólida, locus de experiências de convivência, conflito e solidariedade *no e pelo* trabalho. Esse foi o período do emprego como *casa compartilhada*, a época do capitalismo pesado existente na modernidade sólida.

A “dependência mútua de longo prazo” (BAUMAN, 2001, p. 171) entre capital e trabalho que foi possível no contexto do capitalismo pesado tem na atualidade dificuldades de se sustentar. A racionalidade de longo prazo derivava do enraizamento do sujeito em seu local de trabalho. Ela foi abalada pela dinâmica nômade do capital, proporcionada por mudanças tecnológicas. Mas se o capital é nômade por opção, o trabalho é nômade por necessidade. Os contratos temporários e a alta rotatividade nos postos de trabalho podem condicionar, no plano simbólico, a projeção de uma racionalidade de curto prazo. Governada pela insegurança, essa racionalidade encontra barreiras congênicas que dificultam a produção de compromissos sólidos. Os locais de trabalho perdem o sentido de “porto seguro” ou “casa compartilhada” e tornam-se “acampamentos”, territórios de constante transição.

Esse contexto espacial e temporal do trabalho não favorece a produção de acordos firmes nem entre capital e trabalho nem entre aqueles que vivem do trabalho. Quando a utilização do trabalho se torna de curto prazo e precária, tendo sido ele despido de perspectivas firmes (e muito menos garantidas) e portanto episódico, quando virtualmente todas as regras relativas ao jogo das promoções e demissões foram esgotados ou tendem a ser alteradas antes que o jogo termine, há pouca chance de que a lealdade e o compromisso mútuos brotem e se enraízem. Ao contrário dos tempos de dependência mútua de longo prazo, não há quase estímulo para um interesse agudo, sério e crítico por conhecer os empreendimentos comuns e os arranjos a eles relacionados, que de qualquer forma seriam transitórios (BAUMAN, 2001, p. 171).

Espécie de “desterritorialização” das experiências de trabalho e de uma sociabilidade precária através do emprego, a atual dinâmica do trabalho



representada pela metáfora do acampamento auxilia a identificar que o emprego no capitalismo leve ganha uma dimensão cada vez mais líquida, flexível e nômade. A fragilidade dos vínculos empregatícios contribui para gerar narrativas não lineares de inserção no mundo do trabalho e uma racionalidade impregnada pelo curto prazo. Esses fatores dizem respeito às consequências simbólicas do trabalho na modernidade líquida.

Como Pierre Bourdieu não se cansou de observar, o estado permanente de *precarité* — insegurança quanto à posição social, incerteza sobre o futuro da sobrevivência e a opressiva sensação de “não segurar o presente” — gera uma incapacidade de fazer planos e segui-los (BAUMAN, 2003, p. 42).

A noção de *projeto* tende a ser abalada, pois se vive num “estado permanente de *precarité*”. O trabalho tem dissolvida sua função de elemento planejador na vida dos sujeitos. Pelo trabalho portar signos da instabilidade e insegurança, passa a ocupar um lugar qualitativamente distinto na visão de mundo dos indivíduos.

(...) Para evitar frustração iminente, [os sujeitos] tendem a desconfiar de qualquer lealdade em relação ao local de trabalho e relutam em inscrever seus próprios planos de vida em um futuro projetado para a empresa. É uma reação natural a “flexibilidade” do mercado de trabalho, que, quando traduzida na experiência individual de vida, significa que a segurança de longo prazo é a última coisa que se aprende a associar ao trabalho que se realiza (BAUMAN, 2001, p. 175).

Percebe-se que através de antíteses como modernidade *sólida* e modernidade *líquida*, capitalismo *leve* e capitalismo *pesado*, *longo* prazo e *curto* prazo, trabalho como *casa compartilhada* e trabalho como *acampamento*, Zygmunt Bauman constrói através de contraposições sua narrativa sobre as mudanças nos sentidos do trabalho na modernidade. Assim, temos a narrativa baumaniana sobre os sentidos do trabalho na modernidade líquida marcada pela perspectiva temporal do desenvolvimento de uma racionalidade de curto prazo e uma dimensão espacial de desterritorialização das experiências de trabalho, condensadas em sua metáfora do trabalho como acampamento.

Os movimentos teóricos de Bauman articulam transformações estruturais com mudanças culturais no território simbólico dos sujeitos, mantendo sua busca na compreensão das *consequências humanas* da modernidade. Registro aqui uma hipótese para futuras reflexões. Podemos ver presente no mundo do trabalho aspectos da liquidez moderna (curto prazo, flexibilidade, incerteza) pontuados por Bauman. Nesse sentido, a analítica baumaniana contribui para pensarmos uma noção de trabalho líquido que inclui as formas atuais de precarização do trabalho marcados pela alta rotatividade nos postos de trabalho, emprego temporário, sem contrato, terceirizado e as consequências humanas desse processo a manifestar-se no plano simbólico dos sujeitos. O trabalho líquido diz respeito a todas essas formas de trabalho marcadas pela curta duração da relação empregatícia que dificulta a criação de uma identidade a partir do trabalho, que obstaculiza a formação de uma comunidade de interesses seja entre capital e trabalho, no plano das negociações coletivas, seja entre os próprios trabalhadores, não propiciando a experiência de coletivos de trabalho e solidariedade entre os sujeitos.

A metáfora da liquidez proposta por Bauman como chave de leitura da atual etapa da modernidade é rica em possibilidades de análise sociológica das relações laborais. Ela pode se somar a gramática dos estudos críticos sobre o trabalho ao servir de instrumento para entender o atual espírito do capitalismo e suas consequências humanas.

## 2. ADENTRANDO O “TERRITÓRIO FANTASMA”: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Neste segmento, farei considerações acerca da condução da pesquisa. Apresento inicialmente meu percurso até o objeto de estudo, em seguida a constelação teórica utilizada que me leva a considerar as *experiências pessoais de classe* como um território de análise e posteriormente os recursos metodológicos da *entrevista compreensiva* e da *análise de conteúdo* como elementos que possibilitam aproximação a esse território.

### 2.1 O encontro com o objeto de estudo: percursos de uma pesquisa

Meu percurso até o tema do precariado não foi uma linha reta, mas um trajeto cheio de curvas e recomeços. Meu projeto aprovado para a seleção de mestrado da UFC para a turma de 2013 não versava sobre o precariado, mas acerca das terceirizações no serviço público municipal de saúde. Seria um estudo de caso sobre uma empresa de terceirização chamada IDGS e como a terceirização era sentida no âmbito das experiências pessoais de classe dos trabalhadores inseridos em contratos de trabalho terceirizados.

Durante o Curso de leitura ministrado por minha orientadora, Alba Carvalho, debatemos o tema do precariado no contexto das Jornadas de Junho de 2013. Eu já havia lido sobre o tema, inclusive constando referências sobre o precariado em meu Memorial apresentado a seleção de mestrado. Mas um seminário apresentado por mim sobre o lugar do precariado na teoria social contemporânea obrigou-me a retomar as leituras sobre o tema e atualizá-las. A partir daí, a urgência de debater esse segmento de jovens-adultos altamente escolarizados, mas inseridos em trabalhos precários me despertou.

Esse seminário que eu chamei de *Três visões sobre o precariado: Standing, Alves e Braga* foi transformado no artigo *Por uma sociologia do precariado: as contribuições de Guy Standing, Giovanni Alves e Ruy Braga*<sup>19</sup>, publicado na revista

---

19 MAURICIO, Francisco Raphael Cruz. Por uma sociologia do precariado: as contribuições de Guy Standing, Giovanni Alves e Ruy Braga. Revista Trabalho e Sociedade, Fortaleza, v. 1, n. 1, jul/dez 2013, p. 89-105.

Trabalho e Sociedade no segundo semestre de 2013. Assim, vi que o precariado rendia uma dissertação e fui orientado pela professora Alba Carvalho a trocar o tema definitivamente. Ao final do segundo semestre, minhas leituras e projeto inicial são remanejados. Um ponto de contato entre o antigo projeto sobre terceirização e o novo acerca do precariado é que o segmento social a ser estudado não é tão diferente. Era possível que na pesquisa abortada sobre terceirização eu encontrasse o precariado em meio a trabalhadores de outros segmentos geracionais e educacionais.

Possuo uma ligação geracional com o estudo do precariado. Experimentei a sensação de que o “novo e precário mundo do trabalho” batia a porta da minha geração a partir da minha trajetória e de amigos recém-graduados desempregados ou precariamente inseridos no trabalho: sociólogos serigrafistas, geógrafos garçons, historiadores fazendo bicos em escolas, advogados “concurseiros” e ainda o contingente de colegas se graduando e vivendo de bolsas e estágios que nem sequer chegavam a um salário mínimo. Outro momento importante foi os levantes dos indignados, a primavera árabe, o movimento occupy no período 2011-2012 e, por último, as Jornadas de Junho de 2013, quando parecia ressurgir, a nível mundial e nacional, “antigas” demandas da classe trabalhadora sobre condições de vida e de trabalho.

A nível global as exigências de melhor saúde, educação e moradia, eram seguidas de recorrentes denúncias de desemprego, flexibilização e precarização do trabalho, constatando que até nos países centrais do capitalismo e mais fortemente na periferia da Europa a atual geração poderia viver em condições de vida inferiores que a de seus pais e avós. A crise econômica de 2008 atingiu sobremaneira os países da União Europeia e dos Estados Unidos, evidenciando as questões listadas acima. As recorrentes medidas de austeridade sobre os, pejorativamente, chamados PIGS (Portugal, Irlanda, Grécia, Espanha) foram exemplos de desmonte do que havia restado do Estado de Bem Estar Social na Europa, seguido por uma forte financeirização na esteira da desregulamentação das economias. Essa constelação de fatores acarretou modificações significativas na morfologia do trabalho e dos direitos sociais nos países europeus, onde para 2014 se prevê que as taxas de desemprego entre os jovens na Grécia e na Espanha cheguem aos 30%<sup>20</sup>.

20 OCDE prevê subida do desemprego em Portugal para 2014. Euronews, 16 jul 2013. <http://pt.euronews.com/2013/07/16/ocde-preve-subida-do-desemprego-em-portugal-para-2014/>. Acesso em

Passei a pensar no que esse contexto histórico reservava nos próximos anos aos trabalhadores da América Latina e do Brasil, vindos de um contexto histórico distinto, com uma morfologia do trabalho própria e uma configuração diferenciada no que diz respeito aos direitos sociais.

Algumas questões estruturais da formação da sociedade brasileira condiciona que as mudanças acarretadas pela última crise econômica venham a ter um impacto diferenciado aqui. Se nos países centrais a flexibilização da acumulação e dos direitos trabalhistas iniciou o desmonte do Welfare State a partir da quebra do compromisso fordista, no Brasil não houve em sua história um Estado de Bem Estar Social, como o europeu, com universalização dos direitos sociais básicos. A nossa, digamos assim, “modernidade à brasileira” contém o pior dos dois mundos: as desvantagens do subdesenvolvimento, que não chegou a conhecer o Welfare State, acrescidas da selvageria do capitalismo financeirizado (FREDERICO, 2008, p. 178). Frederico, em outro momento, a partir de Alfredo Bosi, chega a afirmar que o Brasil viveu uma pálida versão do Welfare State, que seria o Estado-providência inaugurado com a Revolução de 30 (FREDERICO, 1996, p. 7-8). Dessa forma, quando os choques do capitalismo central chegam ao Brasil eles potencializam uma precarização estrutural do trabalho já historicamente existente no país, marcada por rotatividade da força de trabalho, arrocho salarial e superexploração (ALVES, 2005, p. 239-242).

A partir das questões em torno da flexibilização trabalhista, seleções públicas para trabalhos temporários e demais formas de precarização do trabalho que senti em meu cotidiano familiar e geracional, apliquei a dica de Mills de que quando experimentamos uma forte sensação sobre acontecimentos e ideias devemos procurar não deixá-las fugir e tentar formulá-las para nossos arquivos, elaborando suas implicações, nos revelando se são apenas ideias tolas ou poderão ser articuladas de forma produtiva (MILLS, 1975, p. 213.).

No Brasil, na última década experimentaram-se modificações relevantes que a teoria social vem tentando dar conta de identificar e refletir. Foi nela que novos problemas foram formulados e velhas questões foram rediscutidas. Uma década que proporcionou uma rica e instigante gramática de análise onde constam termos diversos como o *lulismo* em suas várias acepções, de André Singer a Francisco de

Oliveira, o *neodesenvolvimentismo*, de Fiori à Bresser-Pereira, o *preariado* de Giovanni Alves e Ruy Braga, os *batalhadores* ou a *nova classe média* de Jessé Souza a Márcio Pochmman, o *pós-neoliberalismo* de Emir Sader e redefinições acerca da questão social e urbana a partir das Jornadas de Junho de 2013. Essas são questões que chamam a imaginação sociológica à reflexão<sup>21</sup>.

Dessa forma, o interesse de estudar a temática do trabalho através da dimensão do precariado veio de minha própria inserção nesse novo e precário mundo do trabalho, aliado ao interesse intelectual na busca de sua compreensão. Há uma passagem em A imaginação sociológica em que Mills afirma que

Antes de concluirmos qualquer trabalho, por mais ocasional, orientamos esse trabalho para a tarefa central e permanente de compreender a *estrutura* e a *tendência*, o condicionamento e os *sentidos*, de nosso próprio período, o terrível e magnífico mundo da sociedade humana na segunda metade do século XX. (MILLS, 1975, p. 242. Destaques meus).

Acredito que uma das maneiras de compreender “nosso próprio período, o terrível e magnífico mundo da sociedade humana”, mas na primeira metade do século XXI, passa pelo entendimento dos sentidos produzidos pelos agentes desse novo e precário mundo do trabalho.

### 2.1.2 As experiências pessoais de classe como um território de análise

Segundo Alves (2012), no capitalismo flexível, estabeleceu-se uma nova precariedade salarial que implicou num outro sociometabolismo laboral, isso quer dizer, um novo complexo econômico e jurídico que altera a forma com que os

---

21 Uma série de debates está sendo fomentada a partir de obras matrizes, onde se destacam SINGER, André. Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele: Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. SOUZA, Jessé. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. POCHMANN, Marcio. Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012. BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012. MARICATO, Ermínia (*et al.*). Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. SADER, Emir (Org). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, 2013. BOITO JR, Armando. GALVÃO, Andréa. Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000. São Paulo: Alameda, 2012.

assalariados se relacionam com o mundo do trabalho. Sennett (2012), afirma que o processo de flexibilização do trabalho trouxe consigo também consequências pessoais e interpessoais. A pista que esse dois autores indicam é que com o trabalho flexível não se alteraram somente as estruturas objetivas do mundo laboral, mas também a própria experiência dos sujeitos inseridos nesse contexto.

Partindo dessa constatação e observando o panorama das pesquisas na área de sociologia do trabalho, especialmente no que concerne ao tópico dos estudos sobre precarização, Alves (2012, p. 29) afirma que as análises sobre o tema tendem a salientar tão somente a precarização social do trabalho como degradação da *condição salarial* da força de trabalho como mercadoria e como sujeito de direitos. Aspectos estes recorrentes nas abordagens macroeconômicas e da morfologia do trabalho. Essa abordagem remete ao estudo clássico de Robert Castel (2005) e o que ele denominou de *corrosão da condição salarial*. Deste modo, para Alves, ao se deter exclusivamente no aspecto da condição salarial,

(...) ocultam-se dimensões da desefetivação do homem-que-trabalha como ser humano-genérico em virtude da reorganização do modo estranhado de controle do sociometabolismo do capital instaurado pelas novas condições de exploração/espoliação da força de trabalho sob o modo de acumulação flexível. Por isso, *o enfoque crítico do metabolismo social do trabalho implica tratar das dimensões da precarização do trabalho desprezadas pelas investigações sociológicas propriamente ditas*, resgatando, deste modo, o conceito de “precarização do homem-que-trabalha” (ALVES, 2012, p. 30. Destaques meus.).

Por sua vez, a perspectiva do metabolismo social do trabalho significa expor os impactos das mutações laborais na vida das singularidades pessoais de classe e nas relações sociais e humanas do trabalhador assalariado. Trata-se, desse modo, guardando as devidas diferenças, de uma abordagem próxima a de Richard Sennett (2012) e de sua análise sobre a *corrosão do caráter*, isso quer dizer, as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Isso converge para um direcionamento teórico que

(...) nos permita apreender novas dimensões da precarização do trabalho *ocultas* nas abordagens da macroeconomia do trabalho e da morfologia social do trabalho (...), *apreender os rastros ocultos* do trabalhador assalariado como trabalho vivo ou homem-que-trabalha inserido na vida cotidiana, com a

organização do binômio tempo de vida-tempo de trabalho e as múltiplas dimensões da vida social e relações de sociabilidade (ALVES, 2012, p. 29. Destaques meus).

De forma esquemática – e se responsabilizando pelos riscos que isso possa acarretar – identifico duas abordagens nos estudos sobre processos de trabalho. Uma, se centra nas problemáticas envolvidas na *condição salarial*, que se desdobra metodologicamente na análise da força de trabalho enquanto mercadoria e sujeito de direitos. Este é um campo privilegiado de reflexão da *teoria da exploração*, recorrente em estudos de corte estrutural de macroeconomia e morfologia do trabalho (CASTEL, 2005; POCHMANN, 2012; ANTUNES; 2011). A outra abordagem, é centrada nos impactos do trabalho na vida dos sujeitos, espécie de território das experiências pessoais de classe.

A precarização do trabalho não se resume àquilo que pensa a sociologia do trabalho, isto é, a mera precarização social do trabalho ou precarização dos direitos sociais e direitos do trabalho de homens e mulheres proletários. *A precarização do trabalho implica também a precarização-do-homem-que-trabalha* como ser humano-genérico (o que explica a pandemia de depressão e transtornos psicológicos do homem-que-vive-do-trabalho) (ALVES, 2011)<sup>22</sup>.

Essa segunda abordagem tenciona a análise da sociologia do trabalho, convidando-a a observar outros territórios onde também se desdobra a precarização. Um convite a abordar teoricamente a força de trabalho não apenas como *mercadoria*, mas como *trajetórias* pessoais que comportam mudanças de caráter (SENNETT, 2012). Ou, nos termos de Alves (2013), como ser humano-genérico, tratando “das dimensões da precarização do trabalho desprezadas pelas investigações sociológicas propriamente ditas” (ALVES, 2012, p. 30).

A primeira abordagem é mais recorrente nos estudos sobre trabalho, já a segunda nasce da crítica à primeira por esta não permitir o acesso a determinadas questões que derivam da condição salarial, mas não se restringem a ela. Questões estas que foram ocultadas pelas abordagens da macroeconomia e da morfologia social do trabalho, negligenciando a possibilidade de estudar outras dimensões

---

<sup>22</sup> ALVES, Giovanni. Crise estrutural do capital e precarização do homem-que-trabalha. Blog da Boitempo. <http://blogdaboitempo.com.br/2011/08/29/crise-estrutural-do-capital-e-precarizacao-do-homem-que-trabalha/>. Acesso 22 abr 2014.



(simbólicas, existenciais) envolvidas no mundo do trabalho. Ao ocultar-se estas questões, elas acabam por se constituir numa espécie de território fantasma a ser desbravado. Isso se desdobra em um novo olhar sobre o tópico tão recorrente da precariedade. Entendo que as dimensões da *precariedade* são múltiplas e estão para além dos aspectos observados pelas lentes macroeconômicas sobre a morfologia do mercado de trabalho. A precariedade também alcança o território das experiências pessoais de classe, permeando os *sentidos* sobre o trabalho.

Ponto esse percurso dos estudos sobre trabalho que vão da *condição salarial* para a *corrosão do caráter* no intuito de sugerir uma abordagem de pesquisa com *intenções* mais *etnográficas* do que *estatísticas*, mas que busca relacionar *fenomenologia* com *morfologia*, considerando o âmbito *molecular* das experiências dos sujeitos e não apenas o plano *molar* da macroeconomia. Não pretendo forçar uma aproximação das abordagens listadas acima no sentido de uma “confraternização de impossibilidades”, como poderia dizer Marx(2010)<sup>23</sup>, mas, pelo contrário, de pensar as “possibilidades de confraternização” entre esses modelos de reflexão.

A conceito utilizado por Alves (2013) que baliza a discussão por uma analítica existencial do proletariado é o de *condição de proletariedade*.

A analítica existencial do proletariado a partir do conceito de “condição de proletariedade” pode ser considerada a base categorial-objetiva para construirmos, na perspectiva dialético-materialista, uma teoria da classe social do proletariado que consiga, por um lado, romper com as incrustações positivistas que impregnam as elaborações sociológicas (e marxistas) do conceito de classe social e, por outro lado, salientar a centralidade ontológica do processo de formação do sujeito histórico de classe capaz de promover a práxis emancipatória no século XXI (ALVES, 2013, p. 61).

Isso implica, no plano teórico, a não exclusão dos aportes oferecidos pelas elaborações marxistas da *teoria da exploração* e da *teoria do estranhamento* na abordagem das trajetórias de vida do precariado. É importante salientar que a

---

<sup>23</sup> MARX, Karl. Manuscritos econômicos-filosóficos. Tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri. 4ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2010.

divisão entre teoria da exploração e teoria do estranhamento é meramente heurística, tendo em vista que a exploração sempre pressupõe estranhamento (ou trabalho estranhado) e o trabalho estranhado, sob o modo de produção capitalista, pressupõe exploração (ALVES, 2013, p. 65).

**Tabela 1**  
**Teoria da exploração e teoria do estranhamento**

Teoria da exploração	Teoria do estranhamento
<p>Valor/Mais-valia (Trabalho produtivo/trabalho improdutivo) “em-si”</p> <p>“A teoria da exploração é o complexo categorial que explica a dinâmica estrutural de produção e acumulação de valor, (...) do sistema de controle sociometabólico do capital. (...) A teoria da exploração é exposta por Karl Marx no decorrer da crítica da economia política, alcançando na obra <i>O Capital</i> (1867) seu ápice de desenvolvimento científico” (ALVES, 2013, p. 64).</p>	<p>Relações sociais/práxis histórica (sujeito/objeto) “para-si”</p> <p>“A teoria do estranhamento é o complexo categorial que explica a <i>desefetivação</i> do ser genérico do homem que trabalha a partir das relações sociais/práxis histórica, constitutivas do trabalho estranhado e da vida social estranhada subjacente à produção do capital (relações sociais entre <i>sujeito/objeto</i> mediadas pelas relações sociais <i>sujeito/sujeito</i>)” (ALVES, 2013, p. 64).</p>

Nesse sentido, ponho em movimento de forma flexível e dialogada com uma abordagem sociológica compreensiva, a analítica proposta por Alves (2013, p. 111) acerca das formas de crise do trabalho vivo, composta pela *crise da vida pessoal*, *crise de sociabilidade* e *crise da autorreferência humano-pessoal*. Aqui não se trata de encaixar “a todo custo” as crises identificadas por Alves nas trajetórias de trabalho analisadas durante a pesquisa, mas, a partir dos casos estudados, perceber o grau de incidência ou a variedade dessas crises tendo por referência recortes empíricos.

De forma sucinta, podemos elencar os principais traços dessas crises. A *crise da vida pessoal*

decorre do processo de redução do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria. A redução do tempo de vida a tempo de trabalho estranhado é uma operação cotidiana de despersonalização do homem ou de perversão/inversão do 'núcleo humano' em 'núcleo animal' (ALVES, 2013, p. 111).

*A crise de sociabilidade* “é a crise do homem com outros homens e o dilaceramento dos laços sociais que constituem a sociabilidade humano-genérica” (ALVES, 2013, p. 112).

O novo metabolismo social do trabalho sob o capitalismo flexível, ao disseminar a insegurança (e incerteza) de contratos de trabalho flexíveis, obstaculiza a tecitura de espaços de sociação como lugares de partilha de experiências coletivas (ALVES, 2013, p. 112).

#### *A crise de autorreferência pessoal*

é a crise do homem consigo mesmo na medida em que ocorre a corrosão da sua autoestima pessoal. Sob a nova ordem salarial, deve-se “quebrar” a autoestima do “trabalho vivo” como pessoal humana, reduzindo-o à mera “força de trabalho” comprometida com os ideais do capital (ALVES, 2013, p. 113).

Nesse sentido, o emprego das trajetórias de trabalho busca abordar os sujeitos da pesquisa não apenas em relação a precarização salarial, que diz respeito, de forma geral, à precarização das condições salariais propriamente ditas e à precarização das condições de trabalho. Também aborda-se o que Alves (2013) vem conceituando como a *precarização do homem-que-trabalha*, isso quer dizer, que “ocorre no plano da subjetividade humana, reverberando-se em desequilíbrios metabólicos das individualidades pessoais de classe que conduzem, no limite, no caso de singularidades pessoais, às situações de adoecimento” (ALVES, 2013, p. 178).

Desse modo, chego a uma bifurcação categorial basilar para o percurso de pesquisa. Essa bifurcação diz respeito às categorias de *precarização salarial*, ligada a um processo de “corrosão salarial” e *precarização do homem-que-trabalha*, ligada a um processo de “corrosão do caráter”.

Na esteira do que Castel (2005) chamou de corrosão salarial,

A precarização salarial, que diz respeito, por um lado, à precarização das condições salariais propriamente ditas (contrato, remuneração e jornada de trabalho) e, por outro lado, à precarização das condições de trabalho por conta das mudanças na organização da produção com a implantação do novo arcabouço tecnológico informacional e novo método de gestão de cariz flexível que contribui para a intensificação das rotinas de trabalho e reforça o controle e envolvimento do trabalho vivo no processo produtivo do capital. A precarização salarial diz respeito à morfologia social do trabalho flexível e suas consequências na força de trabalho como trabalho vivo. (ALVES, 2013, p. 178).

Por outro lado, tem-se o processo de precarização do homem-que-trabalha, guardando relação com o que Sennett (2012) chamou de corrosão do caráter. Isso quer dizer, as consequências do trabalho flexível sobre o sujeito trabalhador a ponto de penetrar seu caráter dando-lhe uma nova configuração.

A precarização do homem-que-trabalha, que diz respeito à precarização do ser genérico do homem por conta das novas condições salariais de exploração/espoliação da força de trabalho. Nesse caso, a precarização do homem-que-trabalha ocorre no plano da subjetividade humana, reverberando-se em desequilíbrios metabólicos das individualidades pessoais de classe que conduzem, no limite, no caso de singularidades pessoais, às situações de adoecimentos (ALVES, 2013, p. 178-9).

Meu viés de análise se beneficia de ambas as perspectivas, necessariamente interligadas e interdependentes. Mais uma vez

“é importante salientar que a diferenciação entre 'precarização salarial' e 'precarização do homem-que-trabalha' é tão-somente uma divisão heurística (a precarização salarial tende a ocultar a precarização do homem-que-trabalha)” (ALVES, 2013, p. 178-179).

Dessa maneira, é necessário observar tanto a dimensão objetiva-estrutural que remete ao viés macroeconômico e morfológico do trabalho quanto a dimensão simbólica-histórica, relacionada com os atributos existenciais das individualidades pessoais de classe subsumidas ao modo de produção capitalista (ALVES, 2013, p. 61). Esse passo é dado através dos relatos dos sujeitos da pesquisa. Ambas as

dimensões dizem respeito a momentos diferentes de um mesmo processo de pesquisa concebidos de forma holística na integração entre os aspectos *estruturais* e *simbólicos* que condicionam minha abordagem, inspirada na orientação giddesiana da dualidade da estrutura, como exposto no início do tópico.

Entre as análises que tendem para um viés mais “casteliano” de estudar a corrosão da condição salarial, fazendo uso de uma lente telescópica, ou um viés mais “sennettiano” de investigar a corrosão do caráter, olhando através da lente microscópica, acredito que o presente estudo se beneficia dessas duas abordagens, entendidas como diferentes, mas não contraditórias.

### **2.1.3 Entrevista compreensiva e análise de conteúdo como recursos metodológicos**

A opção pela entrevista compreensiva para tentar acessar os sentidos<sup>24</sup> do trabalho atribuídos pelos sujeitos em suas trajetórias é concernente com uma proposta que procura se aproximar do território até então “fantasma” das experiências pessoais de classe.

Portanto, o conceito de “precarização do homem-que-trabalha” põe-se no plano do metabolismo social do trabalho. O que coloca a necessidade de utilizarmos técnicas de investigação etnográficas propriamente ditas (história oral e história narrativas), capazes de apreender a dialética entre o *singular*, *particular* e *universal* e o *território das experiências pessoais de classe* em suas formas de *consciência social em processo* (ALVES, 2012, p. 29. Destaques meus).

Como observa Alves, essa triangulação dialética entre o singular, o particular e o universal não pode ser buscada unicamente através dos dados estatísticos. Faz-se necessário o intercâmbio com técnicas de viés qualitativo de pesquisa, entre elas a *entrevista*, para entender essa triangulação e compreender a “consciência social em processo”. Assim, a abordagem crítica do metabolismo social do trabalho

---

24 A palavra “sentido” é aqui empregada no sentido atribuído por Weber de que “não se trata, de modo algum, de um sentido objetivamente 'correto' ou de um sentido 'verdadeiro' obtido por indagação metafísica. Nisso reside a diferença entre as ciências empíricas da ação, a Sociologia e a História, e todas as ciências dogmáticas, a Jurisprudência, a Lógica, a Ética e a Estética, que pretendem investigar em seus objetos o sentido 'correto' e 'válido'” (WEBER, 1991, p. 04).

apresentada por Alves não se contenta em olhar o mundo social através das lentes do telescópio, busca também enxergar o que o microscópio social pode nos revelar a cerca do “território das experiências pessoais de classe”.

Foi na esteira de construir um diálogo com a perspectiva crítica do metabolismo social do trabalho, proposta por Alves, e uma orientação sociológica de inspiração compreensiva, como formulada por Weber, que cheguei até a *entrevista compreensiva* como recurso metodológico.

A *démarche* aqui proposta resolve a dificuldade ao tratar, não da entrevista em geral, mas de uma metodologia particular: a entrevista compreensiva. Trata-se de um método ao mesmo tempo pouco divulgado enquanto tal e muito próximo de outros métodos em numerosos aspectos: grande parte é tomada emprestada de escolas vizinhas. Ele recebe emprestado primeiramente as diversas técnicas de pesquisa qualitativa e empírica, sobretudo as técnicas etnológicas de trabalho com informantes. No entanto (...), *os dados qualitativos recolhidos in situ estão concentrados na palavra recolhida no gravador, vindo a se tornar o elemento central do dispositivo*. Portanto, ele toma emprestado também da técnica habitual da entrevista semidiretiva. No entanto, os etnólogos ficarão desconcertados diante desse método que permite, por exemplo, analisar as práticas utilizando a palavra, e os especialistas da entrevista semidiretiva ficarão surpresos ao constatar o grande número de inversões de suas instruções habituais (sobre a neutralidade, a amostra etc.). Situada no cruzamento de diversas influências, a entrevista compreensiva constitui de fato um método muito específico, com uma forte coerência interna (KAUFFMAN, 2013, p. 27. Destaques meus).

É concentrando-se na palavra recolhida no gravador que a entrevista compreensiva tem o seu foco, qual seja, analisar as práticas utilizando as palavras. As palavras em conjunto formam um discurso e esse discurso é passível de análise. Ao refletir sobre o fazer pesquisa de campo, Fontenele (2013) afirma que as falas e registros de observação, quando transcritos e ou sistematizados em textos, assumem a condição de discurso a ser desvendado, desocultado.

É entendendo as falas do precariado enquanto discursos e textos a serem desvendados, que encontro na Análise de Conteúdo, como formulada por Carvalho (1983), uma fecunda via metodológica de investigação. Como afirma a autora, a partir da análise crítica do método e do cotejo com outros autores:

Miriam Limoeiro Cardoso, partindo da constatação da insuficiência do método da análise de conteúdo tradicional e do método de análise estrutural em termos de capacidade explicativa, configura uma nova técnica de análise de conteúdo, a partir de indicações dos dois referidos métodos, buscando ultrapassar no processo de conhecimento o nível de descrição para atingi o nível de análise. Essa sua proposição metodológica, fundada na tese do papel decisivo da orientação teórica na construção do conhecimento do real, faz a ligação entre Teoria e Material empírico. O processo metodológico inicia-se com a configuração de uma teoria no sentido de delimitação de **categorias fundamentais** que precisam ser simples e suficientemente gerais para orientar todo o processo de investigação. Tenho por base as categorias teóricas fundamentais e a especificidade do objeto de estudo, definem-se as unidades de análise que são os **temas**. Os temas, como unidades de análise, expressam feixes de relações, ou seja, uma combinação de relações. Os temas são constituídos por **itens** que configuram determinadas relações em suas diferentes possibilidades, marcando assim os diversos posicionamentos que podem ser assumidos em cada tema (CARVALHO, 1983, p. 18-19. Destaques da autora).

Nesse sentido, procuro organizar em grandes temas a riqueza do material empírico expresso nas entrevistas. Esses temas são as unidades de análise referentes ao momento da investigação da pesquisa. Em seguida, no momento de exposição, faço o cotejo das falas dos sujeitos com as categorias de análise, constituindo o esforço de desvendar o discurso do precariado através de uma leitura teórica baseada em autores que pensam as novas configurações do trabalho na atual civilização do capital. É seguindo essa via analítica que busco a tecitura entre teoria e empiria numa prosa sociológica coerente.

Essa orientação metodológica dialoga com o que diz Bourdieu acerca da *ilusão biográfica*.

Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos, sem outra ligação que a vinculação a um “sujeito” cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações (BOURDIEU, 1996, 81).

Seguindo a orientação bourdieusiana, temos que explicar o trajeto no metrô a partir da estrutura da rede que conecta as diversas estações. Isso quer dizer, nos termos desta pesquisa, entender a trajetória de trabalho do precariado considerando não somente a biografia do sujeito, mas também a inserção na matriz de relações objetivas, no caso, o novo e líquido mundo do trabalho.

No intuito de entender como as “pequenas histórias” se entrelinham com as “grandes narrativas”, tenho como parâmetro a “trajetória de trabalho” dos sujeitos da pesquisa. Entendo por trajetória de trabalho a dimensão da história de vida do sujeito centrada em sua inserção e experiência no mundo do trabalho. Nesse sentido não busco reconstruir toda a abrangência e complexidade da história de vida dos sujeitos entrevistados. Busco de forma modesta e artesanal me deter num determinado aspecto de suas histórias de vida, isto é, sua inserção e experiência pessoal no mundo do trabalho<sup>25</sup>.

Nessa mesma direção, as noções de *projeto* e *campo de possibilidades*, formuladas por Gilberto Velho (2003), dialogam com os objetivos dessa pesquisa, como forma de “ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades” (2003, p. 40). Velho, indiretamente reafirma a lição de Bourdieu de “explicar o trajeto no metrô a partir da estrutura da rede que conecta as diversas estações” (1996, p. 81.). Gilberto Velho buscou em Schutz a noção de projeto como “*a conduta organizada para atingir finalidades específicas*” (Velho, 2003, p. 40). Para evitar o forte viés racionalista centrado sobremaneira na consciência individual, Velho traz a noção de campo de possibilidades como “*dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de projetos*” (Velho, 2003, p. 40).

---

25 O recurso a história de vida como instrumento metodológico encontra barreiras objetivas a sua implementação plena numa pesquisa de mestrado realizada no curto espaço de dois anos. Como ela demanda uma maior imersão no universo simbólico do sujeito entrevistado, sendo necessário mais de uma entrevista com o mesmo sujeito, optei pelo recurso da entrevista semiestruturada de base compreensiva, que melhor se adaptou as restrições de espaço e tempo próprias das dissertações de mestrado.



O autor buscou ir além do dualismo, evitando, por um lado, um *voluntarismo individualista* e, por outro, um *determinismo sociocultural* rígido. As noções acima destacadas de *projeto* e *campo de possibilidades* são capazes de auxiliarem no entendimento das trajetórias de trabalho dos sujeitos por contextualizarem essas trajetórias pessoais no espaço social e no tempo histórico da economia e da sociedade.

Através das entrevistas e da análise teórica, procuro compor um quadro baseado na combinação dos relatos com o a teoria. Problematizando as relações entre o *molecular* (agência) e o *molar* (tendências sociais) nas narrativas do precariado. Tenciono a tradução matemática do mundo do trabalho a partir de um ponto de vista que privilegia *o retorno do trabalhador para a sociologia do trabalho enquanto agente e não mero reflexo da estrutura*. Na tentativa de recuperar suas narrativas desperdiçadas por aferições positivistas de dados em pesquisas largamente sociométricas. Assim, cabe ao pesquisador problematizar as relações entre o *íntimo* (mundo simbólico) e o *exterior* (estruturas sociais) do relato dos sujeitos numa prosa sociológica coerente.

Acredito que essa postura de pesquisa pode arejar os estudos sobre processos de trabalho. Pois abre possibilidades para além da descrição positivista de dados, oferecendo uma alternativa sociológica aos discursos científicos produzidos de forma quase sociométrica, pautados por miríades de dados estatísticos recolhidos em questionários de respostas objetivas que reduzem o discurso e as experiências dos sujeitos às opções de resposta *sim* ou *não*. Busco com essa abordagem evitar o *desperdício da experiência*, da qual fala Boaventura de Souza Santos (2000)<sup>26</sup>, recolhendo o que não cabe nos relatórios de pesquisa que negligenciam a subjetividade dos sujeitos, adentrando o território das experiências pessoais de classe como espaço teórico possível da análise sociológica sobre o mundo do trabalho.

Traço, nesses marcos, o desenho de uma abordagem sensível à teoria e a empiria, no esforço de articular representações e estruturas enquanto dimensões complementares que postas em interação auxiliam na apreensão dos sentidos do trabalho no precariado.

---

26 SANTOS, Boaventura de Sousa. Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

## 2. PRECARIIDADE, PRECARIZAÇÃO E PRECARIADO NA LITERATURA: ESBOÇO DE UMA ARQUEOLOGIA TEÓRICA

### 2.1 Precariedade

#### 2.1.1 Da família ao trabalho

Embora o termo *precariedade* seja usado comumente para descrever um tipo de condição derivada de processos de trabalho, sua origem se localiza no campo da sociologia da família e da pobreza na França no final dos anos 1970 (SÁ, 2013; GEORGES, 2009; LEITE, 2009). Nos anos 1980, o termo sofre um deslocamento para o campo dos estudos do trabalho, onde se torna uma chave na compreensão das formas e conteúdos que permeiam a atividade laboral na contemporaneidade.

Na década de 1990, a assertiva de Bourdieu (1997) de que “a precariedade está hoje em toda parte”, reflete a disseminação de um termo que borrou fronteiras epistemológicas. Produz-se uma polissemia em torno da precariedade, entendida não apenas nos termos de *família* e *trabalho*, mas como *vida e existência* precária (BAUMAN, 2007; BUTLER, 2011). Ou ainda, no aspecto mais abrangente de precariedade social (HIRATA, 2011).

Neste capítulo, resgato discursos provenientes de diversos habitats epistemológicos sobre a precariedade, através de uma modesta arqueologia (FOUCAULT, 2009) do termo precariedade no sentido de refletir sobre que condições históricas possibilitaram um saber sobre ela. Concedo atenção especial ao debate advindo dos estudos sobre trabalho, o que corrobora com a estratégia de desenhar um pano de fundo para a discussão sobre o precariado, um termo geneticamente vinculado às reflexões em torno da precariedade. Podemos falar atualmente de uma *literatura* sobre a precariedade confeccionada por diversos autores e que comporta variados sentidos, o que imprimiu uma transversalidade ao termo.

Ao final, traduzo essa discussão em aportes metodológicos sobre o uso de *precariedade* e *precarização*. Entendendo que precariedade refere-se a uma *condição* social compartilhada por homens e mulheres do proletariado e precarização diz respeito a um *processo* social de deterioração do trabalho e de suas condições de realização.

A etimologia de precariedade, um substantivo feminino em língua portuguesa, remete ao latim *precor/precarius* – *pray* em inglês – algo que, para ser obtido é necessário que se reze. Na França, país que dará origem ao debate acadêmico sobre o termo, a noção de *precarité* fora usada a partir do século XIV, em referência a diversos aspectos da existência humana (GEORGES, 2009, p. 156).

No âmbito das ciências, os autores concordam que os anos 1970 são o marco inicial de discussão acadêmica em torno da precariedade. Manifestando-se nos estudos das famílias dos meios populares e da “nova pobreza”, através do binômio pobreza-precariedade, relacionando-se à condição social, a situação da família e do domicílio (SÁ, 2013; GEORGES, 2009; LEITE, 2009), imbricada com elementos como vulnerabilidade na saúde, escassez de recursos, deterioração de laços familiares e solidariedade precária (GEORGES, 2009, p. 156).

Georges (2009, p. 156) identifica que nos anos 1980, o debate desloca-se para o campo dos estudos sobre trabalho na França abrangendo as situações de emprego precário sob a alcunha das *formes particulières d’emploi*. É nesse mesmo liame que aparece no âmbito jurídico o reconhecimento de *outras* formas de emprego reconhecidas pela lei. Essas *outras* formas dizem respeito às atividades laborais não vinculadas a contratos de emprego em tempo integral e ilimitado, que até então era a norma jurídica.

Para Sá (2013, p. 02), no final dos anos 1980, em artigos acadêmicos, a precariedade já aparece expressamente ligada ao trabalho, associada a contratos chamados *empregos sem estatuto* (emprego incerto com menos garantias sociais). Presencia-se então o alargamento da discussão sobre a precariedade, se distanciando do campo das famílias pobres para os empregos sem estatuto.

### **2.1.2 Do trabalho à sociedade**

Georges (2009, p. 156) afirma que desde o início do anos 1990, a noção de precariedade passa a ser usada em referência a um *processo de precarização da sociedade*, imprimindo às categorias de vulnerabilidade e fragilidade um sentido aproximado ao de precariedade. Segundo Sá (2013, p.02), é no bojo dessas discussões que emerge um conjunto de autores que se detêm no *fenômeno da*

*precariedade laboral*. Por exemplo, Robert Castel que passa a falar da desestabilização geral da sociedade advinda da corrosão do Welfare State e do padrão salarial fordista.

Para Sá (2013, p.02) a visão de Castel observa uma precariedade mais ampla relacionada ao *esboroamento da condição salarial*, quando ocorre a *desestabilização dos estáveis*. Isso quer dizer, o trabalhador com estatuto estável de emprego passa a experimentar uma nova dinâmica laboral após as transformações advindas da reestruturação produtiva, com recuo de direitos trabalhistas e garantias sociais, aspectos que não faziam parte do núcleo duro do mercado de trabalho constituído por homens brancos adultos especializados em uma função, e restringia-se a empregos ocupados por imigrantes, mulheres, jovens e trabalhadores não qualificados.

Esses novos arranjos jurídicos foram uma demanda para abarcar uma morfologia do trabalho que se desenvolvia em decorrência do a) esgotamento do padrão fordista de emprego e b) com o esmorecimento da cobertura social do Welfare State, que, enquanto instituição, não conseguiu se firmar na conjuntura aberta após a crise do petróleo dos anos 1970 e da reestruturação produtiva que a seguiu. Esses rearranjos jurídicos-políticos são, poderia dizer, nos termos de Marx (p.49-54, 2000), transformações na superestrutura condicionadas por mudanças na infraestrutura econômica, ou, nos termos de Mézáros (p. 94, 2011) em determinações em conjunção, que indicavam mudanças pela qual o sistema do capital, em toda a sua complexidade (Estado, trabalho e capital), estava passando.

É nessa constelação de mudanças que se produziu um saber para explicar as novas dimensões da questão social vivida pelas populações das economias centrais. O estabelecimento e o reconhecimento de discursos sobre a precariedade não surgiram durante o New Deal norte-americano (1933-1936) ou nos “anos de ouro” do capitalismo central, no auge do Welfare State europeu (1945-1971), mas no processo de seu esmorecimento enquanto instituição social capaz de regular as relações entre capital, trabalho e Estado nas economias centrais.

A condição histórica da possibilidade de um saber sobre condições precárias de trabalho e de vida está ligada intimamente, assim, a um novo contexto de esgotamento do binômio fordismo-keynesianismo na Europa pós-choque do petróleo. Meu argumento é que, sejam as condições históricas (arqueologia) sejam

as condições políticas (genealogia) da emergência de um saber sobre a precariedade, elas se relacionam com a diluição de uma conjuntura específica vivida pelas sociedades do capitalismo central. É somente quando o pacto entre Estado, capital e trabalho é reconfigurado no processo de financeirização da economia e privatização dos serviços públicos, isso quer dizer, na ascensão do neoliberalismo, que se constitui um saber sobre a precariedade. É nesse contexto que Castel falará de uma nova questão social, não mais aquela derivada da “sociedade salarial”, mas ligada ao declínio do trabalho como porta de entrada para os direitos sociais.

### 2.1.3 Da sociedade à vida

Neste tópico, abordarei a precariedade em *latu sensu*, isto é, as leituras que observam a precariedade para além do local de trabalho.

Bourdieu (1998, p. 72-76) articulou, a sua maneira, o termo precariedade a partir da análise das mutações do trabalho relacionadas à flexibilidade do emprego. A discussão tecida pelo sociólogo francês está imbrincada a sua reflexão sobre questões molares como o neoliberalismo e a mundialização do capital que redefiniram o desenho social da Europa. Mas também está ligado a questões moleculares como a disseminação da sensação de insegurança relacionada à abrangência do desemprego, dos trabalhos temporários, e na construção de um projeto política transformador pelos sujeitos inserido nessas condições.

Constata-se claramente que *a precariedade está hoje por toda a parte*. No setor privado, mas também no setor público, onde se multiplicaram as posições temporárias e interinas, nas empresas industriais e também nas instituições de produção e difusão cultural, educação, jornalismo, meios de comunicação etc, onde ela produz efeitos sempre mais ou menos idênticos, que se tornam particularmente visíveis no caso extremo dos desempregados: a desestruturação da existência, privada, entre outras coisas, de suas estruturas temporais, e a degradação de toda a relação com o mundo e, como consequência, com o tempo e o espaço. A precariedade afeta profundamente qualquer homem ou mulher exposto a seus efeitos; tornando o futuro incerto, ela impede qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável (BOURDIEU, 1998, p. 72).

Bourdieu observa que a precariedade está relacionada não apenas ao âmbito molar do processo de precarização do trabalho, mas também adentra o território das experiências pessoais e de classe dos sujeitos inseridos em trabalhos precários, afetando as estruturas da sua existência. Acima de tudo, a percepção do autor é que *a precariedade está hoje por toda a parte*, é uma condição que se dissemina a partir do estatuto do trabalho na contemporaneidade. A precariedade está em toda parte, ela está presente na ordem economia da sociedade e na ordem simbólica dos agentes.

Na esteira do pensador francês, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, a partir de suas reflexões sobre a modernidade, observa o alargamento da precariedade para além do local de trabalho, sua acepção possui um sentido global de vida precária quando afirma que “em suma: a vida líquida é uma vida precária, vivida em condições e incerteza constante.” (BAUMAN, 2007, p. 08).

Nessas leituras, a precariedade está para além dos locais de trabalho, expandindo-se para o tecido social como uma mancha e também colonizando o mundo simbólico dos agentes e das coletividades.

Como Pierre Bourdieu não se cansou de observar, *o estado de permanente précarité* — insegurança quanto à posição social, incerteza sobre o futuro da sobrevivência e a opressiva sensação de “não segurar o presente” — gera uma incapacidade de fazer planos e segui-los (BAUMAN, 2003, p. 42. Destaques meus).

A partir do artigo de Bourdieu, Bauman observa que precariedade, instabilidade e vulnerabilidade são as características mais difundidas das condições de vida contemporânea, espécie de gramática que permeia a sociabilidade na modernidade líquida. Ele ainda agrega à acepção francesa de *precarité* o que Ulrich Beck narra como *Risikogesellschaft* (sociedade do risco), o que os ingleses classificam como *insecurity* e os italianos chamam de *incertezza* (BAUMAN, 2001, p. 184).

Incerteza, insegurança e instabilidade traduzem a sensação de um “permanente estado de *precarité*”. Isso cria condições sociais de concedermos a precariedade o estatuto sociológico de *fato social total*? Que como nos disse Bourdieu “está hoje em toda a parte”. Se não um fato social total, isso quer dizer, um

elemento a partir do qual podemos analisar as mais variadas questões da vida moderna, ao menos uma *tendência* que não está desaparecendo, mas predominando nas relações sociais e com bastante relevo fenomenológico no mundo do trabalho.

No plano da teoria, os esforços de captar esse *espírito do tempo* têm sido múltiplos, partindo de diferentes habitats epistemológicos que miram distintos aspectos do mundo social. De questão social a problema sociológico, a precariedade tem instigado reflexões em autores contemporâneos. Existem abordagens que definem a questão em termos *existenciais*, como em Judith Butler<sup>27</sup>, *econômicos*, como em Guy Standing<sup>28</sup>, ou *intersubjetivos*, como em Neilson e Rossiter<sup>29</sup> (BANKI, 2013, p. 02).

(...) A noção de precariedade tem tração teórica em outros lugares, (...) a literatura e outras obras têm expandido a compreensão do termo para incluir a falta de segurança em outras áreas, a forma como gerimos o dia-a-dia, tais como o acesso à documentação legal (Goldring e Landolt, 2011), as normas de gênero (Abrahamson, 2004; Brah, 2002; Fantone, 2007) e “outros aspectos da vida intersubjetiva, incluindo a habitação, o endividamento e a capacidade de construir relações sociais afetivas” (Neilson e Rossiter, 2005) (BANKI, 2013, p. 03).

Na acepção ampla do termo precariedade, o que lhe imprime ritmo teórico é a *insegurança*. De fato, a insegurança e vulnerabilidade são iminentes à própria condição humana marcada pelo horizonte da finitude orgânica do corpo. Contudo, ela se potencializa nos marcos da sociedade moderna, porque além do elemento biológico intransponível operam dinâmicas sociais que disseminam a insegurança ao

---

27 Apesar de meu trabalho discutir o que estamos chamando de *precarização existencial* – inspirando-se na perspectiva do metabolismo social do trabalho –, a abordagem de Butler nesses termos se diferencia da minha. A autora direciona sua reflexão para a relação entre ética, alteridade e não-violência a partir da noção de *self-sovereignty* (auto-soberania). Ver BUTLER, Judith. Vida precária. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.1, p. 13-33.

28 Banki se refere à STANDING, Guy. O precariado: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. Contudo, não podemos resumir os esforços de Standing em tratar a precariedade em termos estritamente econômicos, pois o binômio segurança/insegurança está presente na narrativa de Standing sobre a precariedade e o precariado, o que proporciona a sua discussão uma dimensão social, política e existencial.

29 Os autores são filiados ao *pós-operaismo* de Antonio Negri e Michael Hardt e suas discussões em torno do trabalho imaterial e *general intellect*. Ver NEILSON, Brett; ROSSITER, Ned. Precarity as a political concept, or, fordismo as exception. Theory, Culture & Society 2008 (SAGE, Los Angeles, London, New Dheli, and Singapore), Vol. 25 (7-8): 51-72. Nesse artigo, os autores partem de uma crítica a noção de fordismo para discutir a relação entre novas formas de conexão, subjetivação e organização política.

fragilizar dispositivos de proteção social (emprego, moradia, saúde) como condição de realização da acumulação de capital.

A noção de precariedade descreve a condição de ser vulnerável à exploração devido à falta de segurança. Precariedade sugere o potencial de exploração e abuso, mas *não a sua presença certa. Assim, o trabalho precário não é de fato o desemprego, mas sua ameaça iminente*, e, talvez, de fato frequente. (...) Da mesma forma, precariedade social não descreve uma ausência de redes de apoio, mas o potencial para o seu dismantelamento (BANKI, 2013, p. 02. Destaque meu).

Essa deterioração da proteção social na contemporaneidade, condicionada de forma molar pelas macropolíticas de cariz neoliberal, indica limites e tensões de conciliação entre uma vida digna e os imperativos da acumulação capitalista. Imperativos estes que burlam códigos e atravessam regulações numa dinâmica autocentrada, onde se acumula capital para que se possa acumular mais capital (WALLERSTEIN, 2001).

Pode-se dizer que a precariedade social, regida pelo signo da insegurança, possui uma dimensão também biopolítica que opera de forma assimétrica e seletiva em relação a populações, classes sociais e comunidades.

Segundo Judith Butler, a precariedade traduz uma condição politicamente construída através da qual determinadas populações são assimetricamente expostas a contextos de violência, perigo, enfermidade, migração forçada, pobreza ou morte (BUTLER, 2009, p. 25). De facto, todo o ser humano encontrasse exposto à vulnerabilidade e à contingência da sua condição. Todavia, a vulnerabilidade e a contingência da condição humana apresentam graus assimétricos que variam consoante a comunidade em questão. Existem comunidades particularmente expostas à condição de precariedade, o que significa que esta pode ser compreendida como uma construção humana (MILITÃO, s/d, p. 01).

A maioria proletária é afetada em geral e, em particular, os seus segmentos mais subalternizados na periferia do capitalismo em decorrência da complexa interação entre fatores de classe, raça, gênero e orientação sexual, condicionantes de variadas configurações de precariedade. São formas diversas de precariedade



que decorrem do fato desses segmentos se encontrarem assimetricamente privados dos recursos que possam minimizar sua vulnerabilidade.

The precarious conditions for so long confined to the global periphery, or to those occupations where women, non-citizens, or racialised others predominated, began to extend into the core zones of the world market, into the professional classes, into those spaces long considered to be secure (MITROPOULOS, 2011)<sup>30</sup>.

Como afirma Mitropoulos, as formas de precariedade que hoje experimentam os trabalhadores outrora estáveis na Europa, já eram experimentadas por frações não estáveis do mercado de trabalho, em segmentos como mulheres e imigrantes. O diferencial das recentes mutações do trabalho é que a condição de precariedade atinge hoje os segmentos estáveis da classe trabalhadora. A partir de um estudo que analisou trinta anos (1970-2000) de mudanças e reconfigurações no mercado de trabalho nos EUA, Branch e Hanley concluíram que o trabalho precário, que, segundo as autoras, é o emprego “incerto, imprevisível e arriscado do ponto de vista do trabalhador” (2011, p. 569), tem crescido desde os anos 1970 na esteira dos processos de reestruturação produtiva.

O que era uma característica do mercado de trabalho secundário, ocupado por mulheres, negros e imigrantes, é agora quase *universal*, independentemente de profissão ou setor econômico. É a emergência dos chamados *bad-jobs*, empregos ruins em termos de remuneração, estabilidade e possibilidades de carreira. O crescimento do trabalho precário dissemina uma condição de precariedade entre trabalhadores outrora estáveis e limita a essa condição, como uma “jaula de ferro”, aos segmentos sociais historicamente inseridos nela.

Na União Europeia (UE) experimenta-se uma situação similar. As formas mais flexíveis de trabalho têm sido justificadas pela UE como um requisito que permite o crescimento econômico em economias globalizadas. No estudo elaborado pela própria UE, chamado *Modernizar o direito do trabalho para enfrentar os desafios do século XXI*, a Comissão Europeia salienta que as atuais formas de trabalho atípicas (temporário, *freelancers*, meio expediente) existentes no mercado europeu, representam 25% da mão-de-obra (SÁ, 2013, p. 13). Teresa Sá observa que as

---

30 MITROPOULOS, Angela. From precariousness to risk management and beyond. Europäisches Institut Für Progressive Kulturpolitik. Jan 2011. < <http://eipcp.net/transversal/0811/mitropoulos/en>>. Acesso 22 fev 2013.

situações de precariedade manifestadas primeiramente dentro do grupo dos “trabalhadores periféricos” se estendem posteriormente para um parcela abrangente de trabalhadores fora desse segmento. Trata-se do fenômeno da “desestabilização dos estáveis”,

o que significa que uma parte da classe operária integrada e dos assalariados da classe média baixa está sob a ameaça de perder os seus postos de trabalho. O que parece estar a acontecer é, por um lado, a substituição de um conjunto de empregos – com ordenados superiores ao ordenado mínimo, benefícios sociais, segurança no emprego – por outros com ordenados mais baixos, menos benefícios e sem segurança no emprego; e por outro lado, o desemprego da população mais idosa (com mais de 50 anos) (SÁ, 2013, p. 3-4).

A mancha de precariedade borra as fronteiras do duplo mercado de trabalho, formado por um lado por uma parcela de trabalhadores *integrados* em direitos trabalhistas e cobertura social e, por outro lado, por um conjunto de trabalhadores *não integrados* à cidadania salarial e aos direitos sociais, uma espécie de *proletariado marginal*. A mancha de precariedade compartilha os riscos de empregos com estatuto rebaixado para ambos os lados do mercado de trabalho.

#### **2.1.4 A condição de precariedade e o processo de precarização**

Alves, a partir de Marx, trava uma discussão que entende a condição de precariedade como atributo da sociabilidade burguesa. Isso está imbricado a própria condição estrutural que conforma o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria no capitalismo.

Nas observações de Marx de 1847, encontramos elementos para considerar a *precariedade* e a *precarização* como sendo atributos ontológicos das individualidades sociais que se constituem na sociedade burguesa. A individualidade burguesa é, portanto, uma individualidade de classe (ou individualidade estranhada) submetida ao acaso e ao poder das coisas. Deste modo, ao dizermos precariedade, tratamos de uma *condição* sócio-estrutural que caracteriza o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria, *atingindo* aqueles que são despossuídos do controle dos meios de produção das condições objetivas e subjetivas da vida social. A precariedade do mundo do trabalho é uma *condição* histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria. Desde que a força de

trabalho se constitui como mercadoria, o trabalho vivo carrega o estigma da precariedade social (ALVES, 2007, p. 113. Destaques meus).

Por outro lado,

(...) o conceito de *precarização* diz respeito a um modo de reposição sócio-histórica da precariedade. Se a precariedade é uma *condição*, a precarização é um *processo* que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho. (ALVES, 2007, p. 114).

Assim, a partir de Alves (2007), precarização e precariedade estão imbricados à dinâmica de classes da sociedade capitalista, ao conflito e tensões entre capital e trabalho, mas significam momentos diferentes dessa dinâmica. A *precarização* se constitui enquanto processo social com uma irremediável dimensão histórica derivada do equilíbrio de forças entre as classes, um processo que repõe histórica e socialmente a *precariedade*, que se constitui numa condição compartilhada por trabalhadores no capitalismo.

Enquanto a *precarização* possui uma dimensão molar, ligada a fatores históricos que condicionam estruturas e processos sociais, a *precariedade* possui uma dimensão molecular, que se manifesta nos corpos e subjetividade dos trabalhadores. Essa dupla dinâmica precarização-precariedade é derivada da condição de mercadoria que a força de trabalho assume no capitalismo, com desdobramentos estruturais na organização do trabalho e simbólicos na subjetividade do trabalhador. Essa dinâmica é alterável a medida que os conflitos de classes indicam um maior ou menor controle social por parte dos trabalhadores sobre o trabalho e a vida social<sup>31</sup>.

## 2.2 PARA UMA SOCIOLOGIA DO PRECARIADO

A partir de 2011, com a publicação na Inglaterra de *The precariat: the new*

---

31 Apesar de corroborar as reflexões de Alves acerca das noções acima expostas, Mota indica que o “tratamento da precarização como processo relativo ao precário não elucida suficientemente a questão, ainda que não possua nenhuma inconsistência” (2013, p. 83). A autora propõe como alternativa, compreender a precarização como um processo de desvalorização da força de trabalho, logo a precariedade, como a imersão nessa condição de desvalorização por homens e mulheres do proletariado.

*dangerous class*, o economista inglês Guy Standing iniciou o debate sobre o precariado, entendido como um novo contingente da força de trabalho marcado pela instabilidade empregatícia e insegurança existencial que emergiu através das consequências sociais e econômicas de anos de neoliberalismo e globalização.

Autores brasileiros como Giovanni Alves em seu livro *Dimensões da precarização do trabalho* e Ruy Braga em *A política do precariado* também iniciaram, cada um a seu modo, reflexões sobre o termo que desde então passou a ser recorrente na literatura de economia e sociologia do trabalho.

O objetivo deste capítulo é mapear as conceptualizações de precariado produzidas por Standing, Alves e Braga, problematizando, através de uma análise comparativa, as diversas formulações sobre o conceito. Ao final, executamos um balanço do debate entre os autores como forma de instigar uma reflexão crítica no campo da teoria das classes sociais para apreensão dos recentes fenômenos socioeconômicos.

O termo precariado é um neologismo formado a partir da combinação do adjetivo *precário* com o substantivo masculino *proletariado*. Foi usado pela primeira vez na sociologia do trabalho francesa nos anos 1980 para se referir a trabalhadores temporários ou sazonais. Nos anos 2000, no contexto das manifestações de rua do EuroMayDay o precariado surge enquanto agente coletivo, só posteriormente re-adentrando na discussão acadêmica para além de seu significado inicial nos anos 1980<sup>32</sup>.

O significado de *precariado* varia conforme o contexto social em que é utilizado. Na França, *précarité* está relacionado a estagiários não remunerados ou mal pagos, em geral os recém-licenciados explorados como trabalhadores baratos. Eles ganharam notoriedade após os meios de comunicação os batizar de *génération*

32 Para uma discussão em torno da relação entre política e precariado no contexto europeu, consultar FOTI, Alex. MAYDAY MAYDAY! Euro flex workers, time to get a move on! Institut Européen pour des Politiques Culturelles en Devenir. Abr 2005. <<http://eipcp.net/transversal/0704/foti/en>>. Acesso 10 jan 2013. RAUNING, Gerald. La inseguridad vencerá: Activismo contra la precariedad y MayDay Parades. Institut Européen pour des Politiques Culturelles en Devenir. Jun 2004, <<http://eipcp.net/transversal/0704/raunig/es>>. Acesso 19 jan 2013. Para a mesma discussão no contexto norte-americano, consultar BAILEY, Geoff; BROWN, Kyle. The rise of the “precariat”? The Socialist Worker. 01 mar 2012. <<http://socialistworker.org/print/2012/03/01/rise-of-the-precariat>>. Aceso 15 jun 2013. LAVAQUE-MANTY, Mika. Finding theoretical concepts in the real world: The case of the precariat. In: DE BRUIN, Boudeuwijn; ZURN, Christopher (Org.). In New Waves in Political Philosophy. USA: Palgrave MacMilliam, 2009. No contexto brasileiro existem as reflexões de ALVES, Giovanni. A revolta do precariado no Brasil. Blog da Boitempo. 24 jun 2013. BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012. <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/06/24/a-revolta-do-precariado-no-brasil/>>. Acesso em 20 jul 2013.

*précaire*. Na Itália, *precariato* descreve trabalhadores temporários de baixa renda que experimentam a precariedade num estado permanente. Já na Alemanha, *Prekariat* é mais amplo e inclui não só os trabalhadores temporários e trabalhadores desempregados, mas também os desempregados sem perspectiva de emprego, aqueles que estão “abaixo do precariado”, *abgehängtes Prekariat* (OBINGER, Julia, 2009) <sup>33</sup>.

A escolha dos três autores (Standing, Alves e Braga) para a problematização que realizarei nesse capítulo se deve a contribuição de suas formulações na apreensão do fenômeno do precariado no centro e na periferia do sistema-mundo capitalista. Standing ocupa um lugar chave pelo pioneirismo de suas formulações teóricas, dando forma inicial ao conceito e introduzindo-o na arena acadêmica. Alves, de um ponto de vista crítico, irá trazer o debate de Standing para o Brasil a partir de uma problematização marxiana centrada duplamente na teoria da exploração e na teoria do estranhamento (ALVES, 2013, p. 85). Este mesmo autor irá polemizar o conceito de precariado em Braga, que se baseia na teoria da superpopulação relativa em Marx (BRAGA, 2012, p. 18), iniciando uma saudável luta de classificações em torno do termo precariado no âmbito da sociologia do trabalho no Brasil. É nesse ínterim que realizaremos nossa análise e problematização na busca de um balanço deste debate categorial-epistemológico.

### **2. 2.1 Guy Standing: o precariado como nova “classe perigosa”**

As formulações teóricas de Guy Standing tem como chão histórico a Europa Central no contexto do desmonte do Estado de Bem Estar Social e a ascensão do neoliberalismo enquanto política hegemônica no pós-crise do petróleo dos anos 1970. Nesse sentido, o precariado é ao mesmo tempo um produto do pós-fordismo e do pós-keynesianismo.

Essa polarização entre os *trinta anos dourados* do capitalismo (1945-1975), compreendido entre o fim da II Guerra Mundial e a crise do petróleo, e os *trinta anos perversos* (1980-2010), entre a ascensão do neoliberalismo e o desenrolar da crise econômica de 2008, é um referencial histórico-político constante

---

33 OBINGER, Julia. Working on the margins: Japan’s precariat and working poor. *Electronic Journal of Contemporary Japanese Studies*. 25 fev 2009 <<http://www.japanesestudies.org.uk/discussionpapers/2009/Obinger.html>>. Acesso em 20 mar 2013.

em Standing (2013, p. 51) e em outros autores como Alves (2013, p. 225).

Ao longo das formulações e da narrativa de Standing o precariado vai se constituindo numa nova classe perigosa (*new dangerous class*, no original em inglês), terminologia cunhada por ele e que serve de subtítulo a sua principal obra. É justamente a alcunha de *nova classe* que irá distinguir no plano das teorias das classes sociais a perspectiva de Standing de outros autores que partem de uma reflexão de cariz marxiana.

Para Standing o precariado não faz parte do proletariado. Não são a classe trabalhadora, a classe média ou os informais. Podem ser definidos como aqueles que possuem uma *existência precária*, pouca perspectiva de futuro devido a instabilidade econômica, fracos laços comunitários e sem amparo social estatal (STANDING, 2013, p. 25).

O precariado não fazia parte da “classe trabalhadora” ou do “proletariado”. Estes termos sugerem uma sociedade composta, em sua maioria, de trabalhadores de longo prazo, em empregos estáveis de horas fixas, com rotas de promoção estabelecidas, sujeitos a acordos de sindicalização e coletivos, com cargos que seus pais e mães teriam entendido, defrontando-se com empregadores locais com cujos os nomes e características eles estavam familiarizados (STANDING, 2013, p. 22-23).

Se analisarmos criticamente o raciocínio de Standing, veremos que ele associa o proletariado unicamente a imagem do operário fordista do período da acumulação rígida. Isso quer dizer, um tipo de proletariado delimitado num determinado contexto temporal e espacial. Aquele operariado com estabilidade empregatícia, rotinas de trabalho fixas, especializado em determinada função dentro da fábrica, em suma, o operariado existente na Europa Central e nos EUA do pós-II Guerra, onde o poder do sindicalismo em estabelecer acordos coletivos vantajosos aos trabalhadores fazia parte da paisagem política e econômica dos países centrais do capitalismo<sup>34</sup>.

Essa imagem, ou tipo ideal de proletariado, construída por Standing remete a sociedade salarial da qual falava Castel (2012, p. 415) e contrasta com a

34 Para o entendimento do cenário político e econômico dos países centrais, nesse período, a partir da relação capital e trabalho, consultar respectivamente BIHR, Alain. Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998. HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2004.

atual situação do mundo do trabalho no centro do capitalismo, explicando sua opção pelo termo *nova classe*. Nesse *novo e precário* mundo do trabalho, a lógica fordista se torna residual, avançando o espírito do toyotismo “enquanto momento predominante do complexo de reestruturação produtiva na era da mundialização do capital” (ALVES, 2005, p. 29). E a acumulação rígida vai cedendo lugar a acumulação flexível (HARVEY, 2004, p. 135).

Nesse contexto se gesta uma *nova morfologia* do trabalho (ANTUNES, 2011, p. 47), marcada pela instabilidade empregatícia, trabalho temporário, polivalência, perda de direitos trabalhistas, desmonte do sistema previdenciário, entre outros fatores presentes na liquidez da atual etapa da modernidade, onde tudo que é sólido tende a se transmutar em flexível (BAUMAN, 2001, p. 09).

Standing operacionaliza um corte econômico e político, geracional e cultural entre o operariado fordista e o precariado. O primeiro marcado pela rigidez da rotina e do contrato de trabalho e o segundo pela flexibilidade e instabilidade. O trabalhador fordista como permeado pela cultura do sindicalismo de fábrica e o voto nas esquerdas. Já o precariado como tragado pelo individualismo dos tempos modernos, possuindo dificuldades em transformar o sofrimento individual em causa coletiva. Não sendo interessante para esta nova classe o trabalhismo ou a Terceira Via da tradicional social-democracia europeia (STANDING, 2013, p. 234).

Para o economista inglês, o precariado é filho da globalização. Seu contingente cresceu por causa das políticas e mudanças institucionais nesse período e foi acelerado pelo caráter neoliberal do processo de globalização. Processo este que aposta na flexibilidade do mercado de trabalho, na mercantilização dos serviços públicos, e num tipo de proteção social que não reconhece direitos universais, preferindo focar em grupos e programas específicos (STANDING, 2013, p. 21).

Para o autor, no Reino Unido, nenhum governo fez mais para expandir o precariado que o governo trabalhista de 1997-2010. Mas ele não estava sozinho. Outros governos na Europa foram na mesma direção, assim como os democratas nos EUA (STANDING, 2011)<sup>35</sup>.

Para Standing, o precariado não constitui-se numa *classe para si* em

---

35 STANDING, Guy. Quién servirá de voz al precariado que está surgiendo. Espanha, Sin Permiso, 05 jun. 2011. Disponível em: <[www.sinpermiso.info/textos/index.php?id=4212](http://www.sinpermiso.info/textos/index.php?id=4212)>. Acesso em: 12 jun. 2013.

termos marxistas-hegelianos, mas numa *classe em formação*, que ainda não possui uma identidade, objetivos próprios e não sabe ainda o que construir (STANDING, 2013, p. 233). “É uma nova classe perigosa, mas não o que os marxistas descreveriam como classe para si, e sim uma classe em construção, dividida entre grupos revoltados e frustrados, mas unidas pela insegurança e medo” (STANDING, 2012) <sup>36</sup>.

O que proporcionaria unidade ao precariado para Standing seria a insegurança e o medo, as consequências existenciais do capitalismo flexível<sup>37</sup>.

O precariado está se aproximando de uma consciência comum de vulnerabilidade. Não apenas entre aqueles com empregos inseguros, apesar de muito serem trabalhadores temporários, de meio-período, terceirizados ou em call-centers. Mas também entre os que sentem que suas vidas são feitas de partes desarticuladas, que não podem construir uma narrativa profissional ou carreira desejáveis, nem combinar de modo sustentável formas de trabalho e lazer (STANDING, 2012).

Essas modificações estruturais trouxeram uma gama de consequências existenciais que compõem o repertório das trajetórias de vida do precariado como sujeitos sociais precários no *trabalho* e na *vida*. O que tornaria o precariado uma nova classe perigosa está relacionado com esta insegurança e medo serem canalizadas pelo que o autor chama de neopopulismo, extrema-direita e a extrema-esquerda. Não sendo ainda uma classe para si, mas uma *classe em formação* estaria suscetível aos mais radicais apelos políticos (STANDING, 2013, p. 19).

Standing arrisca a solução de que uma forma de oferecer a segurança econômica necessária é fazê-lo antes de que os riscos se concretizem. Para isso baseia-se na proposta de uma *renda básica universal (basic income)* oferecida a todos os residentes legais de uma determinada sociedade. Cita as experiências nas

36 STANDING, Guy. Precariado, rebeldia e renda cidadã. Tradução Daniela Frabasile. São Paulo, Outras Palavras, 27 jun. 2012. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/precariado-rebeldia-e-renda-cidada/>>. Acesso em: 10 set. 2012.

37 Os aspectos “existenciais” do capitalismo flexível foram analisados em SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2012. Também podem ser encontrados elementos para essa reflexão em BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Especialmente o capítulo 4, Trabalho. BAUMAN, Zygmunt, Vida líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. Especialmente a Introdução, capítulos 1 e 4. Na sociologia do trabalho no Brasil, temos a recente proposta de Giovanni Alves de uma analítica existencial do proletariado, que se diferenciaria de uma macroeconomia do trabalho e de uma morfologia do trabalho por realizar a dialética entre os aspectos estruturais e existenciais do capitalismo flexível, utilizando, por exemplo, métodos de pesquisa etnográficos. Ver ALVES, Giovanni. Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Editorial Práxis, 2013.



economias médias (os países semi-periféricos) como o Brasil como um exemplo de renda básica através do Bolsa Família (STANDING, 2013, p. 285).

Em suma, para Standing o precariado é conformado não só por um trabalho precário, mas por uma vida cheia de incertezas e constante mudança. O que dificulta a criação de laços comunitários e uma identidade a partir do trabalho. São indivíduos de status rebaixado, pois possuem pouca relação com o Estado (sem previdência e demais direitos trabalhistas), com o capital (sem salário fixo) e com a comunidade (por fora dos circuitos de práticas de solidariedade tradicionais) (STANDING, 2013, p. 25).

Fazendo uma interlocução com outros autores que também se detiveram na análise do atual período histórico, podemos dizer que é a classe imersa na condição pós-moderna (HARVEY, 2004, p. 293) e no mal-estar da pós-modernidade (BAUMAN, 1998, p. 07).

Pela flexibilidade dos mercados de trabalho, onde comunidades profissionais foram desconstruídas, o precariado não pode construir uma memória social, um sentimento de pertença a uma comunidade de ética, solidariedade, orgulho. Tudo é transitório. Eles percebem, ao lidar com outras pessoas, que não têm sombra de futuro; que é improvável estarem com as mesmas pessoas amanhã. A mente do precariado não tem âncoras, passa de sujeito para sujeito, no sofrimento extremo do déficit de atenção. Mas também são nômades no relacionamento com outras pessoas. Por não terem vida profissional, os menos educados estão tornando-se agressivos, como as revoltas aparentemente irracionais na Inglaterra, em agosto de 2011. Desconsideram o futuro, por que percebem que não há futuro a perder (STANDING, 2012).

### **2.2.2 Giovanni Alves: o precariado como nova camada social do proletariado**

A partir de uma reflexão marxista de cariz lukácsiana, Alves irá conformar sua percepção do fenômeno do precariado de maneira complexa. Assim, é perceptível seu diálogo central com Standing, e de forma periférica com outros sociólogos como Sennett e Bauman, na construção do conceito de precariado.

Para Alves, o conceito de precariado implica determinações de ordem *geracional, educacional e salarial*. Sendo o precariado distinto de outras camadas sociais precárias do proletariado, não podendo ser reduzido a “proletariado

precarizado” (os trabalhadores precários com pouca qualificação e acima dos 36 anos) (ALVES, 2012a)<sup>38</sup>. A complexidade da construção conceitual em Alves está na consideração não só do aspecto econômico, mas de fatores de outras ordens. Isso o coloca numa posição diferenciada perante Standing e Braga, como o próprio autor reconhece.

O termo “preariado” possui significados bastante controversos. Por um lado, Ruy Braga em seu novo livro *A política do precariado* considera o precariado como sendo o “proletariado precarizado”. Por outro lado, Guy Standing no livro *The precariat* não considera o precariado como proletariado, mas sim uma nova classe social - “the new dangerous class”. Eu tenho utilizado o conceito de “preariado” com uma significação sociológica bem específica (ALVES, 2012a).

Alves irá se diferenciar dos demais autores por um lado, por entender o precariado como parte do proletariado (uma nova *camada* e não uma nova *classe*), – o que o diferencia de Standing – e por outro, por não reduzi-lo a noção de proletariado precarizado – que o diferencia de Braga –, o que perderia toda a especificidade sociológica do fenômeno do precariado.

O precariado é, então, parte da classe trabalhadora porque o “proletariado como 'classe' social amplia-se e diversifica-se, cada vez mais no plano sociológico” (ALVES, 2012a). Pois devido o desenvolvimento do modo de produção capitalista alarga-se o trabalho abstrato, que para Alves, universalizaria a *condição de proletariedade*.

(...) a condição de proletariedade designa a condição existencial objetiva historicamente constituída pelo modo de produção do capital e no interior do qual pode (ou não) se constituir o sujeito histórico de classe. A condição de proletariedade é uma categoria social descritiva dos atributos existenciais das individualidades pessoais de “classe” subsumidas ao modo de produção capitalista (ALVES, 2013, p. 61).

Na verdade, precariado diz respeito a uma nova camada da classe social do proletariado constituída especificamente por jovens-adultos altamente escolarizados imersos em relações de trabalho e emprego precário. Portanto, conceito de

---

38 ALVES, Giovanni. A educação do precariado. Blog da Boitempo, São Paulo, 17 dez. 2012. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2012/12/17/a-educacao-do-precariado/>>. Acesso em 20 dez 2012a.

precariado implica o cruzamento das determinações de ordem geracional, educacional e salarial (ALVES, 2012a).

Para o autor, essa nova camada social se vincula ao atual contexto histórico de crise estrutural do capital com hegemonia do capitalismo financeiro e se manifesta com intensidade na Europa. Essa camada ganhou visibilidade no cenário que se abriu com a crise de 2008, quando o “precariado irrompe com intensidade e amplitude na semiperiferia do núcleo orgânico do sistema mundial do capital” (ALVES, 2013, p. 197), em países como Portugal, Espanha e Grécia.

Para Alves, o que a crise explicita com essa fenomenologia do precariado é a “contradição radical entre desenvolvimento das forças produtivas e irrealização estrutural das promessas civilizatórias do capital” (ALVES, 2013, p. 196), o que colocaria o precariado como expressão social suprema do fenômeno do estranhamento.

Para o filósofo húngaro (Georg Lukács), o “estranhamento” ocorre na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho ou o desenvolvimento da capacidade humana em reduzir as barreiras naturais não propiciam o desenvolvimento da personalidade humana, mas sim, pelo contrário, seu aviltamento e dilaceração em virtude da manipulação de alta intensidade e amplitude que caracteriza o capitalismo tardio (ALVES, 2013, p. 196).

No contexto europeu, essa contradição se torna latente na medida em que com os planos de austeridade que limitam os gastos nas áreas sociais, a atual geração irá experimentar condições de trabalho e de vida piores do que a geração anterior de trabalhadores, o que em outro sentido também explicita a crise do Estado de Bem Estar Social depois de décadas de neoliberalismo.

Assim, o precariado se gesta a margem da cidadania salarial, sem acesso aos benefícios diretos e indiretos do período fordista-keynesiano do capitalismo europeu do pós-Guerra (ALVES, 2013, p. 199). Dessa forma, a carga de expectativas geradas com a alta escolarização alcançada por essa geração não está sendo revertida em ganhos salariais e direitos sociais, mas em precarização do trabalho e da vida.

As universidades públicas e privadas ocupam um lugar essencial para se

compreender o fenômeno do precariado. Alves analisa que as universidades

que formam, todo ano, milhares de novos trabalhadores assalariados dispostos a se inserirem no novo mercado de trabalho e nos novos locais de trabalho reestruturados, são incubadoras do precariado (ALVES, 2012a).

Isso tem levado os sociólogos a analisarem mais detidamente a dimensão *existencial* da precarização, isso quer dizer, não só a precarização do trabalho enquanto mercadoria, nos termos da *teoria da exploração*, mas também a precarização do trabalho no sentido da *precarização do homem-que-trabalha*, nos marcos da *teoria do estranhamento* (ALVES, 2012b, p. 7-8).

(...) a precarização do ser genérico do homem por conta das novas condições salariais de exploração/espoliação da forma de trabalho. Nesse caso, a precarização do homem-que-trabalha ocorre no plano da subjetividade humana, reverberando-se em desequilíbrios metabólicos das individualidades pessoais de classe que conduzem, no limite, no caso de singularidades pessoais, às situações de adoecimentos. É importante salientar que a diferenciação entre “precarização salarial” e “precarização do homem-que-trabalha” é tão somente uma divisão heurística (a precarização salarial tende a ocultar a precarização do homem-que-trabalha) (ALVES, 2013, p. 178-9).

Como observa Alves, a partir do fenômeno do precariado

Não se trata apenas de um problema social (vínculos laborais precários, baixos salários, falta de direitos laborais), mas sim trata-se de um problema existencial que corrói a individualidade pessoal. Na verdade, a precariedade interdita a vida pessoal do sujeito de classe (“se posso ou não ter filhos” ou “se posso ou não morar com alguém”). É a alienação/estranhamento na sua dimensão radical (ALVES, 2013, p. 206).

Partindo dessa constatação e observando o panorama das pesquisas na área de sociologia do trabalho, especialmente no que concerne ao tópico dos estudos sobre precarização, Alves (2012b, p. 29) afirma que a maioria das análises sobre o tema tendem a salientar tão somente a precarização social do trabalho como degradação da *condição salarial* da força de trabalho como mercadoria e como sujeito de direitos, aspectos estes que são recorrentes nas abordagens

macroeconômicas e da morfologia do trabalho<sup>39</sup>. O que nos remete ao estudo clássico de Robert Castel e o que ele denominou de *corrosão da condição salarial*.<sup>40</sup>

Por sua vez, a perspectiva do metabolismo social do trabalho, reivindicada por Alves, significa expor os impactos das mutações laborais na vida cotidiana das individualidades pessoais de classe e nas relações sociais e humanas do trabalhador assalariado, tratando, desse modo, para lembrar Richard Sennett (2012, p. 10) e o que ele chamou de a *corrosão do caráter*, isso quer dizer, as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.

Aqui percebemos que a análise do precariado instiga uma nova agenda de pesquisa para o campo da sociologia do trabalho, capaz de perceber não só os aspectos macroeconômicos ou estruturais do trabalho, mas seus desdobramentos na vida cotidiana de homens e mulheres subsumidos ao modo de produção capitalista.

### **2.2.3 Ruy Braga: o precariado como proletariado precarizado**

Ruy Braga terá uma construção teórica do conceito de precariado de forma diversa dos autores que já abordamos. Existem aproximações entre Standing e Alves no que toca aos aspectos da precarização existencial como parte constitutiva do precariado e quanto ao contexto histórico em que ele surge, que é o colapso do Estado de Bem Estar Social e ascensão do neoliberalismo.

Braga irá se diferenciar de ambos, tratando o precariado como sinônimo de proletariado precarizado, adaptando o conceito originado na sociologia francesa dos anos 1980 às condições sociais periféricas.

Em primeiro lugar, é preciso compreender o que entendo por “precariado”, conceito que tomei emprestado, resignificando-o, da sociologia francesa. Trata-se daquele amplo contingente de trabalhadores que, pelo fato de possuírem qualificações escassas, são admitidos e demitidos muito rapidamente pelas

---

39 ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2011. ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005. DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs). A perda da razão social do trabalho: Terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007. POCHMANN, Marcio. Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

40 CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.

empresas, ou encontram-se no campo, na informalidade ou são ainda jovens em busca do primeiro emprego, ou estão inseridos em ocupações tão degradantes, sub remuneradas e precárias que resultam em uma reprodução anômala da força de trabalho (BRAGA, 2013b)<sup>41</sup>.

Como podemos observar, Braga sugere outra dimensão histórica e conceitual para o precariado. O autor fala de pouca qualificação, abrangendo trabalhadores jovens e não jovens. Enquanto Alves (2012a) realçava os caracteres da alta qualificação da jovem geração. O que Braga tem em comum com Alves é o entendimento do precariado como parte da classe trabalhadora, o que os diferenciam de Standing. “Os trabalhadores precarizados são uma parte da classe trabalhadora em permanente trânsito entre a possibilidade da exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica (BRAGA, 2012a, p. 19)”. O que os três autores acabam por possuir em comum é apenas o aspecto da precarização do trabalho como elemento constitutivo do precariado.

No plano histórico, Braga irá situar o precariado como presente desde o fordismo periférico (anos 1950) até a atual fase neoliberal. Isso é evidente no subtítulo de sua obra, *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. Assim, Braga parte do contexto da sociedade e da economia brasileira, e não do continente europeu, mas não situa o precariado como emergido do contexto do neoliberalismo.

Nesse sentido, ele se distancia da contextualização realizada por Alves que identifica a formação do precariado brasileiro a partir da última década com a expansão precária da educação superior e do trabalho precário (ALVES, 2012a).

Braga sustentará sua construção teórica, também em Marx, como faz Alves. Mas partirá de outros conceitos. Braga entenderá o precariado como superpopulação relativa em Marx (excluindo tanto o lumpemproletariado, quanto a população pauperizada por considerá-la própria a reprodução do capitalismo periférico) (BRAGA, 2012a, p. 18). Discordando nominalmente de Standing, Braga irá justificar sua escolha em

primeiro lugar, ela permite-nos localizar o precariado *no*

---

41 BRAGA, Ruy. A política do precariado e a mercantilização do trabalho. Entrevista especial com Ruy Braga. Porto Alegre: Portal Unisinos, 09 dez. 2012b. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/516283-a-politica-do-precariado-e-a-mercantilizacao-do-trabalho>>. Acesso: em 30 jun. 2013.

*coração do próprio modo de produção capitalista e não como um subproduto da crise do modo de desenvolvimento fordista. Em segundo lugar, ela enfatiza a dimensão histórica e relacional desse grupo como parte integrante da classe trabalhadora, e não como um amálgama intergeracional e policlassista que assumiria de maneira progressiva a aparência de uma nova classe. Em terceiro lugar, em vez de retirar arbitrariamente a insegurança da relação salarial, essa noção possibilita-nos tratar a precariedade como uma dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho (BRAGA, 2012a, p. 18).*

Em Braga, precariado ganha uma abrangência histórica e social muito mais ampla do que em Standing e Alves. O precariado tende a ser identificado “(...) com a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas, excluídos a população pauperizada e o lumpemproletariado (...)” (BRAGA, 2012a, p. 19).

Se por um lado, Braga observa que Standing dilui o precariado num amálgama policlassista e intergeracional, por outro lado, ele tende a diluir o precariado em todas as frações da classe trabalhadora subsumidas a condições de trabalho precário e “super-precário”, como a “fração mais subordinada e explorada da classe trabalhadora” (BRAGA, 2012a, p. 18).

Nesse sentido, o autor identifica nos teleoperadores o retrato mais fiel do precariado brasileiro.

Os teleoperadores resumem todas as tendências importantes do mercado de trabalho no país na última década: formalização, baixos salários, terceirização, significativo aumento do assalariamento feminino, incorporação de jovens não brancos, ampliação do emprego no setor de serviços, elevação da taxa de rotatividade do trabalho, etc. Por tudo isso, estudar a trajetória e o destino histórico dos teleoperadores no Brasil é tão importante. Eles são uma espécie de retrato do precariado pós-fordista em condições sociais periféricas (BRAGA, 2012b).

Por fim, como o precariado possui uma grande amplitude histórica em Braga, ele identificará uma prática política do precariado que remonta “as regulações populista, autoritária, neopopulista, neoliberal e lulista” (BRAGA, 2012b).

Atualmente, a política do precariado pode ser sintetizada da seguinte maneira: proximidade do proletariado precarizado com

a regulação lulista e com as políticas públicas que estimularam a desconcentração de renda entre os que vivem dos rendimentos do trabalho associada à inquietação social com os baixos salários, com as péssimas condições de trabalho e o com o aumento do endividamento das famílias promovido pelo atual regime de acumulação financeirizado (BRAGA, 2012b).

#### 2.2.4 Notas para um balanço teórico

Entendo que os três autores possuem contribuições significativas para essa discussão, mas que é preciso entender as diferenças que perpassam suas classificações. Partindo de uma perspectiva europeia, e de um arsenal teórico de cariz weberiana, Standing concebe o precariado como uma *nova classe* que não se confunde com a classe trabalhadora, a classe média ou os trabalhadores informais. Podemos entender a visão do autor de que o precariado não faz parte do proletariado pelo fato do precariado estar permeado de caracteres pós-fordistas e pós-keynesianos, espécie de “subproduto do modo de desenvolvimento fordista”, a margem da sociedade salarial e dos direitos sociais.

Em síntese, o que ressalta da concepção do autor sobre o precariado, em minha opinião, e que pode enriquecer as reflexões no campo da sociologia do trabalho é a dimensão da precarização existencial (*precários no trabalho e na vida*), surgida devido a pouca perspectiva de futuro causada pela instabilidade econômica, fracos laços comunitários e sem direitos sociais.

Já Alves, partindo da teoria marxiana das classes sociais, entenderá o precariado como parte do proletariado e constituído pelos vetores *geracional*, *educacional* e de *inserção no mundo do trabalho*. É a partir desse chão epistemológico que Alves desenvolverá sua reflexão sobre as classes em geral e, especialmente, sobre o precariado.

Para ele o precariado é formado por jovens-adultos altamente escolarizados com inserção precária no mundo do trabalho e na vida social, exercendo atividades que não condizem com seu grau de instrução. Esse é um fenômeno já recorrente na Europa e que ganhou contornos no Brasil a partir da bolha educacional que se formou na última década.

Alves enriquece a discussão sobre o precariado a partir de seu viés iminentemente sociológico, ao se deter numa constelação de fatores como



indicadores da condição de precariado. O que abre caminho para análise da dimensão existencial do mundo do trabalho, se desdobrando em novas ferramentas conceituais, como sua proposta de uma analítica existencial do proletariado, a partir de uma reflexão que mescla elementos da *teoria da exploração* e da *teoria do estranhamento* em Marx.

Análítica existencial do proletariado como base categorial objetiva para a construção de uma teoria da classe social do proletariado que rompa com o viés positivista do conceito de classe e saliente a centralidade ontológica do processo de formação do sujeito histórico de classe capaz de promover a práxis emancipatória no século XXI (ALVES, 2013, p. 61).

Braga, partindo do conceito de *superpopulação relativa* em Marx, caracterizará precariado como proletariado precarizado, identificando-o como a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e agrícola, mas excluindo a população pauperizada e o lumpemproletariado.

Diferente dos autores anteriores ele não irá deter-se na dimensão da precarização existencial, mas nos aspectos estruturais da precarização do trabalho. A análise de Braga é salutar por alertar para a permanência histórica da precarização no processo de mercantilização do trabalho e não como um subproduto do modo de desenvolvimento fordista.

Contudo, acho que o autor dilui o precariado ao identificá-lo com todas as frações super-explorados da classe trabalhadora, perdendo assim a própria necessidade de um novo conceito que apenas reafirma o que costumeiramente já chamamos de proletariado precarizado.

Desde esses debates, temos a gestação de um conceito que entra de vez para a gramática da sociologia do trabalho como ferramenta de análise das modernas transformações no sistema do capital.

Particularmente, entendo o termo precariado utilizado por Alves como superando a noção confusa de Standing de uma nova classe de trabalhadores apartada da classe trabalhadora e, por outro lado, entendo que a noção de Alves preserva uma substância sociológica importante ao não diluir o precariado numa vasta categorização de proletariado precarizado, como operacionaliza Braga. No decorrer de minha pesquisa, apesar de considerar e reter elementos dos três

autores aqui discutido, parto da noção de Alves sobre o precariado, que não é nem uma nova classe nem o que comumente se entende por proletariado precarizado, mas no sentido muito específico de trabalhadores jovens-adultos com alta escolaridade (ensino profissional, graduação, pós-graduação) inseridos de forma precária no mundo do trabalho (terceirizados, temporários, desempregados, informais).

### 3. TECENDO NARRATIVAS: O PRECARIADO CONJUGANDO TRABALHAR E VIVER

As análises aqui circunscritas se basearam em entrevistas, de inspiração compreensiva (KAUFFMANN, 2013), realizadas durante o trabalho de campo entre os meses de abril de 2014 e janeiro de 2015. O recorte em relação aos sujeitos entrevistados priorizou aqueles com formação superior entre os doze cursos com maior número de concludentes no Brasil, segundo o Censo da Educação Superior de 2012, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)<sup>42</sup>. Dentre os entrevistados, estão graduados em Direito, Serviço Social, Pedagogia, Educação Física, Comunicação Social e Letras, na faixa etária entre 24 e 35 anos, residentes em Fortaleza e inseridos em situações de trabalho precário, como estágio, bolsa de estudos, terceirização, trabalho temporário e desemprego.

Foram realizadas doze entrevistas, com duração média de uma hora e meia. Cabe ressaltar que este contingente pode parecer relativamente pequeno, se levarmos em conta as milhares de pessoas graduadas em Fortaleza com o perfil definido na investigação, sobretudo nesses doze cursos com maior número de concludentes. No entanto, se for considerado o tempo exíguo para a pesquisa de mestrado, nesta civilização contemporânea do capital no Brasil, a amostra se revela significativa em uma pesquisa de natureza qualitativa.

O eixo estruturante das entrevistas versou em torno de uma interpelação chave dirigida aos sujeitos da pesquisa: *falar sobre a trajetória no mundo do trabalho*. Na condição de pesquisador, a partir dessa interpelação ia formulando, quando necessário, outras questões acerca de elementos fundantes: relação do trabalho com a formação acadêmica; lugar que o trabalho ocupa hoje na vida; sentido do trabalho para os sujeitos; projetos de vida dos entrevistados. Esforcei-me para que as *trajetórias de trabalho* fossem o fio condutor da entrevista e de minha audição humanamente interessada, buscando inspiração nas teorias que orientam

42 Segundo o Censo, os doze cursos com maior número de concludentes são respectivamente: Administração, Pedagogia, Direito, Enfermagem, Ciências Contábeis, Gestão de Pessoal/Recursos Humanos, Serviço Social, Formação de Professor de Educação Física, Empreendedorismo e Gestão Logística (INEP, 2012, p. 22).

esta produção. Contudo, assumi uma postura de abertura para outras questões emergentes, não vinculadas diretamente ao campo de estudo, ficando, assim, registradas nos arquivos da pesquisa para posteriores artigos.

Na dinâmica da entrevista, parti de um levantamento de *dados de identificação* para situar o lugar social do entrevistado com elementos-chave para composição do seu perfil. Também utilizei *outras vias investigativas* como conversas informais e troca de mensagens eletrônicas, por meio de redes sociais e e-mails, como uma forma de complementar aportes trabalhados nas entrevistas. Quando voltava para casa, ao final de cada sessão de entrevista, registrava no diário de campo minhas impressões acerca do encontro com o interlocutor, sobre a condução da própria entrevista e reflexões teóricas despertadas pelo relato no âmbito dos sentidos do trabalho para o precariado.

Na apresentação, que se segue, de análise do material empírico, defini nomes fictícios para os entrevistados, com o intuito de preservar a identidade dos interlocutores que expuseram sua vida, às vezes, em detalhes, para o pesquisador. Esses pseudônimos são baseados em nomes de plantas, flores e cores. Contudo, o gênero, a profissão e a idade dos entrevistados, assim como datas e lugares foram preservados. Para sistematizar o material empírico, trabalhei como alternativa metodológica, a análise de conteúdo, inspirado na construção de Alba Carvalho (1983).

Assim, considerando a tessitura entre teoria e empiria, delimitei oito temas de *análise*: Tema I, Área de Formação Profissional; Tema II, Geração e Faixa Etária; Tema III, Nível de Formação Profissional; Tema IV, Inserção no Mercado de Trabalho; Tema V, Formas de Precarização do Trabalho; Tema VI, Condições de Vida; Tema VII, Formas de Estar no Mundo do Trabalho; Tema VIII, Perspectivas e Projetos de Vida. Tais temas nortearam a leitura sistemática dos textos que consubstanciaram as entrevistas, fazendo o devido cotejo com os registros do diário de campo. Foi esta uma via fecunda para adentrar nos pontos de vista dos sujeitos com os quais partilhei a investigação.

Para efeito de dinâmica *expositiva*, sistematizei o material circunscrito nos oito temas listados acima em seis itens que estruturam o presente segmento desta dissertação, quais sejam: Item I, Perfil Básico dos Sujeitos da Pesquisa; Item II,

Perfil Educacional; Item III, Processo de Inserção na Vida Social: Condições de Vida; Item IV, Percursos de Inserção no Mundo do Trabalho: Sentidos e Significados; Item V, Modos de Estar no Mundo: Formas de Existência Social; Item VI, Perspectivas e Projetos de Vida.

### 3.1 Perfil básico dos entrevistados

Quem é o precariado aqui entrevistado? Qual sua média de idade, o seu gênero, sua identidade étnico-racial e seu local de nascimento? Neste item, apresento o perfil básico dos entrevistados, revelando seus caracteres sociais gerais seguido da necessária contextualização desses dados.

**Tabela 2**

<b>Gênero dos sujeitos da pesquisa</b>	
Feminino	Masculino
7	5
Total: 12	

Fonte: Dados primários, levantados no trabalho de campo

Mais da metade dos entrevistados são mulheres. Tal incidência pode encontrar uma explicação no fato de que a proporção de mulheres concludentes no Ensino Superior no Brasil, segundo os dados do INEP de 2012, é quase 20% a mais do que o de homens. O número de mulheres no contexto universitário é atualmente superior ao de homens em 10% no ingresso por processo seletivo e nas matrículas (INEP, 2012).

Além disso, as mulheres ocupam a maioria das matrículas entre alguns dos 12 cursos que mais formam concludentes no Brasil, como Pedagogia, Administração, Serviço Social, Direito, Enfermagem e Psicologia. Os dados podem indicar que, por um lado, reforça-se o perfil feminino de concludentes de cursos como Serviço Social, Enfermagem e Pedagogia e, por outro lado, o número de mulheres cresce em profissões ligadas tradicionalmente ao perfil masculino, como

Direito e Administração. No geral, o que pode-se constatar é que a presença feminina tem aumentado no Ensino Superior, ainda que em grandes áreas de conhecimento como as Engenharias, a maioria seja de matrículas de homens (INEP, 2012).

**Tabela 3**

<b>Identidade étnico-racial dos sujeitos da pesquisa</b>		
Negra	Parda	Branca
1	7	4
Total: 12		

Fonte: Dados primários, levantados no trabalho de campo

Quanto as características étnico-raciais, percebe-se, através dos dados, que o conjunto formado por pardos e negros é mais expressivo nesta pesquisa do que o número de pessoas que se declararam de cor branca. Por um lado, estes dados alinham-se com o perfil étnico-racial da cidade de Fortaleza. Segundo o Censo do IBGE de 2008, na capital cearense 63,39% se declararam pardos, 3,03% se identificaram como negros e 33,5% como brancos<sup>43</sup>. Por outro lado, o perfil dos entrevistados na presente pesquisa contrasta com o perfil étnico-racial das universidades brasileiras, onde o número de brancos entre 18 e 24 anos que estão no ensino superior atinge 65,7% do total. Percebe-se que mesmo com a implementação da política de cotas e com o aumento do número de jovens negros na universidade — 0,2% em 2001 para 35,8% em 2011 —, as disparidades raciais permanecem no ensino superior brasileiro, revelando o prolongamento da herança escravocrata de nossa sociedade<sup>44</sup>.

43 IBGE. Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro, 2011.

44 <http://noticias.terra.com.br/educacao/ibge-em-10-anos-triplica-percentual-de-negros-na-universidade,4318febb0345b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>

**Tabela 4**

<b>Faixa etária dos sujeitos da pesquisa</b>			
24 a 26 anos	27 a 29 anos	30 a 32 anos	33 a 35 anos
5	4	1	2
Total: 12			

Fonte: Dados primários, levantados no trabalho de campo

Os entrevistados inserem-se na faixa etária entre 24 e 35 anos de idade. De fato, esta inserção etária compreende pessoas nascidas entre 1979 e 1990, correspondendo as gerações que cresceram no contexto do neoliberalismo econômico e da abertura política pós-Ditadura Civil-Militar.

De forma sintética, resume-se a década de 1990 como o período da avalanche neoliberal (ANTUNES; BRAGA, 2013), marcada por uma constelação de fatores como financeirização da economia, reestruturação produtiva, Reforma do Estado, desregulação dos direitos sociais e econômicos, privatização e desmonte de coletivos de trabalho.

Esses fatores imbricados proporcionaram efeitos corrosivos ao mundo do trabalho, que Antunes (2004; 2013) chamou de “desertificação neoliberal”.

Oscilando entre un enorme continuismo con respecto al gobierno de Fernando Henrique Cardoso y poco cambio sin ninguna sustancia, el primer mandato de Lula terminó de modo desolador, lo que lo obligó a forzar el cambio de ruta, siempre con gran moderación y evitando cualquier confrontación. Bolsa Familia y altísimas ganancias bancarias y financieras; aumento del salario mínimo si se compara con los dos gobiernos de FHC, pero también creciente enriquecimiento de innumerables sectores de la gran burguesía; ausencia de reforma agraria y muchos incentivos a los agronegocios, que durante los dos gobiernos de Lula sólo tuvieron ventajas (ANTUNES; BRAGA, 2013, p. 26)

Nesse mesmo período, assistiu-se ao aumento da informalidade, seguido pela terceirização. Nos anos 2000, apresentam-se mudanças, mas também traços de continuísmo entre as administrações FHC e Lula. No mundo do trabalho durante os anos 2000, verifica-se um aumento do emprego formal, mas também o aumento da rotatividade de mão de obra.

Por exemplo, em 2009, no meio da crise, o saldo foi a criação de 995 mil formais, sendo que foram desligados 15,2 milhões de trabalhadores e contratados 16,2 milhões, em um total de 33 milhões de empregados registrados na RAIS. Portanto, o fluxo de despedidos e contratados continuou extremamente elevado em todo o período (ALVES, 2012, p. 18).

O mundo do trabalho revela-se mais precário, com um processo de “formalização da precarização”, com o aumento dos trabalhadores formais, contudo, inseridos em relações precárias de trabalho.

No debemos olvidar que en los últimos diez años el 94% de los empleos generados en el sector formal de trabajo pagaba hasta 1,5 salarios mínimos (éste asciende, según la cotización de junio de 2013, a aprox. US\$ 320 mensuales) (ANTUNES; BRAGA, 2013, p. 28).

Nesse sentido, pode-se bem perceber traços de continuísmo, mas também inflexões entre os anos 1990 e 2000, no que concerne aos processos de flexibilização do trabalho. Alguns autores fazem uma diferenciação entre os governos FHC e Lula, como o primeiro sendo neoliberal e o segundo pós neoliberal (SADER, 2012). Outros autores, a quem nos filiamos teoricamente, percebem os traços de continuísmo e não tanto de ruptura entre os governos elencados, classificando os governos FHC de neoliberal e os governo Lula de neodesenvolvimentistas e neoliberais, uma espécie de desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal (BOITO, 2012).

Voltando aos nossos interlocutores, a maioria, os situados entre 24 e 29 anos, já adentraram os locais de trabalho marcados pela presença da informática. Isso é particularmente perceptível na fala de Rosa, 27 anos, assistente social temporária:

(...) uma coisa desde já que eu fui percebendo que no mundo do trabalho existem regras, né? Exigiam qualificação, necessidade de me aperfeiçoar. O mundo do trabalho, ele tem



uma expectativa nas pessoas que vão serem inseridas. Por exemplo, mexer em sistemas de informação, (...) porque é tudo informatizado. E naquela época era novo, nem todo mundo tinha computador em casa, mas o mundo do trabalho exigia o manuseio do computador. E aí eu fui me adequando (...) (Entrevista com Rosa, gravada em 15.04.2014. Destaques meus).

A fala de Rosa diz respeito à sua primeira experiência de trabalho como estagiária em um banco. Como ela relata, não era comum o acesso a computadores em casa e foi durante o próprio trabalho que ela aprendeu a lidar com a máquina. Mesmo que o número de lares com computador tenha triplicado na última década e que a totalidade dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa possuam perfis em redes sociais, o número de lares com a presença de computadores ainda é baixa na região Nordeste, verificando-se que, em 2012, apenas 21,2% das casas da região possuía acesso a computador<sup>45</sup>.

Em termos de expressão política das juventudes, os entrevistados com maior idade, ou seja, entre 33 e 35 anos possuíam entre 11 e 13 anos no contexto das manifestações Fora Collor, em 1992, e os mais novos mais novos estavam com dois anos de idade. E, se considerarmos o contingente dos entrevistados, a maioria estava na casa dos 20 anos durante as recentes e expressivas Jornadas de Junho de 2013. De fato, são gerações que viveram no contexto pós-Ditadura Civil-Militar, podendo, inclusive, expressar-se politicamente em grandes manifestações de rua, não tendo, assim, experimentado, de forma institucional e contínua, a mesma situação política dos anos 1960 e 1970, marcados pela restrição as liberdades civis, no âmbito da Ditadura Civil-Militar brasileira.

---

45 Mesmo que o número de lares com computador tenha aumentado na última década, em 2012, apenas 21,2% das casas da Região Nordeste possuía acesso a computador. Olhar Digital. Acesso a computadores mais que triplica em dez anos. <<http://olhardigital.uol.com.br/noticia/acesso-a-computadores-mais-que-triplica-em-dez-anos-no-brasil/25832>>. Acesso 06 mai 2014.

**Tabela 5**

<b>Local de nascimento dos sujeitos da pesquisa</b>		
Fortaleza	Interior do estado do Ceará	Outros estados do Brasil
10	1	1
Total: 12		

Fonte: Dados primários, levantados no trabalho de campo

A tabela revela que a grande maioria dos entrevistados são naturais do município de Fortaleza, sendo que apenas um nasceu no interior do estado e outro no interior de São Paulo. A naturalidade dos entrevistados contrasta com a de seus pais. Seus progenitores são, na maioria, naturais do interior do estado do Ceará, e outros são imigrantes dos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo. O fato a destacar é que todos os sujeitos da pesquisa são filhos de imigrantes.

Nesse sentido, o precariado em tela compõem a primeira geração de filhos de imigrantes nascidos em Fortaleza. Assim, percebe-se que a imigração marca a biografia da família desses sujeitos, seja na transição do campo para a cidade, seja entre estados do país.

### **3.2 Perfil educacional dos sujeitos da pesquisa**

Neste item, apresento o perfil educacional dos entrevistados em uma tríplice dimensão: categorização por nível de formação acadêmica; trajetória no mundo da educação e um comparativo entre o nível de escolaridade dos sujeitos com o de seus pais. O objetivo é traçar as linhas gerais de inserção e trajetória do precariado em relação à educação.

**Tabela 6**

<b>Cursos de graduação concluídos pelos sujeitos da pesquisa</b>					
Serviço Social	Direito	Pedagogia	Comunicação Social	Educação Física	Letras
4	3	2	1	1	1
Total: 12					

Fonte: Dados primários, levantados no trabalho de campo

Para o recorte da pesquisa de campo foram selecionados sujeitos dentre os doze cursos superiores com maior número de concludentes, segundo o censo do INEP de 2012, sendo que a maioria concentrou-se em profissionais do Serviço Social e da Pedagogia.

Para os fins desta pesquisa, que pretende adentrar o “território fantasma” das experiências de classe do precariado, o material recolhido possibilitou fecundas reflexões em torno dos sentidos que esses sujeitos atribuem ao trabalho e a vida, abrindo vias investigativas para novas incursões.

Tabela 7

Trajetória educacional dos sujeitos da pesquisa								
Ensino Básico			Ensino Superior			Pós-Graduação		
						Cursou/Cursou	Não cursou	
						9	3	
Total: 12			Total: 12			Total: 12		
						Lato sensu	Strictu sensu	
						5	4	
Total: 12			Total: 12			Total: 9		
Rede pública	Rede Privada	Ambas as redes	Rede pública	Rede Privada	Ambas as redes	Rede pública	Rede Privada	Ambas as redes
2	8	2	8	1	3	4	5	0
Total: 12			Total: 12			Total: 9		

Fonte: Dados primários, levantados no trabalho de campo

A partir da tabela, pode-se perceber que a maioria dos sujeitos em tela nesta pesquisa possui uma trajetória educacional que começa nas escolas da rede privada de ensino, passa pelas universidades públicas e continua seu percurso na pós-graduação em cursos lato sensu em faculdades privadas ou strictu sensu em universidades públicas. Esses são os traços gerais da trajetória educacional deste contingente de jovens-adultos aqui estudado.

Cabe esclarecer que a maioria dos que frequentaram a escola particular no Ensino Básico foram usuários das chamadas “escolas de bairro”, pequenos centros educacionais, situados nos bairros periféricos da cidade. Estes centros, geralmente,

constituem uma alternativa às escolas públicas e possuem mensalidades em valor menor do que os grandes colégios particulares, vinculados a empresas educacionais e situados no centro ou em áreas nobres da cidade.

A transição entre o ensino básico na rede privada e o ensino superior na rede pública confirma a tendência, presente na educação brasileira, das melhores chances de inserção no ensino superior público daqueles que estudaram na rede privada de ensino. Além da característica dessa transição entre escola particular e universidade pública, a tabela revela o perfil de alta escolaridade dos sujeitos entrevistados, considerando o acesso à graduação de nível superior, com a maioria dos entrevistados inseridos na pós-graduação. De um total de doze interlocutores, nove possuíam ou estavam cursando pós-graduação, o que se diferenciara da trajetória dos pais, como podemos observar na tabela a seguir.

**Tabela 8**

<b>Nível de escolaridade de pais e mães dos sujeitos da pesquisa</b>															
Pais								Mães							
Ensino Fundamental		Ensino Médio		Ensino Superior		Pós-graduação		Ensino Fundamental		Ensino Médio		Ensino Superior		Pós-graduação	
Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleto
1	2	5		4					2	4		4		1	
Total de pais: 12								Total de mães: 11*							

Fonte: Dados primários, levantados no trabalho de campo

\* A mãe de um dos entrevistados não possui escolaridade

A partir da tabela, percebe-se que a escolaridade dos pais concentra-se entre o Ensino Médio e o Ensino Superior. O mesmo acontece com a escolaridade das mães dos sujeitos da pesquisa. Percebe-se também que a escolaridade das mães é

composta por extremos, uma delas não possui escolaridade e outra delas é pós-graduada.

Na comparação entre as trajetórias escolares das diferentes gerações, percebe-se que, em proporção, os filhos possuem maior escolaridade do que os pais. Dos vinte e quatro pais, apenas oito possuem graduação, o que equivale a um terço do conjunto. Já no total dos doze sujeitos da pesquisa, cem por cento do conjunto possui graduação e nove estão cursando ou cursou pós-graduação. Nesse sentido, o nível de escolaridade aumentou entre as gerações dessas famílias.

### **3.3 Processo de inserção na vida social: condições de vida**

Neste item específico, procuro traçar as principais características do precariado em tela em relação às suas condições de vida, compreendendo local de moradia, meios de transporte na mobilidade urbana e acesso a serviços de saúde. Através dos dados configurados nas tabelas e de sua necessária contextualização, procuro entender o lugar social do precariado na cidade Fortaleza e como ele utiliza serviços nas áreas de transporte e saúde.

#### **a) Moradia**

Onde residem os entrevistados no cenário de Fortaleza. Esta que é a quinta capital mais populosa do país, ficando abaixo de Salvador, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Fortaleza é marcada por relevantes diferenças sociais entre suas regionais administrativas. O objetivo desta tabela é expor como se distribui espacialmente na cidade de Fortaleza o contingente de sujeitos que configuram o campo de estudo.

**Tabela 9**

<b>Local de moradia dos sujeitos da pesquisa</b>					
Centro	Regional I Carlito Pamplona	Regional III Rodolfo Teófilo	Regional IV Benfica, José Bonifácio, Vila União,	Regional V Conjunto Ceará	Regional VI Cidade dos Funcionários , Messejana, Conjunto Palmeiras, Jangurussu,
1	1	1	4	1	4
Total: 12					

Fonte: Dados primários, levantados no trabalho de campo

Fortaleza possui 119 bairros divididos entre seis Secretarias Executivas Regionais, também conhecidas como SER's, que funcionam como subprefeituras. Nessas divisões administrativas trabalham superintendentes, líderes comunitários e demais secretários. Essa nova divisão foi inaugurada em 1997 para substituir a antiga divisão em cinco distritos que organizava a cidade.

A tabela revela que a maioria dos entrevistados mora nas Regionais IV e VI e os outros em regionais que concentram bairros populares da cidade. Nenhum dos entrevistados reside na Regional II, que concentra os chamados bairros nobres de Fortaleza. Segundo o informe nº 42 do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), chamado Distribuição espacial da renda pessoal, entre os dez bairros mais ricos da capital, nove estão concentrados na SER II, como Meireles, Guararapes, Cocó, De Lurdes, Aldeota, Mucuripe, Dionísio Torres, Varjota e Praia de Iracema. Já entre os bairros mais pobres de Fortaleza, seis estão concentrados na SER V, local de residência de um dos entrevistados. O estudo conclui que a SER II é a regional administrativa com maior renda média pessoal, R\$ 1.859, enquanto a SER VI é a regional com menor renda média pessoal, R\$ 471 (IPECE, 2012). Esta regional VI é local de residência de quatro de nossos entrevistados.

Ao comparar o bairro mais rico com o bairro mais pobre da cidade, o estudo mostra que a renda média pessoal do bairro Meireles é 15,3 vezes maior que a renda do Conjunto Palmeiras, bairro de uma de nossas interlocutoras. Essa é a dimensão espacial das desigualdades sociais em Fortaleza, uma cidade marcada por fortes contrastes. O estudo ainda diz que 7% da população total de Fortaleza que vivem nos dez bairros mais ricos apropriam-se de 26% da renda pessoal total da cidade. Por outro lado, os 44 bairros de menor renda, que concentram quase metade da população total de Fortaleza (49%), apropriam-se dos mesmos 26% da renda pessoal total (IPECE, 2012).

Neste contexto de extrema desigualdade existente no espaço urbano de Fortaleza, esses dados demarcam a origem popular da residência da maioria dos sujeitos da pesquisa. As regionais que concentraram o maior número de entrevistados, a SER's IV e VI, possuem renda média pessoal (RMP) respectivamente de R\$ 845 e R\$ 715, no melhor dos casos, um pouco mais que um salário-mínimo. As outras SER's de onde se originam os entrevistados, como Centro, SER I, SER III e SER V, possuem RMP entre R\$ 471 e R\$ 658. Nesse sentido, os entrevistados provêm de contextos sociais com populações que recebem, aproximadamente, de meio a um pouco mais de um salário-mínimo. Esses dados serão melhor compreendidos no item acerca da renda média pessoal e familiar dos entrevistados.

**Tabela 10**

<b>Relação entre moradia e família nos sujeitos da pesquisa</b>	
Mora com os pais	Mora sem os pais
7	5
Total: 12	

Fonte: Dados primários, levantados no trabalho de campo

A maioria dos entrevistados moram com os pais. Já a outra parte dos sujeitos da pesquisa que moram sem os pais pagam aluguel. Essa maioria que ainda moram com os pais têm caracterizado o que o IBGE nomeia de “geração canguru”, formada



pelos jovens entre 25 e 34 anos de idade (HANRRIKSON, 2013)<sup>46</sup>. Segundo a pesquisa, em dez anos, houve aumento do número de jovens morando com os pais, aproximadamente, em quatro pontos percentuais — de 20,5% para 24,3% — entre 2002 e 2012.

Apesar do referido estudo do IBGE não avaliar porque os jovens permanecem na casa dos pais, ele aponta que a “geração canguru” possui maior escolaridade média, em relação ao contingente das juventudes e alta taxa de inserção no mercado de trabalho. “A geração canguru” tem uma média de anos de estudo de 10,8, enquanto que a média dos demais jovens foi de 9,6 anos. Quanto ao mercado de trabalho, 91,4% dos “jovens cangurus” estão inseridos em relações laborais. Na região Nordeste, a incidência de jovens entre 25 e 34 anos morando com os pais é de 24,3%. Quanto a renda familiar, a pesquisa aponta que a incidência desses jovens é mais comum nas famílias com renda entre dois e cinco salários mínimos (15,3%) e mais de cinco salários mínimos (14,7%) e menor nas famílias com renda per capita de até meio salário mínimo (6,6%) (HANRRIKSON, 2013).

A pesquisa do IBGE não menciona o porque da permanência dos filhos na casa dos pais mesmo com a alta inserção no mercado de trabalho e a elevada escolaridade. Contudo, pode-se perceber na fala de uma das minhas entrevistadas, Rosa, que isso pode estar ligado as condições sociais e de trabalho dos “jovens cangurus” inseridos no precariado.

Mas emprego temporário, ele te dá essa instabilidade, e hoje é emprego temporário com salário reduzido que você mal dá conta de questões mínimas mesmo, de sobrevivência. Você acaba tendo que agregar, *estar agregado* com familiares necessariamente para poder se segurar. Você não dá pra fazer grandes projeções, não (Entrevista com Rosa, gravada em 15.04.2014. Destaques meus).

---

46 HANRRIKSON, Andrade. IBGE: na “geração canguru” mais de jovens de até 34 anos moram com os pais. Portal UOL, 29.11.2013. <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/11/29/ibge-na-geracao-canguru-mais-jovens-de-ate-34-anos-moram-com-os-pais.htm>>. Acesso em 01 jan 2015.

Rosa havia experimentado a emancipação da residência familiar após a faculdade, quando passou a trabalhar como terceirizada em uma companhia de energia elétrica. Porém, o fim do contrato e a incerteza de conseguir outro emprego obrigou-a a voltar à casa dos pais como, uma maneira de diminuir suas despesas pessoais. Como ela relata acima, com a instabilidade no trabalho e o baixo salário “você mal dá conta de questões mínimas mesmo de sobrevivência.” Seu relato consubstancia a sensação apontada por Bourdieu (1997) de que hoje a precariedade está em toda a parte, no caso de Rosa, o trabalho precário se desdobra numa condição de precariedade para além do trabalho, adentrando a arena da moradia e da elaboração de projetos pessoais.

Na fala de Rosa, “estar agregado com os familiares” representa uma forma de “se segurar” em um mundo marcado pela instabilidade. Significa uma alternativa na busca por segurança, um equilibrar-se na “corda bamba” do precariado. O “ninho” da casa dos pais é o mais próximo a um “porto seguro” em um contexto de trabalhos temporários e baixos salários que não permite fazer grandes projeções. Para Rosa, resta tentar “se segurar”, “estar agregada com familiares”, frente a sensação de precariedade que toma de assalto estes jovens-adultos.

Entre as projeções de Pinheiro, 28 anos de idade, formado em Serviço Social e atualmente bolsista de mestrado, estar “conseguir comprar uma casa própria”. Atualmente, ele mora de aluguel no bairro Carlito Pamplona e a questão da moradia destaca-se entre os seus projetos de vida, ao lado da busca por concluir os estudos de pós-graduação.

Apesar de Pinheiro morar de aluguel e Rosa ter voltado para a casa dos pais, percebe-se que moradia é um elemento organizador na vida do precariado, seja como uma forma de diminuir os custos de vida se agregando aos familiares, seja no campo dos projetos de vida, como uma meta a ser atingida no futuro.

## **b) Mobilidade urbana**

O objetivo desta abordagem é perceber como se locomove os jovens-adultos, em tela, vinculados ao precariado da cidade de Fortaleza e o tipo de transporte utilizado. Este elemento agrega-se a outras características sociais no delineamento das condições de vida do contingente em estudo.

**Tabela 11**

<b>Mobilidade urbana dos sujeitos da pesquisa</b>								
Usuário apenas de transporte público			Usuário apenas de transporte privado			Usuário de ambos os transportes		
7			3			2		
Ônibus	Micro-ônibus	Trem	Carro	Moto	Bicicleta	Carro e ônibus	Moto e ônibus	XXXXX XXXXX XXXX
7			2	1		1	1	
Total: 12								

Fonte: Dados primários, levantados no trabalho de campo

Quanto a mobilidade urbana, a maioria dos entrevistados faz uso exclusivo do transporte público. Apenas três fazem uso exclusivamente de transporte particular, sendo que dois locomovem-se de carro e um de moto. Dois dos entrevistados fazem uso de ambos os tipos de transporte coletivo e individual sendo que um é usuário de carro e outro de moto. É por esses meios que o precariado em tela se locomove por Fortaleza, uma cidade com mais transportes individuais do que coletivos, onde o número de automóveis cresce mais que a população.

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Fortaleza, referentes ao ano de 2013, a cidade possuía frota composta por 1.923 ônibus, destinados ao transporte coletivo da população<sup>47</sup>. Já em relação ao transporte individual, a cidade em 2013 possuía 28.658 carros e 17.186 motos. Segundo matéria do Diário do Nordeste, estes números de Fortaleza seguem uma tendência nacional. Nos últimos anos, o crescimento do número de veículos automotores no Brasil foi dez vezes maior do que o aumento da sua própria população: a população aumentou em 12,2% em dez anos e o aumento dos veículos motorizados foi de 138,6%. De fato, em uma década,

<sup>47</sup> <http://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/transporte-publico/ate-2014-toda-frota-de-onibus-de-fortaleza-sera-acessivel>

ocorreu aumento de quase quatro pontos percentuais na posse de veículos motorizados— de 20,5% para 24,3%, entre 2002 e 2012<sup>48</sup>.

Pesquisa realizada em setembro de 2013 revelou que para 70% dos fortalezenses o transporte público está entre os responsáveis por transtornos no cotidiano da população. Entre as reclamações em relação aos coletivos destacam-se duas: a lotação, não apenas nos ônibus, mas também nos terminais; a outra é a escassa circulação dos ônibus, o que causa espera entre os passageiros<sup>49</sup>. É nesse contexto de lotações diárias nos ônibus e demoradas filas de espera nos terminais que parcela significativa dos jovens-adultos em tela movem-se na metrópole fortalezense.

### c) Acesso a serviços de Saúde

**Tabela 12**

<b>Serviços de Saúde utilizados pelos sujeitos da pesquisa</b>		
Serviço público	Serviço Privado	Ambos os serviços
5	4	3
Total: 12		

Fonte: Dados primários, levantados no trabalho de campo

Quanto ao serviço de saúde, quatro dos entrevistados fazem uso exclusivo de plano de saúde, enquanto cinco são usuários exclusivamente do serviço público e três dos entrevistados fazem uso dos dois tipos de serviços.

Segundo dados, referentes ao ano de 2012, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o número de beneficiários de planos de saúde dobrou em Fortaleza. São 1,1 milhão o número total desses usuários, incluindo também os

48 <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/fortaleza-possui-a-maior-frota-do-ne-1.440972>

49 <http://www.fortalbus.com/2014/04/fortaleza-por-mais-qualidade-do.html>

beneficiários de planos exclusivamente odontológicos. Esse contingente de pessoas é atendido pelos 35 planos de saúde do Ceará cadastrados na ANS e pelos 679 médicos com registro no Conselho Regional de Medicina do Ceará (CREMEC)<sup>50</sup>.

Relacionando esses dados com os presentes nas tabelas seguintes, referentes a renda mensal individual e familiar, percebe-se que o precariado, apesar dos seus não elevados rendimentos, busca na rede privada uma alternativa ao sistema público de saúde. É preciso também considerar o mercado de Planos de Saúde com diferentes abrangências para diferentes públicos, como os planos com pequena abrangência de serviços para populações mais empobrecidas e a alternativa das clínicas populares.

### **3.4 Percursos de inserção no mundo do trabalho**

Neste item busco entender como os jovens-adultos constituintes do campo de estudo estão inseridos no mundo do trabalho, enfocando suas ocupações, situações de trabalho em que se encontram, diferenças em relação à profissão dos pais e os seus rendimentos mensais e familiares. Ao final desta abordagem e fazendo o devido cotejo com as falas dos sujeitos desta pesquisa, realizo uma síntese buscando compreender como se desenvolve a trajetória do precariado no mundo do trabalho.

---

<sup>50</sup><http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2012/08/04/noticiasjornaleconomia,2892340/numero-de-usuarios-de-planos-triplica-em-10-anos.shtml>

## a) Ocupação

**Tabela 13**

<b>Ocupação dos sujeitos da pesquisa</b>					
Estudante	Estudante bolsista	Professor	Assistente Social	Advogado	Assessor de imprensa
2	4	3	1	1	1
Total: 12					

Fonte: Dados primários, levantados no trabalho de campo

Como a tabela indica, a maioria dos entrevistados é composta por estudantes bolsistas, especificamente inseridos em cursos de pós-graduação, sendo que três cursam mestrado e um faz especialização. Eles provêm de áreas profissionais como Pedagogia e Serviço Social.

Em segundo lugar, no contingente dos entrevistados estão os que se identificaram como professores. Eles estão distribuídos em diferentes atividades educacionais, como professor de faculdade particular, professor de curso de redação e professor coordenador de atividades esportivas em escolas públicas.

No segmento formado por aqueles que se autodeclararam estudantes, mais precisamente dois entrevistados, vivenciam situação de desemprego. Ambas são mulheres, advogadas e, que no momento, estudam para concurso.

A tabela indica que a maioria do precariado em tela está imerso no mundo da educação, seja enquanto estudante para concurso, seja como estudante bolsista de pós-graduação, seja como professores. Uma das marcas de imersão é a precariedade. Nenhum dos entrevistados possui estabilidade empregatícia ou carteira assinada e as situações de trabalho variam entre contratos temporários e bolsas, como podemos ver na próxima tabela.

## b) Situação de trabalho

**Tabela 14**

<b>Situação de trabalho dos sujeitos da pesquisa</b>						
Temporário	Terceirizado	Estagiário	Bolsista	Contratado/ Sem carteira assinada	Seleção pública/Empenho	Desempregado
1	1	0	5	2	1	2
Total: 12						

Fonte: Dados primários, levantados no trabalho de campo

Entre os jovens-adultos que constituem os sujeitos da pesquisa, destacam-se os bolsistas. Tais bolsas, podem ser bolsas de pós-graduação, mas também espécie de “bolsa-emprego”.

Lírio possui uma dessas “bolsa-emprego”. Ele tem 25 anos e é graduado em Educação Física. Atualmente é educador físico no Programa Segundo Tempo, em uma escola pública. O Programa Segundo Tempo é uma iniciativa do governo federal que visa o acesso à prática e à cultura do esporte entre crianças, adolescentes e jovens em áreas de vulnerabilidade social. Frente a um mundo do trabalho, marcado pela perda de direitos e pelo signo do risco e seus caracteres de incerteza, insegurança e instabilidade, esses empregos pagos com bolsas são uma forma do Estado se eximir de encargos trabalhistas que decorrem dos trabalhos com carteira assinada.

Vivendo em uma condição frágil de trabalho, coordenando um programa social dedicado ao esporte e a cultura, Lírio deseja permanecer exercendo a mesma ocupação de educador físico em áreas de vulnerabilidade social, mas através de concurso público. Como ele diz, quero “me capacitar como professor, seguindo na carreira acadêmica, passar em um concurso publico para professor e atuar em

projetos sociais.” Lírio se identifica com seu trabalho, mas almeja a segurança no emprego, pela via do concurso público<sup>51</sup>.

### c) Relação entre trabalho e estudo

**Tabela 15**

<b>Relação entre trabalho e estudo nas trajetórias dos sujeitos da pesquisa</b>		
Apenas trabalha	Apenas estuda	Trabalha e estuda
3	6	3
Total: 12		

Fonte: Dados primários, levantados no trabalho de campo

O mundo da educação permanece como uma constante no contexto dos sujeitos da pesquisa. É preciso especificar que quatro dos entrevistados que apenas estudam recebem bolsas de estudo de pós-graduação e apenas dois são estudantes não bolsistas. Nesse sentido, a bolsa se torna uma forma de renda para se manter no cotidiano, adquirindo uma espécie de função de salário que paga aluguel, transporte e alimentação do precariado. Esse modo de usar a bolsa, destoia da caracterização que elas possuem nos programas de pós-graduação, qual seja, uma espécie de ajuda de custo para a pesquisa acadêmica. Jovens-adultos que compõem o precariado acabam por utilizar essa ajuda de custo como um “salário” para as suas despesas.

Dos três entrevistados que trabalham e estudam, uma é professora de faculdade particular e estudante de mestrado em uma universidade pública. Um outro cursa especialização em instituição privada, aos finais de semana e durante a semana, à noite, é estudante de graduação em um segundo curso e pela manhã e tarde é assessor de imprensa de um sindicato. A outra entrevistada que estuda e

---

<sup>51</sup> No tópico sobre modos de estar no mundo do trabalho, observo que o concurso público é buscado pelo precariado como uma estratégia de estabilidade no trabalho e como elemento importante na construção de projetos de vida.



trabalha é advogada, exercendo trabalho terceirizado no Tribunal de Contas e a noite estuda em curso para concurso, na área de Direito.

Entre os outros três entrevistados que apenas trabalham, o contato com o mundo da educação permanece. Dois são professores: um de cursinho e outro de um programa social do governo ligado a esportes. A outra entrevistada é assistente social temporária, mas exerce função de professora voluntária na residência médica de uma universidade pública.

Nesse sentido, o mundo do trabalho e da educação permanecem interligados na trajetória deste grupo do precariado em estudo, seja exercendo a dupla ocupação de trabalhador e estudante, seja utilizando a bolsa de estudos como um salário para manter determinada condição de vida, seja como professores remunerados ou voluntários.

#### **d) Ocupação dos sujeitos da pesquisa e ocupação dos pais**

O objetivo desta abordagem, circunscrita no quadro a seguir, é tentar perceber as mudanças ou continuidades de perfil ocupacional entre os pais e os filhos deste contingente do precariado que vive em Fortaleza.

Tabela 16

Comparação do perfil ocupacional entre os sujeitos da pesquisa e seus pais	
Clara: Assistente Social, Professora, preceptora (função exercida no âmbito da residência médica)	Pai: Vendedor
	Mãe: Costureira
Rosa: Assistente Social do Núcleo de Assistência a Família, professora voluntária	Pai: Balconista de farmácia
	Mãe: Aposentada
Violeta: Pedagoga, Bolsista de pós-graduação de universidade pública	Pai: Vendedor
	Mãe: Cozinheira
Sálvia: Advogada, Apoio à gestão no Tribunal de Justiça	Pai: Policial Militar
	Mãe: Professora
Tulipa: Advogada, desempregada, estudando para concurso público	Pai: Caminhoneiro
	Mãe: Assistente administrativa e Professora
Margarida: Pedagoga, Bolsista de pós-graduação de universidade pública	Pai: Funcionário Público
	Mãe: Costureira, Cozinheira, Doméstica
Jasmim: Advogada, desempregada, estudando para concurso público	Pai: Escrivão
	Mãe: Professora
Arruda: Jornalista, Assessor de imprensa, estudante de economia	Pai: Corretor de imóveis
	Mãe: Professora

Nogueira: Cientista Social, Assistente Social, Bolsista de pós-graduação de universidade particular	Pai: Aposentado e representante comercial de máquinas industriais
	Mãe: Aposentada, dona de casa e vendedora de cosméticos
Pinheiro: Assistente Social, Bolsista de pós-graduação de universidade pública	Pai: Engenheiro eletrônico
	Mãe: Doméstica
Lírio: Educador físico, Professor coordenador de núcleo escolar do município	Pai: Professor de Educação Física
	Mãe: Funcionária pública
Ipê: Formado em Letras, professor de redação em curso particular	Pai: Aposentado
	Mãe: Dona de casa

Fonte: Dados primários, levantados no trabalho de campo

Enquanto as ocupações dos integrantes deste grupo do precariado estão associadas ao mundo da educação na condição de estudante bolsista e professor, os pais e as mães possuem um leque variado de ocupações que, em sua maioria, não está vinculada a profissões que exigem cursos de nível superior.

Especificamente dentre as mães deste grupo do precariado, cinco exercem ocupações como dona de casa, doméstica, cozinheira, costureira. Quatro das mães são professoras e duas são aposentadas, sendo que uma continua trabalhando como revendedora de cosméticos. Apenas uma trabalha com administração no serviço público.

Três dos pais de meus entrevistados ocupam postos como vendedor e balconista. Dois são aposentados e um é caminhoneiro. Quatro ocupam postos relacionados ao serviço público como professor, policial, funcionário e escrivão. Quanto aos outros dois, um é engenheiro eletrônico e o outro é corretor de imóveis.

Percebe-se diferenças entre as ocupações de pais e mães, com as mulheres exercendo atividades ligadas ao trabalho doméstico ou autônomo e um maior número de funcionários públicos entre os homens. A única ocupação em comum entre os pais e mães do precariado em tela foi a de professor.

O grupo específico do precariado aqui estudado possui maior escolaridade do que os pais, como podemos ver no item sobre o perfil educacional dos entrevistados. E, suas ocupações ligadas ao mundo da educação derivam dessa formação escolar mais elevada. A maioria das mães do precariado – como já especificado –, concentraram-se em ocupações como doméstica, cozinheira, costureira e dona de casa. Já as jovens mulheres deste grupo do precariado exercem ocupações como estudante de pós-graduação e professoras. Entre os jovens-adultos homens deste segmento do precariado, destacam-se bolsistas e professores, mas nenhum funcionário público, como foi comum encontrar entre os pais. Nesse sentido, a formação escolar dos jovens-adultos homens deste segmento do precariado possibilita exercer ocupações diferentes da de seus pais, mas isso não significa melhores rendimentos salariais ou segurança no emprego, como é mais comum no serviço público.

Já no comparativo entre as mães do precariado e as jovens-adultas mulheres entrevistadas, além do nível escolar das mulheres do precariado serem mais elevados do que o de suas mães, sua formação escolar também as levou a ocupar postos distantes daqueles de dona de casa, doméstica ou cozinheira. Assim, a formação escolar é decisiva na diferenciação de perfil de ocupação entre pais e filhos, mas não significa estabilidade no emprego.

A realidade de trabalho deste grupo do precariado em estudo parece circunscrever uma especificidade do precariado no Brasil, especialmente no Ceará: os jovens-adultos tem uma formação acadêmica superior à de seus pais, embora esta formação não lhes garanta melhores condições de vida. Já na Europa e EUA é possível que não se delineie esta diferença de formação acadêmica tão acentuada entre pais e filhos. O que é definidor da condição do precariado no contexto brasileiro, europeu e norte-americano é que os filhos, na condição de jovens-adultos, não vivem em condições de vida superior à de seus pais. Consubstancia-se, assim, o desmonte do mito da educação como via de ascensão social.

### e) Renda mensal individual

**Tabela 17**

<b>Renda mensal individual dos sujeitos da pesquisa*</b>				
Não possui renda	Menos de um salário mínimo	Entre um e dois salários mínimos	Entre três e cinco salários mínimos	Entre seis e dez salários mínimos
2	1	7	2	0
Total: 12				

Fonte: Dados primários, levantados no trabalho de campo

\* Com base no salário mínimo em vigor em 2014

Os rendimentos dos integrantes deste segmento do precariado concentram-se na faixa entre um e dois salários mínimos. Dois não possuem renda própria, vivendo a depender dos pais e um possui rendimento mensal na faixa de menos de um salário mínimo. Apenas dois dos entrevistados possuem entre três e cinco salários mínimos.

Dos sete que compõem a faixa entre um e dois salários mínimos, quatro deles auferem seus rendimentos de bolsas de estudo de pós-graduação em universidades públicas. Os dois que apresentam rendimentos maiores são contratados sem carteira assinada: um deles via seleção pública para professor de faculdade privada e o outro como assessor de imprensa de um sindicato do setor público.

Segundo o DIEESE, o salário mínimo deveria ser de R\$ 2.778,63 por mês em 2010 para corresponder a determinação constitucional de atender às necessidades do trabalhador e sua família e cobrir os gastos com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Observa-se que os rendimentos da maioria dos sujeitos entrevistados na pesquisa, qual seja, entre um e dois salários, isto é, entre R\$ 724,00 e R\$1.448,00, estão aquém do valor necessário do salário mínimo para atender as necessidades acima listadas. A maioria dos sujeitos da pesquisa possuem renda mensal no nível da sobrevivência,

o que significa precarização da vida, se levar em consideração o valor do *salário mínimo necessário* estipulado pelo DIEESE (DIEESE, 2010)<sup>52</sup>.

Em seguida, apresento a renda média familiar dos entrevistados, o que oferece condições de classificarmos sua classe social, segundo os critérios estabelecidos pelo governo federal em 2014.

#### f) Renda mensal familiar

**Tabela 18**

Renda mensal familiar dos sujeitos da pesquisa*				
Menos de um salário-mínimo	Entre um e dois salários-mínimos	Entre três e cinco salários-mínimos	Entre seis e dez salários-mínimos	Entre dez e quinze salários-mínimos
0	1	9	2	0
Total: 12				

Fonte: Dados primários, levantados no trabalho de campo

\* Com base no salário mínimo em vigor em 2014

Quanto a renda mensal *familiar*, a maioria dos entrevistados concentram-se na faixa entre três e cinco salários mínimos, o que corresponde a rendimentos entre R\$ 2.172 e R\$ 3.620, considerando o valor do salário mínimo de 2014, ou seja, R\$ 724,00. Por esses rendimentos mensais familiares, os entrevistados podem ser enquadrados, segundo a classificação oficial do governo federal – que entrou em vigor em 2012 – entre *média* classe média e *alta* classe média. Para o governo federal, compõe a *média* classe média as famílias com rendimento mensal de até R\$ 2.564. Já a *alta* classe média é composta por renda familiar de até R\$ 4.076.

O economista Marcio Pochmann analisa a nova classificação oficial do governo no que diz respeito as classes sociais, especificamente a emergência de uma nova classe média no país.

52 DIEESE. Salário mínimo: instrumento de combate a desigualdade. São Paulo: DIEESE, 2010.

O adicional de ocupados na base da pirâmide social reforçou o contingente da classe trabalhadora, equivocadamente identificado como uma nova classe média. Talvez não seja bem um mero equívoco conceitual, mas expressão da disputa que se instala em torno da concepção e condução das políticas públicas atuais. A interpretação de classe média (nova) resulta, em consequência, no apelo à reorientação das políticas públicas para a perspectiva fundamentalmente mercantil. Ou seja, o fortalecimento dos planos privados de saúde, educação, assistência e previdência, entre outros (POCHMANN, 2012, p. 11).

Para Pochmman, o que ocorreu no Brasil, entre 2004 e 2010, foi o aumento de pessoas ocupadas na base da pirâmide social, que significa o reforço do contingente da classe trabalhadora e não a emergência de uma nova classe média. Nesse sentido, a partir da análise de Pochmann, temos que observar criticamente a classificação oficial do governo, entendendo que o que se chama de classe média é, de fato, um reforço no contingente da classe trabalhadora.

O segmento específico do precariado estudado nesta pesquisa, com rendimentos baixos, distantes do salário mínimo necessário do Dieese, e que experimenta situações de trabalho precário estão mais próximos dos trabalhadores com salário base do que de uma suposta classe média.

### **3.5 Sentidos e significados nas trajetórias de trabalho**

Neste item, procuro entender que sentidos e significados são formulados pelos sujeitos da pesquisa no âmbito de suas trajetórias de trabalho.

### a) Inserções precárias: estágios e bolsas

Com base nas entrevistas analisadas, observa-se que o grupo do precariado em tela adentrou o mundo do trabalho pela via de estágios e bolsas. E que estes mecanismos se prolongam no decorrer da vida acadêmica, como forma de garantir a permanência nos estudos. A trajetória de Sálvia – 26 anos, advogada e trabalhadora terceirizada – é emblemática desse contato do precariado com o mundo dos estágios durante a formação escolar até o fim dos estudos de graduação.

*O meu primeiro estágio* foi numa ONG que trabalhava com direito indígena, porque eu participava de um grupo de extensão (...). A gente trabalhava numa aldeia indígena lá na Muruba, que é um distritozinho de Pacatuba. E esse estágio foi pouco tempo. Foi uns *três meses* só; era só uma finalização, era um projeto de uma ONG francesa. Aí precisava finalizar, tinha algumas coisas ainda pra fazer aí eu fiquei nesse estágio, foi *3-4 meses no máximo*. Era remunerado, era na época uns *300 reais* e quando tinha alguma atividade, porque como era longe você ia só 2 vezes na semana, aí quando tinha atividade no final de semana eles pagavam alguma coisa extra, mas eu acho que só teve uma vez que eu fui, porque como tava no final do projeto, já tinha acabado a maioria das coisas. Aí quando acabou esse, como *eu não queria ficar sem dinheiro, comecei a estagiar* no CEFET, porque eu estudava lá também. Quando eu terminei o terceiro ano, eu não passei logo no Direito, passei no Turismo aí fiquei fazendo. Aí eu comecei a *estagiar lá*, eu era *bolsista* do *setor de serviços*, no setor de merenda escolar. Só que não tinha nada haver com Direito, era mais administrando, coordenando toda a parte da merenda escolar, compra de material, essas coisas na parte administrativa. Aí eu acho que eu *passei mais ou menos uns 8 meses lá, um ano*, não lembro muito bem. Depois eu fui *estagiar* num *órgão público* que é o ISEC, que é o Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará. É como se fosse um plano de saúde dos servidores do estado do Ceará, aí ele



tem uma autarquia jurídica, porque ele tem uns procedimentos que, às vezes, é negado para, enfim, várias coisas que podem ser juridicalizadas ou não. Aí essa autarquia cuida disso, tanto dos processos judiciais quanto dos processos administrativos que envolvem alguma necessidade de parecer jurídico. *Estagiei lá, aí depois de lá eu passei um ano e pouco e fui pro TJ e aí eu tô lá até hoje* (Entrevista com Sálvia, gravada em 09. 10. 2014. Destaques meus).

Sálvia adentrou o mundo dos estágios ainda durante o Ensino Médio, quando era estudante do antigo CEFET, hoje IFCE. Estagiou numa ONG francesa por cerca de quatro meses. Quando este estágio acabou ela “não queria ficar sem dinheiro” e entrou em outro estágio na própria instituição de ensino em que estudava. Ela estagiou no setor de merenda escolar por oito meses. Após isso, estagiou por mais um ano em órgão público do Estado e depois foi trabalhar no Tribunal de Justiça como terceirizada, no setor de apoio a gestão.

O percurso de Sálvia coloca elementos para se pensar a trajetória de inserção e permanência do precariado no mundo do trabalho. Ela adentra através do estágio durante o Ensino Médio e, a partir daí, passa a ter uma dupla jornada de atividades, dividida entre o estudo e os estágios. Essa jornada se prolonga até a conclusão da graduação. Hoje ela é terceirizada e mantém uma dupla jornada, estudando para concurso público e trabalhando. De fato, o estágio para Sálvia servia como uma estratégia financeira, para “não ficar sem dinheiro”, que lhe proporcionava relativa autonomia.

Rosa, 28 anos, assistente social temporária e professora voluntária, relatou sua passagem pelo mundo das bolsas de estudo.

E, então, na universidade você precisa pagar xerox, se manter. Aquele jovem adulto que é estudante, mas também quer um pouco de liberdade, quer sair. E aí surge a necessidade de se inserir nesse mundo do trabalho, conciliando com os estudos. E aí eu procurei (...) trabalho, fiquei pouco tempo, porque eu ingressei no PET, Programa de Educação Tutorial, que desenvolve trabalho de ensino, pesquisa e extensão e

organização política (Entrevista com Rosa, gravada em 15.04.2014. Destaques meus).

Para Rosa, a bolsa do PET funcionava como uma forma de pagar as despesas provenientes da vida de estudante no contexto acadêmico. A bolsa também tinha o sentido de galgar certa liberdade, de pagar a despesas ao sair com amigos. Frente a necessidade de se inserir no mundo do trabalho e continuar o curso universitário, a bolsa surgiu como forma de conciliar trabalho e estudos. Hoje, graduada em Serviço Social com uma especialização na área, ela continua com inserção precária como profissional, com contrato temporário de trabalho e sem carteira-assinada.

#### **b) Duplas e triplas jornadas: “trabalhar muito e ganhar pouco”**

No caso dos jovens-adultos entrevistados que adentraram a pós-graduação, mantêm-se o padrão de vida precário a depender da remuneração da bolsa de mestrado. Na situação específica dos que ingressaram no mercado de trabalho, constata-se a vida tomada por uma intensificação da rotina, com duplas e triplas jornadas de atividades. Essas rotinas contem elementos do que Alves (2013) tem chamado de *crise da vida pessoal*, a manifestar-se quando o tempo de vida de homens e mulheres é tomado pelo tempo de trabalho, caracterizando o processo de redução do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria.

Assim, quando perguntei a Clara como ela consegue conciliar trabalho, estudo e família, ela assim respondeu:

Quando eu souber a resposta, eu te dou (risos). Olha, é meio louco, assim, as vezes eu acho que eu tô concorrendo ao prêmio da pior mãe do mundo, tô quase ganhando (risos), assim, eu tenho muito sorte, como eu tava te dizendo. Meu esposo, além de ser um esposo excelente, ele é um pai muito comprometido, então, ele me ajuda nesse processo demais. Assim, em fevereiro, quando voltaram as aulas, que saiu desse processo de greve, aí eu assumi na Faculdade e ainda não tinha saído da residência. Aí, eu disse, rapaz, *como é que eu*

*vou dar conta, porque o negócio vai ficar pesado. E assim, meia noite às seis, vai pra casa da avó, vai criando estratégia para conseguir dar conta, é meio desesperador. Tem vez que eu não faço nem lista pra ver o que eu tenho que fazer, porque eu tenho medo de chorar, quando eu terminar a lista (risos). Aí, eu vou só fazendo e aí quando acabou, passou, né. Porque é puxado, né (Entrevista com Clara, gravada em 29.04.2014. Destaques meus).*

Frente a tripla jornada, Clara “vai criando estratégia para conseguir dar conta”, ela percebe essa situação como “meio desesperadora” e evita fazer uma lista de seus afazeres por “ter medo de chorar”, ao ver a quantidade de afazeres do dia. Essa rotina a faz questionar sua identidade de mãe como a merecedora de um prêmio de “pior mãe do mundo”. A partir de Clara, percebe-se que o tempo de vida e de trabalho do segmento do precariado aqui estudado pode chegar a situações limites, com uma intensificação quase insuportável da rotina. De fato, o relato de Clara corporifica dimensões da precariedade laboral e existencial a marcar a vida desses jovens-adultos.

Arruda, 25 anos, é jornalista, em determinado momento de sua trajetória dividia seu tempo entre o curso de economia pela manhã, em uma universidade pública, um estágio numa ótica à tarde e um curso de jornalismo a noite, em uma universidade particular.

A dois semestres de me formar em jornalismo... tentei UFC e passei e entrei no curso de Ciências Econômicas da UFC. E aí virou uma dupla jornada, *tripla* na verdade, né. E aí era o *curso de Ciências Econômicas pela manhã, o estágio a tarde e o jornalismo à noite*. Tudo bem, após terminar o estágio, né.... na área de assessoria de comunicação, assessoria de imprensa, terminei o curso de jornalismo também, e ao mesmo tempo, né, entrei num novo *estágio na área financeira*, por causa do curso de Economia. Então passei um ano e meio nesse estágio, né, e também, ao mesmo tempo cursando Economia... pela manhã...

*Um ano e meio, nesse passar do tempo, né, também comecei a dar aulas, né, para o governo do estado, né, não incisivamente nas escolas, né, mas em cursos técnicos, né, o Projeto Primeiro Passo. Então, essa tripla jornada retornou, né, que era dando aula de manhã, estagiando a tarde, né, e a noite indo pro curso de Economia (Entrevista com Arruda, gravada em 12.12.2014. Destaques meus).*

Neste caso específico, este jovem-adulto concilia diferentes atividades acadêmicas ao mesmo tempo, na forma de duas graduações em turnos distintos e um estágio. Nesse sentido, é que se pode afirmar que o tempo de vida do precariado é colonizado pelo tempo de trabalho e estudo.

Uma fala recorrente dos entrevistados é *“trabalhar muito e ganhar pouco”*. Isso foi particularmente perceptível em Sálvia, graduada em direito e terceirizada, ao relatar que as exigências do trabalho surgiam até durante o sono, na forma de sonhos em que ela estava com os amigos em sua casa e o chefe vinha pegá-la para levá-la ao trabalho. Em suas palavras: *“(...) sonhava que estava com minhas amigas em casa e o meu chefe vinha me pegar em casa pra levar pro trabalho.”*

Outra espécie de colonização do tempo de descanso pela dinâmica do trabalho é representada por Tulipa, advogada, desempregada que, atualmente, estuda para concurso público. Ela assim relata: *“Eu sonhava que estava chegando no escritório e todos reclamavam de meu trabalho”*.

Percebe-se que o tempo de trabalho adentra o tempo livre destes jovens-adultos que, mesmo em momentos de descanso, sentem-se aprisionados pelo trabalho, na forma de cobranças e constrangimentos. Os casos de Sálvia e Tulipa representam dimensões do que foi destacado acima como crise da vida pessoal (Alves, 2013), a manifestar-se na redução do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria.

### c) Trajetórias na precariedade

A trajetória de trabalho de Clara coloca elementos para (re)pensar variadas dimensões da precariedade que se configura numa trajetória acadêmico-profissional que não é a típica biografia do trabalhador não-qualificado ou com baixa experiência profissional. Em verdade, ela possui um currículo com graduação, pós-graduação e experiência profissional.

E aí, teve aquela coisa que eu disse, que a gente alimentava um sonho, e aí, a minha estratégia, digamos assim, que eu fui construindo ao longo da faculdade era me qualificar, era aquela visão de que, se eu conseguir ser boa profissional, uma hora alguém vai abrir uma brecha, e em um momento essa brecha se abriu, Sobral, no caso. No momento em que eles viram o meu trabalho com a cooperativa, meu trabalho com a questão da inscrição do concurso, o meu empenho, surgiu uma possibilidade. Não tinha ninguém, nenhuma outra indicação e eles disseram assim, vamos chamar essa menina aqui que ela tem um trabalho bacana. Então, mesmo não estando em uma condição precarizada, a gente não tinha essa condição. Foi no sentido de, eu vou me qualificar o quanto mais, então, por isso que, no segundo semestre, teve a questão da independência financeira, independência através do grande meio de ganhar dinheiro, bolsa de estágio (ar de ironia), mas era, era uma forma de quanto mais cedo deu for pro campo profissional, quanto mais cedo eu entendo o que é fazer isso, e eu sempre fui, muito, é, perfeccionista, eu não queria só saber, eu queria saber e fazer bem. Eu sempre quis fazer o meu trabalho bem, então eu sempre me aprimorei nesse sentido, achando que, não, vai abrir alguma brecha, vai abrir algum espaço, né. E aí, foi isso, né. E aí, assim, é, se, é se você me perguntar se você acha que consegui, com certeza, não é a classe, não é a questão da classe social de onde eu vim, mas assim, da perspectiva de onde eu tava eu consegui construir uma outra perspectiva com o meu trabalho, né, não é o desejado, ainda,

com certeza não, né. Até porque a tão sonhada estabilidade, né, porque eu acho que é isso que faz com que a gente pule tanto, né. Se lá no meu primeiro emprego, eu tivesse conseguido uma estabilidade, um salário decente, porque, assim, todos esses pulos, as coisas foram melhorando um pouquinho (risos), mas se isso tivesse, né, se isso vai me segurando, né, então é muito nessa perspectiva (Entrevista com Clara, gravada em 29.04.2014).

A trajetória desta jovem-adulta indica que as possibilidades de trabalho precário se acumulam na biografia do precariado, existindo um leque que vai do trabalho autônomo, bolsas, estágios, informalidade até contratos temporários. Há uma relevante rotatividade em postos de trabalho, circunscritos à precariedade e a experimentação de variadas relações de trabalho precário que acompanha os jovens-adultos do precariado em tela.

Essas trajetórias contrastam com a trajetória dos “pais do precariado”. Isso ficou especialmente perceptível nas diferenças relatadas por Rosa, assistente social e trabalhadora temporária, em relação à biografia de seu pai. Na farmácia em que trabalhou durante toda a vida, o pai de Rosa foi galgando espaço e melhores rendimentos, uma linha salarial evolutiva que foi do setor de serviços gerais ao setor de atendimento da farmácia. A rigor a trajetória de Rosa não circunscreve-se em uma linha reta, como a trajetória de seu pai. Como observa Sennett, “o capitalismo flexível bloqueou a estrada reta da carreira, desviando de repente os empregados de um tipo de trabalho para outro” (2012, p. 09). Em pouco mais de uma década de constantes mudanças de emprego, marcados pela precariedade ela foi de trabalhos onde ganhava razoavelmente bem para ocupações com menores rendimentos salariais. Saiu da casa dos pais, mas depois foi obrigada a voltar por questões financeiras. Após deixar o trabalho terceirizado na empresa de saneamento básico, ela passou para uma atividade com menor rendimento salarial, em um trabalho temporário na área de saúde. Fazendo uma analogia com a trajetória de seu pai, era como se Rosa tivesse experimentado várias idas e vindas do balcão de atendimento ao almoxarifado dos serviços gerais.

Nesse sentido, a precariedade configura-se como condição de longo prazo, difícil de superar, mesmo com larga experiência de trabalho, constante aperfeiçoamento profissional e alta escolaridade. A precariedade não se apresenta apenas no contexto de vida do estagiário não remunerado, do desempregado crônico ou do trabalhador informal. A precariedade também apresenta-se com a face de trabalhadores altamente escolarizados e com larga experiência profissional. É esta uma dimensão recorrente do precariado.

### **3.6 Modos de estar no mundo do trabalho**

Os modos de estar no mundo do trabalho que percebi através das entrevistas foi que o trabalho é um campo de contrastes para o precariado: pode se configurar como um gerador de mal estar, como observou-se nos relatos de Sálvia e Tulipa, acerca das cobranças durante os sonhos, falta de autonomia e identidade no trabalho, como veremos adiante na fala de Arruda. E adoecimento, como percebe-se no relato de Clara. Contudo, o trabalho também pode configurar-se como um espaço de bem-estar quando é conciliado com as expectativas pessoais dos sujeitos, a realização profissional e outras experiências significativas.

Nogueira, 32 anos, assistente social de formação, trabalhou na área de telemarketing, na condição de atendente. Disse-me não gostar da empresa, mas que a atividade lhe proporcionou ser mais comunicativo na vida social, devido o constante necessidade de contatar as pessoas por telefone, entendia isso como um ponto positivo de um trabalho tão desgastante. Como militante, ele disse que um dos melhores momentos no telemarketing foi quando conseguiu participar de uma greve que acabou vitoriosa com o reconhecimento das pautas dos trabalhadores.

E aí até que gostei do trabalho no telemarketing, não gostava da empresa, a gente até chegou a fazer uma greve lá... resultou no fechamento da empresa, fechamento do contrato dessa empresa com essa empresa que estava, no caso era a ... a Receita Federal, mas tem contrato com outras empresas que aí manteve, né (Entrevista com Nogueira, gravada em 11.12.2014).

Conciliar seu ponto de vista em relação à luta social com o trabalho foi importante para Nogueira se sentir “sob o controle da situação” diminuindo assim a sensação de estranhamento (MARX, 2011).

Marx reflete sobre o fenômeno do estranhamento em seu livro *Manuscritos econômico-filosóficos*, originalmente escrito em 1844 em Paris. Apesar da complexidade do conceito de estranhamento em Marx<sup>53</sup>, a passagem a seguir, sintetiza a lógica do estranhamento para o autor.

Com efeito (...) está claro: quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (ausarbeitet), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (fremd) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, e tanto menos o trabalhador pertence a si próprio (MARX, 2013, p. 81).

Rosa, 28 anos, assistente social, em situação de trabalho temporário, também relatou que o trabalho também gera crise.

Porque que as vezes o trabalho gera crise em mim? É quando, a medida que eu não consigo mais refletir, não me formar como sujeito executando aquela atividade, é, você, gera crise. É como eu me sentisse parada no tempo. E o trabalho hoje, ele, nessa sociedade, esse trabalho assalariado, ele cria, as vezes, esse ambiente, né? Cria determinados ofícios, determinados trabalhos eles te param como sujeitos, um executor terminal de um processo que você é só um pedaço. E eu mesmo sem ser num sistema fabril, eu me sinto. Um pedaço, né? Executar uma política que não é pensada por mim, porque no caso eu trabalhava para a CAGECE, que eram coisas que já eram prontas, eram coisas que não eram dialógicas com as pessoas. E isso estando associado ao meu processo de trabalho, então, não é qualquer trabalho que dá, que você consegue dar conta disso. Deu trabalhar, produzir, receber dinheiro. Produzir,

---

53 Para uma reflexão sobre o conceito de estranhamento em Marx, consultar RANIERE, Jesus. A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo, 2001.



porque é a resposta que o mercado quer, beleza. Mas ao mesmo tempo, através desse trabalho, eu me modifico, né, como pessoa, então eu preciso ter espaço de *formação*, porque eu preciso refletir sobre essas respostas (Entrevista com Rosa, gravada em 15.04.2014. Destaques meus).

Quando não conseguia conciliar trabalho e formação, Rosa se sentia “parada no tempo”, como um “pedaço de uma máquina”, vivendo um processo sobre o qual ela não tinha controle, gerando estranhamento, distanciamento entre o sujeito e a atividade laboral (MARX, 2011). Para Rosa esse é um processo adoecedor

Eu preciso é mesmo fazer o que eu gosto, que é na área da saúde. Se esse processo de trabalho, o processo que eu to inserida hoje, não me permite refletir, não me permite *encontro entre os profissionais*, entre os trabalhadores, entre os meus pares, então *isso é adoecedor pra mim*. Porque pra dar respostas que atendam necessidades de saúde, eu preciso sim, conversar com o médico, *mas do que conversar, eu preciso atender junto, é preciso construir respostas juntas, é preciso encontrar, você precisa se encontrar entre os pares*. E as vezes, como o trabalho, como o processo de trabalho está estruturado, as pessoas ainda estão em suas caixinhas, né? E agora no modelo de atenção aqui em Fortaleza, tá priorizando muito mais isso. Então, isso é adoecedor. Eu sei que não consigo dar respostas. E isso me incomoda (Entrevista com Rosa, gravada em 15.04.2014. Destaques meus).

O relato de Rosa é emblemático do que Alves (2013) vem classificando como *crise de sociabilidade*, decorrente do contexto laboral produzido pelos contratos flexíveis que “obstaculizam a tecitura de espaços de sociação como lugares de partilha de experiências coletivas” (ALVES, 2013, p. 112). Esses elementos são perceptíveis quando Rosa diz que precisa construir respostas junto com seus pares, no caso, os outros profissionais do Núcleo de Apoio a Saúde da Família. Romper as

“caixinhas”, onde cada profissional está apenas consigo mesmo e separado dos demais, é tentar reconstituir espaços de socialização, de partilha de experiência no local de trabalho.

Tulipa, 24 anos, advogada, desempregada, me relatou que o trabalho nos escritórios de advocacia era muito extenuante, chegando a trabalhar dez e até doze horas por dia. Como estava iniciando na carreira, queria demonstrar que era capaz de trabalhar e “dar conta do ofício”. Isso repercutia até na sua hora de descanso, quando durante o sono tinha sonhos em que chegava ao seu local de trabalho e todos reclamavam de seu trabalho.

Por outro lado, apesar do cansaço e da cobrança em atender expectativas, Tulipa falou que o lado positivo do trabalho era quando conseguia “sentir que estava colocando ordem numa situação de desequilíbrio entre as partes, sentir que conseguia construir uma boa análise, um bom argumento”. A advocacia para Tulipa tem o seu lado extenuante, mas também seu lado positivo que emerge através de sensações de “se sentir fazendo justiça”, “sentir que estava colocando ordem em situação de desequilíbrio”. Nessa dimensão ela recobrava identidade com o trabalho e conciliava-o com o seu ponto de vista sobre o mundo.

Arruda, 25 anos, jornalista de formação e assessor de imprensa de um sindicato, relata que a vida profissional no jornalismo possui uma dimensão, nas suas palavras, bastante pragmática, no sentido de ter que apresentar ao jornal as opiniões que o próprio jornal espera receber. Nesse trecho, ele se refere ao período em que trabalhou na redação de um jornal impresso de Fortaleza.

Então, lógico, há um embate, né, há um embate, no caso o jornal impresso, os jornais fazem toda a sua leitura do caso, e aí a editoria tá lá pra analisar e fazer os cortes e botar a sua perspectiva, apesar de nem ter visitado o local. Então, no meu caso não é tão diferente, a assessoria tem o mesmo formato, eu não tenho tanta propriedade pra, pra e “aí oh, tá o texto, é isso aqui, essa aqui foi a parte mais...”. Pode ter um diretor, que normalmente tem, né, aí o diretor vai lá e “não, isso aqui não coloca, isso aqui não coloca” (Entrevista com Arruda, gravada em 12.12.2014).

Para ele, o jornalista adquiri a liberdade de expressar suas opiniões após construir renome no seu campo de trabalho. Até lá, o que é escrito há de passar pelo crivo da editoria, que para ele funciona como uma espécie de censura. Isso, na visão de Arruda, gera crises e *distanciamento* entre o jornalista e o produto de seu trabalho, no caso, o texto escrito. Ele relata que “(...) as crises no jornalismo são cotidianas. A gente vê grandes empresas em crise, né, justamente por conta dessa questão da identidade, as pessoas não se enxergam mais (...)” Para Arruda, a identificação com seu produto de trabalho está associada a autonomia do jornalista em expressar livremente sua opinião sem o crivo da editoria. Quando isso não ocorre, o trabalho gera crise em vez de identidade.

Apesar de conviverem em ambientes de trabalho diferentes e possuírem trajetórias de trabalho distintas, os sujeitos entrevistados nos mostram que o estranhamento (MARX, 2011) é um traço que perpassa as experiências de trabalho do precariado, se manifestando quando não há uma identidade do trabalhador com o produto do seu trabalho.

Esse estranhamento pode se manifestar não somente no trabalho do operário de fábrica, que é sistematicamente distanciado do controle e do resultado final de sua atividade laboral, mas também nas experiências dos trabalhadores do setor de serviços, seja no caso de Arruda, que ao final da publicação do texto no jornal não consegue mais reconhecer como seu aquele produto, seja no caso de Rosa que quando o trabalho se afasta do sentido de cuidado das pessoas acaba gerando distanciamento e não identidade. A precarização via terceirização, como relatada por Rosa, e a censura via editoria, como assinalada por Arruda, são mediações que obstaculizam a realização pessoal *no e pelo* trabalho.

As trajetórias de trabalho acima analisadas sugerem modos de estar e significados ao trabalho enquanto uma arena de formação profissional e humana, de reflexão e intervenção sobre o mundo, campo de sobrevivência, mas também de identidade e sentido.

### 3.7 Perspectivas e Projetos de Vida

Como construir projetos de vida numa condição incerta de trabalho? Esta é a situação que marca o perfil dos sujeitos da pesquisa. É possível para o precariado a “vida vivida como um projeto”?

Empregos vitalícios já não existem. Sem estes, há pouco espaço para a *vida vivida como um projeto*, para planejamento de longo prazo e esperanças de longo alcance. Seja grato pelo pão que come hoje e não cogite demasiado o futuro (1998, p. 50. Destaques meus).

Dentre os projetos de vida dos sujeitos entrevistados na pesquisa, dois elementos se destacam. O primeiro é o concurso público, que está ligado a busca por estabilidade no emprego e como meio de melhor estruturar a vida, frente as incertezas e inseguranças. O segundo elemento é o desejo de continuar no mundo da educação, seja no âmbito da pós-graduação como estratégia de qualificação profissional, seja seguindo a carreira acadêmica como professor universitário. Em algumas falas os elementos do concurso público e da carreira acadêmica emergem interligados. A seguir, analiso as falas dos sujeitos da pesquisa acerca dos seus projetos e perspectivas de vida.

Quando perguntado sobre quais são seus projetos de vida, Arruda, 25 anos, assessor de imprensa de um sindicato e cursando especialização, diz:

Então, dessa forma, eu vou sair agora, né, estou futurando, né, algo na universidade mesmo, *ser professor universitário*, apesar dos percalços, eu futuro isso, porque o academicismo é hoje mais o meu foco, até propriamente que meu trabalho, apesar de que a gente não pode se desvencilhar do trabalho, porque não há condições, né? (...) Então, tô futurando isso, né. *Concurso*, né? Terminar essa especialização, *adentrar o mestrado*, adentrar o mestrado na área de psicologia ou propriamente na área das ciências sociais, que são as searas que conseguem englobar o tema suicídio [tema de estudo do entrevistado], né, e no caso, trabalho, então é isso (Entrevista com Arruda, gravada em 12.12.2014).

Entre os projetos de vida de Arruda, destacam-se a busca pela formação e carreira acadêmica através de cursos de pós-graduação e concurso para professor

universitário. Arruda é um dos entrevistados que sintetizam a busca pelo concurso como meio de garantir estabilidade com a permanência no mundo acadêmico.

Para Nogueira, com dupla formação, graduado em serviço social, atualmente estudante de especialização, seu projeto é “tentar concurso” e “estudar até passar”.

E aí é tentar *concurso* que eu tô tentando assim quando eu vejo edital que o salário é melhor, que é mais no norte do país, né, regiões mais precarizadas ou que a questão das faculdades EAD ainda não explodiu, e aí é *tentar até passar* (Entrevista com Nogueira, gravada em 11.12.2014).

Se Nogueira busca os concursos com melhores salários, Sálvia advogada, terceirizada, busca “passar em qualquer um”. “É na área do Direito, eu pretendo passar num *concurso*, pelo menos assim até 3, 4 anos, em qualquer um (risos)”. As outras duas entrevistadas nesta pesquisa que também são advogadas, elencam o concurso público como seu projeto de vida. Uma delas é Jasmim, 35 anos, atualmente desempregada e estudando para concurso. Ela diz que, entre suas metas, está “passar num concurso; trabalhar na área de Direito Internacional seja como consultora, professora ou pesquisadora. Sempre buscar minha qualificação profissional (...)”. Para Tulipa, advogada, estudante e desempregada, o concurso vem a atender não somente seus projetos de vida, como também as expectativas de sua família.

Pois é (sorriso), o meu plano de ação pra esse momento agora até por meio que uma expectativa que tem na minha família é *que eu estude e consiga o mais rápido possível passar em um concurso que dê pra eu sustentar a família*. Eles já estão bem cansados (risos), e aí por enquanto eu tô fazendo praticamente todo concurso que aparece, mas a minha meta mesmo é mais pra frente passar pra concurso que foi a coisa que eu mais gostei, do que eu atuei que é de Juíza, só que esse é um passo que eu nem sei se e nem quando eu vou conseguir dar (sorriso) (Entrevista com Tulipa, gravada em 9 novembro de 2014).

Rosa e Clara, ambas assistentes sociais e inseridas em situações de trabalho precário, elegem a academia como elemento de seus projetos de vida. Rosa diz que “hoje eu já penso, já olho pra *academia* com outro olhar, porque antes eu olhava com aversão lá, na época quando eu saí da faculdade, mas eu penso em retomar a

academia, penso em *fazer mestrado*”. Para Clara, a perspectiva de continuar a vida acadêmica faz também parte dos projetos de sua família.

Porque *eu penso no doutorado*, assim, é a *carreira acadêmica*, é nisso que eu invisto, é nisso que a minha família, hoje, investe, né, porque não é um projeto só meu porque quando a gente diz assim, é um projeto pessoal, um projeto pessoal, aspas, né, é um projeto que a minha família também abraça (...) (Entrevista com Clara, gravada em 29.04.2014).

Margarida, 26 anos, é pedagoga por formação e atualmente é estudante bolsista de pós-graduação. Para ela, o concurso público e a conclusão os estudos de pós-graduação são os elementos que permitem a estabilidade empregatícia, são eles que condicionam seus outros projetos de vida, como se mãe e ter uma casa própria.

Concluir o mestrado, tentar a seleção para o doutorado e ingressar na docência do Ensino Superior, de preferência na rede pública. Os outros projetos, como casa própria, filhos e etc estão condicionados ao sucesso ou não dos projetos acadêmicos e de trabalho (Entrevista com Margarida, gravada em 04.01.2015).

Rosa, assim como Margarida, falou sobre a maternidade como um dos elementos que compõem seu projeto de vida, ela também condiciona esse aspecto do seu projeto de vida a estabilidade empregatícia.

Bom, nesse contexto, que aí, que eu não coloquei no questionário que é a questão do se eu tenho filhos, não, eu não tenho filhos, né. *E esse contexto de trabalho (...) precarizado, temporário, né. Ele te limita a fazer esses planos*. Assim, de 5 a 10 anos, né, a gente faz a expectativa de tá com isso, o que minimamente, se eu não tiver com isso é como se eu não me permitisse ter outras coisas, né, filhos, ter casa, outros níveis de socialidade, né, e isso tá atrelado, hoje necessariamente tá atrelado. Se você parar um pouco pra pensar, porque se você não refletir, às vezes é bem antes, né, filho. *Hoje, se você for para pra pensar a questão dos vínculos temporários, ele te restringe a se programar mesmo* (Entrevista com Rosa, gravada em 15.04.2014. Destaques meus).

A condição salarial de Rosa, enquanto trabalhadora temporária e de Margarida, como bolsista de pós-graduação, restringe no curtíssimo prazo as possibilidades

concretas de realização de seus projetos de vida, mas não limita o “ato de projetar” sobre o que elas anseiam do futuro, mesmo que para Rosa seu horizonte de futuro seja discernível em apenas cinco ou dez anos.

Desafia-se com a imaginação o estado atual das condições de trabalho que não comportam os anseios do precariado. Ousa-se projeções no plano simbólico que não cabem no curto prazo salarial. Dessa forma, o trabalho precário parece não se desdobrar necessariamente numa racionalidade do curto prazo, como nos fala Bauman (2001, p. 170-171), mas na dificuldade da realização prática de projetos de vida a curto prazo. Assim, o trabalho precário possui dificuldade de se estabelecer como uma referência sólida capaz de se tornar uma matriz de organização da vida a longo prazo, porque as incertezas que acompanham a condição salarial do precariado assedia-os a se deter no curto prazo, postergando seus projetos pessoais. Em síntese, os projetos de Rosa e Margarida (casa própria, maternidade) são postergados e condicionados pela estabilidade empregatícia.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: EM BUSCA DO PRECARIADO**

A corda bamba em que se move o precariado após a conclusão dos estudos de graduação é sempre tencionada na tentativa de equilibrar a formação, o trabalho

e projeto de vida. Apesar de vivermos na modernidade marcada pela instabilidade, insegurança e incerteza (BAUMAN, 2001), onde o capital glorifica a flexibilidade dos homens e das coisas (SENNETT, 2012), o precariado valoriza os caracteres da estabilidade e da segurança num mundo cada vez mais adverso a esses elementos. O precariado é uma espécie de equilibrista que trava “batalhas” para manter-se na corda bamba da vida.

O *drama* dessa geração de trabalhadores é duplo: o acesso ao emprego formal não resultou em melhores ganhos salariais, mas numa formalização via baixos salários. E a alta escolaridade conquistada não se reverteu em melhores condições de trabalho. São trabalhadores que experimentaram a formalização com precarização e a formação com baixos rendimentos. Esse é o drama do precariado nos marcos do neodesenvolvimentismo e dos impactos da modernização conservadora nos campos da educação e do trabalho.

Dessa forma, concordo apenas em parte com Braga (2012) que interpreta o precariado como proletariado precarizado. O precariado seria parte desse proletariado precarizado, sua fração que alcançou níveis maiores de escolaridade (e que ambiciona projetos de vida oriundos dessa escolaridade), mas que permaneceu na situação de marginalizado em relação aos direitos e garantias no e pelo trabalho. Nesse sentido, as reflexões de Alves (2012; 2013) sobre as particularidades do precariado na década do neodesenvolvimentismo traz elementos que corporificam sociologicamente essa fração do proletariado, constituído não apenas por baixos rendimentos salariais, mas por uma maior escolaridade.

Assim, vários anos de estudo nem sempre são convertidos em bons salários e boas condições de trabalho. A “taxa de câmbio” entre o capital cultural e o capital econômico portados pelos agentes não se realiza de forma automática. Ocorre uma re-significação do diploma e da graduação após a conclusão do curso e as tentativas de inserção no mercado de trabalho. Ela possui “distorções” que fazem os agentes avaliarem suas trajetórias educacional e buscarem “qualificações” para converter seu capital cultural em melhores chances de inserção no mercado de trabalho.

Assim, o precariado no Brasil pode ser entendido como a fração escolarizada de um contingente de trabalhadores marginalizados de garantias sociais,



econômicas e políticas, contingente que ganhou relevo nos últimos dez anos de transformações neoliberais e neodesenvolvimentistas.

## **REFERÊNCIAS**

Acesso a computadores mais que triplica em dez anos. **Olhar Digital**. <<http://olhardigital.uol.com.br/noticia/acesso-a-computadores-mais-que-triplica-em-dez-anos-no-brasil/25832>>. Acesso 06 mai 2014.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Dimensões da precarização do trabalho**: ensaios de sociologia. Bauru: Projeto Práxis, 2013.

\_\_\_\_\_. **Dimensões da reestruturação produtiva**: Ensaios de sociologia do trabalho. 2ª ed. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e nova precariedade salarial no Brasil**: A morfologia social do trabalho na década de 2000. Portugal: Oficina do Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Março de 2012.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, corpo e subjetividade**: toyotismo e formas de precariedade no capitalismo global. In: Trabalho, Educação e Saúde, v. 3, n. 2, p. 409-428, 2005.

\_\_\_\_\_. **O enigma do precariado e a nova temporalidade histórica do capital**. <http://boitempoeditorial.wordpress.com/category/colunas/giovanni-alves/>. Acesso em 05 ago 2012.

\_\_\_\_\_. **A educação do precariado**. Blog da Boitempo. 17 dez 2012. <http://blogdaboitempo.com.br/2012/12/17/a-educacao-do-precariado/>. Acesso em 23 abr 2012.

\_\_\_\_\_. **A revolta do precariado**. Blog da Boitempo, 22 jul 2013. <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>>. Acesso em 03 ago 2013

\_\_\_\_\_. **Crise estrutural do capital e precarização do homem-que-trabalha**. Blog da Boitempo. <http://blogdaboitempo.com.br/2011/08/29/crise-estrutural-do-capital-e-precariacao-do-homem-que-trabalha/>. Acesso 22 abr 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2011.

\_\_\_\_\_. **A desertificação neoliberal no Brasil**: Collor, FHC, Lula. Campinas: Autores Associados, 2004.

\_\_\_\_\_. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. BRAGA, Ruy. **La explosión social em Brasil**: primeras anotaciones (para un analisis posterior). Nuestra America, n 35, julio 2013, Bogotá, Colômbia.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

\_\_\_\_\_. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

\_\_\_\_\_. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BANKI, Susan. **Precarity of Place**: a complement to the growing precariat literature. Paper presented at the Power and Justice in the Contemporary World Conference, 9 August 2013, New York, NY.

<[http://prijipati.library.usyd.edu.au/bitstream/2123/9352/1/SusanBanki\\_PowerJusticePEWSConference%20Paper.pdf](http://prijipati.library.usyd.edu.au/bitstream/2123/9352/1/SusanBanki_PowerJusticePEWSConference%20Paper.pdf)>. Acesso em 05 abr 2014.

BAILEY, Geoff; BROWN, Kyle. **The rise of the “precariat”?** The Socialist Worker. 01 mar 2012. <<http://socialistworker.org/print/2012/03/01/rise-of-the-precariat>>. Aceso 15 jun 2013.

B. DE MENEZES, Eduardo Diatahy. **Notas de aula**: Novas perspectivas em Ciências Humanas. Fortaleza: Mimeo, s/d.

BAKUNIN, Mikhail. **Consideraciones filosóficas sobre el fantasma divino, sobre el mundo real y sobre el hombre**. In: Obras de Bakunin, Tomo III. Traducción D. Abad de Santillán. Madri: Ediciones Júcar, 1977.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: Rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **La construcción social de la realidad**. Intro-ducción: El problema de la sociología del conocimiento. Argentina: Amorrortu Edito-res, 2003.

BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas**: Uma visão humanística. 8º edição, Coleção Antropologia 1. Tradução Donaldson M. Garschagen. Petrópolis: Vozes, 1988.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOITO JR, Armando. GALVÃO, Andréa. **Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.

BOSI, Alfredo. **Arqueologia do Estado-providência**: sobre um enxerto de ideias de longa duração. In: Dialética da colonização: São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. In: ALICE, Maria; CA-TANI, Afrânio (Orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Bourdieu** (Coleção Grandes Cientistas Sociais). ORTIZ, Renato (Org.). São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BOYER, Robert. **Teoria da regulação**: Os fundamentos. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

BUTLER, Judith. **Vida precária**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.1, p. 13-33.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **A política do precariado e a mercantilização do trabalho**. Entrevista especial com Ruy Braga. Porto Alegre: Portal Unisinos, 09 dez. 2012b. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/516283-a-politica-do-precariado-e-a-mercanti-lizacao-do-trabalho>>. Acesso: em 30 jun. 2013.

BRANSH, Enobong Hannah; HANLEY, Caroline. **Regional convergence in low-wage work. And earnings, 1970-2008**. Sociological Perspectives, Vol. 54, Issue 4, 2011, pp. 569–592.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **O ofício da pesquisa em tempos contemporâneos: a ousadia da construção teórica e da criação de vias metodológicas**. In: ALVES, Giovanni; SANTOS, João Bosco Feitosa. Métodos e técnicas de pesquisa sobre o mundo do trabalho. Bauru: Canal 6, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CONNELL, Raewyn. **O Império e a criação de uma ciência social**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 2, n. 2, jul-dez 2012, pp. 309-336.

Concurso para garis atrai 22 mestres e 45 doutores no Rio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 out 2009. <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2009/10/641621-concurso-para-garis-atrai-22-mestres-e-45-doutores-no-rio.shtml>>. Acesso em 12 abr 2013.

COSTAS, Ruth. Geração do diploma lota faculdades, mas decepciona empresários. **BBC Brasil**. <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/10/131004\\_mercado\\_trabalho\\_diplomas\\_ru.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/10/131004_mercado_trabalho_diplomas_ru.shtml)>. Acesso em 20 set 2014.

DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs). **A perda da razão social do trabalho: Terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FERRAROTTI, Franco. **Uma sociologia alternativa: Da sociologia como técnica do conformismo à sociologia crítica**. Crítica e Sociedade vol. 6. Tradução António Esteves. Porto: Edições Afrontamento, 1972.

FERREIRA, Cândido Guerra. **O fordismo, sua crise e o caso brasileiro**. Cadernos do CESIT. Campinas: CESIT, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOTI, Alex. **MAYDAY MAYDAY! Euro flex workers, time to get a move on!** Institut Européen pour des Politiques Culturelles en Devenir. Abr 2005. <<http://eipcp.net/transversal/0704/foti/en>>. Acesso 10 jan 2013.

FREDERICO, Celso. **Marx na pós-modernidade**. In: TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2008.

- GEORGES, Isabel. **As novas configurações do trabalho: precarização e “economia soli-dária”** (comparação Brasil-França). In: LEITE, Marcia de Paula (Org.). *O trabalho re-configurado: ensaios entre Brasil e México*. São Paulo: Annablume, 2009.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HIRATA, Helena. **Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão**. Cadernos CRH, Salvador, v. 24, n. Spe. 01, p. 13-20, 2011.
- IBGE; MPOG. **Pesquisa mensal de emprego**. Rio de Janeiro, 2012.
- INEP. **Principais resultados do Censo 2012**. Paraná, novembro de 2013
- IPEA. **Um retrato de duas décadas de mercado de trabalho brasileiro utilizando o PNAD**. Comunicado n. 160, 07 out 2013.
- KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva: Um guia para pesquisa de campo**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KURZ, Robert. **Com todo vapor ao colapso**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2004.
- LAVAQUE-MANTY, Mika. **Finding theoretical concepts in the real world: The case of the precariat**. In: DE RUIN, Boudeuwijn; ZURN, Christopher (Org.). *In New Waves in Political Philosophy*. USA: Palgrave MacMilliam, 2009.
- LEITE, Marcia de Paula. **O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades**. In: LEITE, Marcia de Paula (Org.). *O trabalho reconfigurado: ensaios entre Brasil e México*. São Paulo: Annablume, 2009.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri. 4ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Marx** (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- MARICATO, Ermínia (et al.). **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARINI, Ruy Mauro. **Sobre a dialética da dependência**. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Orgs). *Ruy Mauro Marini: Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MAURICIO, Francisco Raphael Cruz. **Para uma sociologia do precariado: as contribuições de Guy Standing, Giovanni Alves e Ruy Braga**. *Revista Trabalho e Sociedade, Fortaleza*, v. 1, n. 1, jul/dez 2013, p. 89-105.
- MAYER, Karl Ulrick. **New directions in life course research**. The Center for Research on Inequalities and the life course. Yale University, september, 2008.
- \_\_\_\_\_. **The sociology of the life course and life span psychology: Diverging or convergin pathways?** In: LINDENBERGER, Ulman; STAUDINGER, Ursula M (Eds.). *Understanding human development: lifespan psychology in exchange with others disciplines*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers. 2002.
- MENEZES, Diatahy Bezerra. **Notas de aula**. Fortaleza: Mimeo, s/d.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MITROPOULOS, Angela. **From precariousness to risk management and beyond**. Eu-ropäisches Institut Für Progressive Kulturpolitik. Jan 2011. <<http://eipcp.net/transversal/0811/mitropoulos/en>>. Acesso 22 fev 2013.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. 4ª edição, Biblioteca de Ciências Sociais. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MILITÃO, Maria João. **Trauma, precariedade e violência estrutural no Haiti**. <<http://www.segurancahumana.eu/data/res/1c/1564.pdf>>. Acesso 20 mar 2014.

MOTA, Ana E. **Superexploração**: uma categoria explicativa do trabalho precário. In: Raquel Varela. (Org.). *A segurança social é sustentável*. 1ed. Lisboa: Bertrand Editora, 2013, v. 1, p. 291-310.

MUNCK, Ronaldo. **The precariat**: A view from the South, *Third World Quarterly*, 2013, 34:5, 747-762.

NEILSON, Brett; ROSSITER, Ned. **Precarity as a political concept, or, fordism as exception**. *Theory, Culture & Society* 2008, Vol. 25 (7-8): 51-72.

NERI, Marcelo. **Juventude que conta**. Secretaria de Assuntos Estratégicos. 22 jul 2013. <<http://www.sae.gov.br/site/?p=17246#ixzz2bvWNzvsy>>. Acesso em 14 ago 2013.

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. In: Nietzsche: Vida e Obra, Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

OBINGER, Julia. **Working on the margins**: Japan's precariat and working poor. *Eleto-nic Journal of Contempo-rary Japanese Studies*. 25 fev 2009. <<http://www.japanesestudies.org.uk/discussionpapers/2009/Obinger.html>>. Acesso em 20 mar 2013.

OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

OCDE prevê subida do desemprego em Portugal para 2014. **Euronews**, 16 jul 2013. <http://pt.euronews.com/2013/07/16/ocde-preve-subida-do-desemprego-em-portugal-para-2014/>. Acesso em 25 ago 2013.

PALAHNIUK, Chuck. **Clube da luta**. São Paulo: Leya, 2012.

PASSOS DE OLIVEIRA, Danielly. **O amor e o feminino na contemporaneidade**: um estudo comparativo entre o Brasil e a França. In: VALE, Alexandre Fleming Câmara. *França e Brasil: olhares cruzados sobre imaginários e práticas culturais*. São Paulo: An-nablume, 2012.

PETERS, Gabriel. **Admirável senso comum?** Agência e estrutura na sociologia fenome-nológica. *Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo: Vol. 47, N. 1, p. 85-97, jan/abr 2011.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

POE, Edgar Allan. **Antologia de contos extraordinários**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos orais:** do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, Olga de Moraes (Org.). Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, 1988.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

RAUNING, Gerald. **La inseguridad vencerá:** Activismo contra la precariedad y MayDay Parades. Institut Européen pour des Politiques Culturelles en Devenir. Jun 2004, <<http://eipcp.net/transversal/0704/raunig/es>>. Acesso 19 jan 2013.

SADER, Emir (Org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil:** Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, 2013.

SÁ, Teresa. **“Precariedade” e “trabalho precário”:** consequências sociais da precarização laboral. Configurações (online), 7, 2010, 8 fev 2010, pp. 91-105. <<http://configuracoes.revues.org>>. Acesso em 9 abr 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter:** consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2012.

Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Juventude levada em conta.** Brasília: 2012.

Secretaria Nacional Juventude. **Agenda Juventude Brasil:** pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros 2013. Brasília, 2013.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo:** reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros:** Nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

STANDING, Guy. **O precariado:** a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

\_\_\_\_\_. Quién servirá de voz al precariado que está surgiendo. Espanha, **Sin Permiso**, 05 jun. 2011. Disponível em: <[www.sinpermiso.info/textos/index.php?id=4212](http://www.sinpermiso.info/textos/index.php?id=4212)>. Acesso em: 12 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Precariado, rebeldia e renda cidadã. Tradução Daniela Frabasile. São Paulo, **Outras Palavras**, 27 jun. 2012. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/precariado-rebeldia-e-renda-cidada/>>. Acesso em: 10 set. 2012.

TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso. **Marx no século XXI.** São Paulo: Cortez, 2008.

THOMPSON. E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose:** antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

- VELLOSO, Jacques. **Mestres e doutores no país**: destinos profissionais e políticas de pós graduação. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, p. 583-611, set./dez. 2004
- VON SIMSON, Olga de Moraes (Org.). **Experimentos com histórias de vida**: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, 1988.
- WALLERSTEIN, Emmanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Metodologia das ciências sociais**. Parte 1. São Paulo: Cortez, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Metodologia das ciências sociais**. Parte 2. São Paulo: Cortez, 1992.
- ZELDIN, Theodor. **Uma História íntima da Humanidade**. Rio de Janeiro: Record, 1999.